

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Michele Rocha da Silva

Para Serem Atendidas: Cartas ao Interventor Magalhães Barata, Pará (1930-1935)

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

SÃO PAULO

2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Michele Rocha da Silva

Para Serem Atendidas: Cartas ao Interventor Magalhães Barata, Pará (1930-1935)

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em História Social, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof^a Dra. Olga Brites.

SÃO PAULO

2010

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Olga Brites (PUC/SP)

Prof. Dr. Marcos Antônio da Silva (USP)

Prof. Dra. Maria do Rosário da Cunha
Peixoto.(PUC/SP)

A todos, os homens e mulheres
que perscrutei em suas bem
traçadas linhas de experiências
sociais concretas deixadas
registradas em missivas.

AGRADECIMENTOS

Projetos, sonhos e metas para a condição humana estão longe de serem concretizados somente pela vontade única de quem os deseja, mas eles são compartilhados e igualmente socializados com amigos e pessoas que nos apoiam, colaborando para movimentar e engrenar nossos objetivos, a fim de que possamos concretizá-los, portanto, quero deixar registrada minha satisfação de poder agradecer a todos que, de modo direto e indireto, estiveram presentes na conclusão desta pesquisa.

Primeiramente, elevo minha gratidão a Deus, em quem pude repousar os momentos vividos de incertezas e receios, ao me aventurar no desconhecido mundo do conhecimento. Sei que o Senhor é minha rocha, minha força e minha luz nesses momentos.

Dentre as instituições que me permitiram seguir nessa jornada, agradeço à Secretária Executiva de Educação do Estado do Pará (SEDUC-PA), por disponibilizar licença integral para aperfeiçoamento do metiê de historiadora, permitindo-me ausentar-me de minhas funções como professora em sala de aula.

Manifesto minha gratidão às funcionárias da Gerência de Valorização do Servidor (CGVS) dessa Secretaria, na pessoa da Sra. Maria Aparecida e Lourdes, pela forma carinhosa e atenciosa com que sempre orientaram no encaminhamento de minha documentação.

Expresso meu agradecimento sincero ao corpo técnico e aos docentes do Colégio Estadual Paes de Carvalho, a escola que me formou como estudante e que posteriormente me acolheu como professora, sou grata às diretoras Socorro Maciel e Edna, à coordenadora pedagógica Ester e aos atuais colegas de profissão, que, no passado, foram meus professores, Maria José, Belém, Terezinha, Guilherme e Bosco.

No mundo da escola e intervalos corridos entre aulas, na biblioteca, encontrei lampejos de esperanças para o amadurecimento do projeto desta pesquisa, por isso, deposito minha gratidão pela contribuição do professor William Tavares Júnior, que, por sua vez, o levou ao grande incentivador deste trabalho, professor Agenor Sarraf, e, a partir de então, verdadeiras teias de solidariedade se firmaram e me fizeram aterrizar em outra instituição, PUC/SP.

Às minhas duas orientadoras, inicialmente, a professora Márcia D'Alessio que me presenteou com a oportunidade de desenvolver a proposta de minha pesquisa, e, posteriormente, com a professora Olga Brites, a quem sou grata pela sua boa vontade e disponibilidade em aceitar-me como orientanda e, principalmente, pela paciência, seriedade e capacidade profissional de fazer-me atentar para as peculiaridades da difícil arte que é a produção do conhecimento histórico.

A todos os professores do Programa de História Social da PUC-SP, que me levaram a compreender que a pesquisa histórica é um campo aberto para muitas reflexões e que sempre nos levam às diferenciadas abordagens, outras possibilidades e desafios.

Aos professores das disciplinas ministradas, Heloisa Cruz, Maria Odila, Antonio Tota e Estefânia Canguçu, devo as primeiras discussões em torno do trabalho, ainda em forma de projeto, certamente, colaborando para a definição dos seus rumos.

À banca de qualificação, professor Marcos Antonio Silva e professora Maria do Rosário da Cunha Peixoto, pelas contribuições e orientações para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Pará, onde a maior parte da pesquisa foi realizada, agradeço a boa vontade e dedicação das senhoras Rosa e Sandra. Especialmente, a contribuição dos amigos que fiz no passado e que se fizeram presente neste trabalho, são eles, João Lucio Mazzini, diretor do Arquivo, sempre atencioso para com as necessidades de minha pesquisa e Janilda Maia Silva, bibliotecária do Centro Cultural Tancredo Neves- CENTUR, prestativa aos meus anseios na busca de documentação, abriu as portas e me facilitou ao máximo a pesquisa nas seções de microfilmagem e periódicos. Agradeço também a cordialidade e colaboração que os servidores desses setores disponibilizaram a mim.

Aos velhos amigos, que, apesar da distância, a amizade sempre permaneceu, a mineira-paulista Silvana Freitas, que no primeiro momento me acolheu em sua residência em Osasco-SP, contribuindo para amenizar a saudade dos familiares que deixei em Belém. Ao amigo, Jean Claude, pois tive o privilégio de encontrá-lo em Sampa para nomeá-lo como meu procurador e assim efetivar minha matrícula.

Às voltas com o universo educacional, esse sempre esteve presente em minha vida enquanto professora, meus agradecimento às educadoras, que, de modo fraterno, me acolheram no apartamento da Barra-Funda, minha especial gratidão e amizade construída com Isabelle Elleres, Glória Rocha e Nilda Pereira, por construírem na estadia em São Paulo um ambiente bastante paraense.

Aos novos amigos que conheci nas disciplinas do Curso de Mestrado, pelas contribuições e reflexões oriundas dos debates e seminários. Minha especial gratidão ao amigo manauara André de Freitas, sempre prestativo em ajudar-me nos diversos momentos em que precisei.

A Jessiléia Guimaraes Eiró, pelos ajustes e revisões gramaticais.

Ao CNPQ, pelo apoio financeiro.

Ao meu amado marido, Martin Max Negrão, esse físico-engenheiro eletrônico que quase se tornou historiador, pelo imenso amor, apoio, paciência e pela compreensão das horas, dias e meses de minha ausência, ainda que recém casados, para me dedicar aos estudos em Sampa.

Finalmente, à minha família, à minha mãe Nilce, pela sua própria história de vida, uma das incentivadoras de caminhar nesta temática, pois, cresci ouvindo suas experiências, da sua pequena participação quando do último adeus ao governador Magalhães Barata. Às minhas irmãs Kelly e Regina, a primeira por ter ajudado na fase inicial da pesquisa com a coleta de informações nos periódicos regionais, a segunda, pelo apoio e incentivo através de suas orações, dandomi coraggio per io andare avanti, grazie la mia sorella

SILVA, Michele Rocha da. **Para Serem Atendidas:** cartas ao Interventor Magalhães Barata, Pará (1930-1935). 2010. 175 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi discutir como diversos segmentos sociais, pela ótica de seus efeitos, vale dizer, como homens e mulheres, moradores dos espaços urbano e rural, em diálogo com o Governo, vivenciaram a experiência política em seu cotidiano frente às propostas reformistas da primeira Interventoria de Magalhães Barata (1930-1935) no Pará. Para tanto, investigou-se as cartas que esses sujeitos enviavam ao Interventor. A pesquisa justifica-se por compreender que, à luz dos suportes teóricos da história social e cultural, ideias, crenças, valores, identidades culturais próprios dos missivistas e construídos em meio as suas experiências e vivências culturais, econômicas e políticas, foram fatores determinantes para a reinterpretação do discurso do Governo de Intervenção e, *grosso modo*, nos limites de suas possibilidades, permitiram a negociação com o mesmo. Noções, como justiça, direito, valorização da família, da educação, do trabalho e do trabalhador e dos recursos naturais, reaparecem nos relatos dos requerentes com novas nuances e sentidos políticos diversos para fazerem valer a concretização de seus objetivos.

Palavras-chave: Cartas. Identidades. Experiências Culturais. Diálogo. Interventoria. Magalhães Barata. Negociação. Pará.

SILVA, Michele Rocha da. **For Being Answered:** letters to the Caretaker Governor Magalhães Barata, Pará (1930-1935). 2010. 175 p. Dissertation (Master's degree in Social History) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

ABSTRACT

The objective of this study was to discuss how various social segments, from the point of view of their effects, as men and women residing in urban and rural spaces, dialoguing with the Government, lived day-to-day through the political experience of the reformist proposals of the first Intervention by Magalhães Barata (1930-1935) in Pará. To this end, the letters that these subjects sent to the Intervener were investigated. The research seeks to understand, in light of theoretical support from social and cultural history, the ideas, beliefs, values, and cultural identities of the writers themselves, acquired through their experiences and cultural, economic and political lives were determining factors in reinterpreting the Intervention government discourse, and, overall, within the limits allowed by their possibilities, allowed them to negotiate with said government. Notions such as justice, law, and valuing of the family, education, labor and laborers and natural resources recur in the reports from these petitioners with new nuances and different political meanings in efforts to achieve their objectives.

Key-words: Letters. Identities. Cultural Experiences. Dialogue. Intervention. Magalhães Barata. Negotiation. Pará.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Distribuição por categoria das cartas endereçadas a Magalhães Barata entre os anos de 1930 à 1935	43
Figura 2	Cartão de concessão para Audiência Pública.	54
Figura 3	Relação de Cartas: (a) relação de cartas, (b) relação de cartas abaixo-assinados.	55
Figura 4	Diagrama esquemático representando os caminhos percorridos às solicitações da população. Fonte – Elaboração própria.	65
Figura 5	Barraca coberta de palha, localizada na periferia de Belém	108
Figura 6	Mapa Mapa de Belém referente às principais vias do centro da cidade em 1930.	119
Figura 7	Mapa do Estado do Pará que apresenta os municípios de onde se originavam as cartas do interior	128

SUMÁRIO

1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
2.	AS FORMAS DE MEDIAÇÃO DA INTERVENÇÃO	37
2.1	A PRODUÇÃO IMPRESSA ACERCA DO MOVIMENTO DE OUTUBRO DE 1930	66
3.	ASPIRAÇÕES POPULARES: EMPREGO, EDUCAÇÃO E MORADIA	83
3.1	CONSTRUINDO IDENTIDADES: PROFESSORAS EM BUSCA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO	99
3.2	PELO DIREITO À MORADIA	106
4.	CARTAS DO INTERIOR: “JUSTIÇA SEJA FEITA”	124
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
6.	REFERÊNCIAS	159
7.	ANEXOS	166

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ilm^o. Snr.

Joaquim de Magalhães Barata

D.D interventor militar do Pará

Comprimento-vos

Trago ao conhecimento de V.S. que sendo Paraense, com 40 annos de idade, ainda não foi-me possível obter uma pequena collocação em serviços Públicos;- talvez pelo simples motivo de não ser pulitico, empreguei minha atividade como auxiliar do comercio, até o anno de 1922, qando o engresso de portuguezes aomentou nesta capital, tive que ser substituído, por que estes eram os preferidos pelos seus conterraneos. Sendo obrigado trabalhar como ajudante de operários em construção civil, confiado no espírito de sentimento e justiça de V.S. que hoje coverna esta terra, levo a minha voz a quem poderar cosolar. Aguardarei a oportunidade para quando for possível, ser aproveitado.

Subscrevo me com estima e consideração.

Cirylo Pires Alves¹

A carta escrita em 30 de dezembro de 1930 pelo operário Cirilo Alves tem como objetivo solicitar ao interventor Joaquim Cardoso de Magalhães Barata um emprego público. Ao governo, o missivista se apresenta como um homem trabalhador, ressaltando a trajetória vivida por ele na busca de uma ocupação. Em sua narrativa, destaca que, antes de ficar desempregado e procurar outra forma de sustento, trabalhava no cargo de auxiliar de comércio, no entanto, esse emprego foi ameaçado com a chegada de imigrantes portugueses a Belém, resultando em sua demissão. A preferência de seu antigo patrão português por seus conterrâneos o forçaram a buscar outras alternativas e desempenhar outro ramo de atividade para o sustento da família, conseguindo outra oportunidade apenas como servente de pedreiro na construção civil. Porém, na altura de seus 40 anos, ele almejava, à época da Interventoria, atuar no serviço público, que se supõe ser para ele um trabalho que parecia mais “leve” se comparado ao que exercia na construção civil, por isso, apelava para o sentimento de justiça do Interventor a fim de obter desse a almejada carreira pública.

¹ Fundo Gabinete do Interventor, série Cartas, Caixa 03. Arquivo Público do Estado do Pará. Em todas as cartas a ortografia foi preservada, tendo em vista permitir o reconhecimento do nível de instrução e alfabetização dos remetentes, revelando o esforço que realizavam para se comunicarem, quando descreviam ao Interventor Magalhães Barata suas experiências vividas cotidianamente.

As enunciações do Sr. Cirilo Alves revelam as experiências vividas por um homem comum em meio às relações estabelecidas no âmbito das situações de trabalho, sua narrativa indica um misto de denúncia, revolta e esperteza. Sua estratégia em sensibilizar o governo, e, portanto, convencê-lo de que merecia a vaga, era demonstrar suas qualidades de trabalhador, embora as relações trabalhistas experimentadas na urbe paraense o impedissem de exercer uma função mais prestigiada socialmente.

A estratégia engendrada pelo missivista de convencer o interventor, enquanto representante da instituição estadual, a reparar as condições às quais os trabalhadores brasileiros estavam sendo submetidos, sustentava-se no argumento da nacionalidade.

A carta revela tensões nas relações existentes entre portugueses e brasileiros quanto aos negócios. A indignação do Sr. Cirilo Alves parte da condição de que se considera como vítima de um processo de relações sociais estabelecido com os de fora. Sendo brasileiro, Cirilo Alves foi injustiçado por uma prática comum utilizada entre pares, a preferência dada aos que compartilham das mesmas identidades socioculturais. O patrão de origem portuguesa preferiu entregar a função de auxiliar de comércio, que antes era exercida por ele, a um português, conterrâneo seu, restando ao brasileiro buscar outra ocupação, cujo descontentamento deixou transparecer em palavras, “sendo obrigado a trabalhar como ajudante de operários em construção civil”.

O tom contrariado demonstra que o missivista se valia de um argumento forte, denunciava as condições em que um brasileiro como ele vivenciava o processo de inserção no mercado de trabalho na capital paraense, quando as experiências cotidianas impunham relações trabalhistas com os de fora, isto é, com os estrangeiros, nesse caso, com os portugueses, especialmente, quando esses eram os proprietários das diversas lojas, tabernas, botequins e mercearias espalhadas pela capital paraense.

Apelando para o discurso da nacionalidade como forma de convencer o regime de Intervenção, o Sr. Cirilo Alves sinalizou que, sendo ele paraense e brasileiro, mereceria desempenhar uma profissão valorizada socialmente, ao contrário daquela que vinha exercendo como servente da construção civil. Um serviço que exigia dele o esforço braçal, que literalmente, o obrigava a por “a mão

na massa”, carregando pedras, misturando barro, colaborando na edificação de casas e prédios.

Correspondências como a do Sr. Cirilo Alves eram constantes no gabinete do interventor Magalhães Barata no decorrer de sua gestão, inúmeras pessoas de vários segmentos sociais escreveram para o interventor. As cartas representavam instrumentos importantes para diferentes sujeitos, da capital e cidades interioranas, na comunicação junto ao poder público. Por meio delas, é possível perceber as experiências efetivas e as expectativas de vida dentro das relações sociais vivenciadas cotidianamente por uma parcela da população paraense. De forma especial, aqueles que dialogaram com o governo usando correspondências deixaram registradas as circunstâncias de seus modos de vida, bem como apontaram traços e características daqueles com quem mantinham comunicação.

Durante algum tempo, antes do advento de outros meios de comunicação mais modernos, de outras tecnologias, como, por exemplo, o telefone, a combinação entre a informática e a comunicação via satélite, os *e-mails*, a população se valeu e ainda se vale da tradicional produção de cartas para se comunicar. Por meio desse instrumento de mediação se podia, e ainda se pode, comentar, informar, explicar, cobrar, interpretar, reclamar e pedir. As narrativas nelas contidas, como a descrita pelo o senhor Cirilo Alves que se valeu desse meio para pedir um emprego, demonstram que as missivas foram e continuam sendo importantes. As cartas “não somente transportam palavras transcritas através do tempo e do espaço, mas que recriam as circunstâncias do momento de sua enunciação. Desde a saudação inicial, se recria um esquema classificatório que reconstrói a vida social e afetiva dos sujeitos envolvidos no ato epistolar” (SOTO, 2007, p. 110).

As linhas traçadas em algumas folhas de papel registraram experiências vividas por mulheres e homens, pessoas reais, algumas simples, outras nem tanto, pertencentes aos mais diversos segmentos sociais, umas mais remediadas, outras menos, que compunham o cenário da história social no primeiro quinquênio da década de 1930 no Estado do Pará. Compreender as experiências sociais diferenciadas de uma parcela da população, que estabeleceu diálogo por meio de correspondência com o governo no período de Intervenção estadual, é a proposta deste trabalho.

A trajetória política de Magalhães Barata iniciou-se quando do movimento tenentista. Em 1930, ele assumiu a Interventoria do Estado do Pará, contudo, as tensões e divergências entre as lideranças políticas que o apoiavam e a forte oposição da Frente Única Paraense na disputa do processo eleitoral em 1934² levaram Getúlio Vargas, em abril de 1935, a substituir Magalhães Barata por outro Interventor, José da Gama Malcher. No entanto, Barata retornou como interventor em 1943, ficando até a abertura política em 1945. Nesse ínterim, foi eleito senador. Em 1950, perdeu a disputa nas eleições para governador. Cinco anos depois, Magalhães Barata concorreu novamente às eleições e venceu o pleito, vindo a falecer ainda no exercício do poder executivo do Estado em junho de 1959.

A presença dele no poder executivo estadual do Pará a partir de 1930 esteve ligada ao seu efetivo envolvimento nas contestações militares para destituição do poder político nos estados do Amazonas, Pará e Espírito Santo. É na instituição militar do exército brasileiro, que Magalhães Barata tem sua formação e engajamento político, ligando-se ao movimento tenentista, nos idos dos anos vinte participou dos levantes militares de 1922 e 1924.

Joaquim Cardoso de Magalhães Barata, enquanto Interventor estadual no Pará, articulado com lideranças civis, integrantes opositoristas da política anterior, pertencentes a grupos políticos tradicionais como os integrantes da família Chermont; Abel e Mário Chermont³, Abelardo Conduru, José Pingarilho, Pe. Leandro Pinheiro, Clementino Lisboa, implementou reformas administrativas buscando atribuir um caráter “moralizador” às instituições públicas. As afirmações desse governo foram acordadas nas diretrizes nacionais do movimento político definido pelo grupo, que estava no poder, como “Revolução de 30”⁴.

² Ao longo da Intervenção ocorreram sucessivos rompimentos entre os principais representantes que apoiavam o regime, a disputa pela liderança partidária no partido Liberal levaria ao enfraquecimento do grupo político ligado diretamente ao Interventor, o processo dos trabalhos da constituinte em 1934 culminou na ruptura entre Abel Chermont, representante de uma das famílias de líderes políticos tradicionais do Pará e Magalhães Barata. Além disso, membros do partido republicano federal e do partido conservador se uniram, formando a Frente Única Paraense, que estaria sob o comando de Samuel Macdowell e Antonio Sousa Castro (PRF). Sobre os componentes geradores da crise política que culminou na substituição de Magalhães Barata do cargo, cf. Rodrigues, Denise de Souza Simões. *Pará/1935: um estudo sobre liderança e conflito*. Rio de Janeiro, UPERJ, 1979. p.67-79.

³ A influência política da família Chermont no Estado do Pará remonta aos idos do processo de adesão à independência brasileira, além disso, membros dessa família, em momentos variados, no Império e na fase inicial da República, assumiram cargos de executivos do poder político paraense. Cf. Rodrigues, 1979. p.70.

⁴ De acordo com Decca (1984), a “Revolução” foi uma estratégia de dominação, a qualificação de um discurso ideologicamente construído pelo grupo que assumiu o poder em 1930, que sob a égide do progresso e de uma provável reforma social, legitima o exercício de seu poder, ao mesmo tempo em

A Intervenção de Magalhães Barata legitimava os “ideais revolucionários” que, por sua vez, norteavam as ações desse governo, imprimindo o discurso ideológico de “restauração” e “saneamento” das estruturas políticas do estado. Por meio de decretos, instituiu o programa de reformas que visavam desarticular as velhas bases de poder e desmontar a máquina administrativa de gestões anteriores. Nesse sentido, Barata anulou concessões de terras de grandes latifúndios nas zonas de castanhais e seringais, confiscou bens dos ex-governadores Dionísio Bentes, Eurico Valle e Antonio Emiliano de Souza Castro, sob alegação que esses haviam lesado os cofres públicos no período quando dirigiram o Estado.

Carlos Vesentini (1997) apresentou uma vigorosa discussão sobre as dimensões políticas que envolvem o fazer da memória histórica do fato, nesse caso, o fato seria a “revolução de 30 e ação de seus revolucionários”.

A década de trinta, para Vesentini (1997, p. 27), tomou contorno de expressão e se constituiu num império do fato. A memória construída pelos vencedores de 1930 se unia ao fato de que o grupo que estava no poder, a partir de um conjunto de propostas, engendradas no processo de luta, seguia um movimento no qual se decidia onde as interrogações seriam postas, da mesma maneira como se excluía questões que pudessem deixar transparecer a incongruência desse regime.

Magalhães Barata e o grupo político que assumiu com ele o poder político paraense davam-se ao engajamento na efetivação de propostas que culminariam em construções de significações mais amplas. A ação dessa frente política era implementar um suposto Estado moralizador das instituições públicas, cujas implicações transsubstanciavam-se na compreensão dos paraenses acerca da existência de um governo com propostas que beneficiavam a todos.

Nesse sentido, integradas ao discurso da construção do fato orientada de acordo com a perspectiva dos “revolucionários no poder”, estavam às camadas populares. A implementação de “mudança” propagandeada por aqueles exigia a idealização desses aos quais o discurso era destinado. Era uma forma de justificar as transformações provocadas pelo governo de Intervenção como algo que também vinha das aspirações populares. Os vínculos criados de aproximação entre a população e o Interventor assumem, como parte constituinte da legitimação do

que constroi a memória histórica política do “vencedor”, neste caso dos “revolucionários”, isto é dos homens que assumiram o poder institucional a partir de 1930.

poder, a aparência de uma expressão resultante da unidade e vontade geral do todo social.

Uma das medidas que corroboraram para a efetivação dessa perspectiva foi a implantação da comunicação direta com o governo. Propondo “solucionar” as reclamações e pedidos que chegavam até ele, Magalhães Barata oficializou o envio de cartas. Dadas as características dos pedidos, queixas e denúncias, elas passaram a ser adjetivadas como cartas-petição, além disso, instituiu a realização de Audiências Públicas.

Apoiados nessas duas formas de comunicação, as cartas e as audiências públicas, os moradores das cidades interioranas, vilas, distritos e áreas rurais, assim como os da capital, exprimiam suas reivindicações, reclamações e necessidades, estabelecendo, assim, um canal de diálogo com o interventor.

A natureza da fonte principal, as cartas, o diálogo constante dessa evidência, apontou para a existência de sujeitos oriundos de variados segmentos sociais, o que certamente apresentou questões complexas por que o trabalho poderia se enveredar. A existência de uma parcela de sujeitos que se identificavam nas cartas como “pobres” e “humildes” faria mergulhar também na perspectiva teórico-metodológica da história vista de baixo⁵.

A pesquisa permitiu o contato com uma parcela de sujeitos sociais que revelavam por meio da escrita as experiências vivenciadas na sua condição de pobreza. Explorando essa dimensão desconhecida do passado⁶, foi possível compreender como homens e mulheres exprimiram suas dificuldades cotidianas, enfrentadas na busca por emprego, moradia, assistência jurídica e à saúde. A

⁵ A importância de entender as relações sociais de agentes históricos de estratos econômicos e sociais mais baixos alavancou a realização de debates intelectuais acerca das problemáticas oriundas de explorar as perspectivas sociais de sujeitos que nem sempre deixaram registradas na história suas experiências. Hobsbawm (1998) apontou, por exemplo, questões conceituais e problemas práticos, levantando a questão de definir quem seriam as pessoas comuns. Outro problema de ordem técnica diz respeito à ausência de um corpo material pronto para descrever a história dos movimentos populares, possibilitando ao historiador o suscitar de necessária reflexão metodológica.

⁶ Jim Sharpe (In: BURKE, 1992, p. 39-62) também traz algumas reflexões sobre a perspectiva metodológica da história vista de baixo, demonstra que essa abordagem abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica. A tradição francesa de historiografia elaborou a maioria dos métodos e temas da história feita pelo povo, com destaque para o historiador George Rudé (In: KRANTZ, 1990), um dos pioneiros a compreender a ideologia popular e reconhecer na multidão sujeitos como artesãos, pequenos lojistas, jornalheiros e camponeses, em homenagem a este historiador reuniu-se vários ensaios contemporâneos sobre variadas abordagens da história do povo.

movimentação dessas pessoas para a efetivação de suas demandas imediatas possibilitou revelar alguns indícios do cotidiano urbano e rural de uma parcela da população paraense, nos anos de 1930 a 1935.

Trabalhando com o conceito de cultura, foi possível entender as diferentes dimensões da vida material e seus significados, a partir das quais, desempregados, sem tetos, servidores públicos, professoras, estudantes, operários, comerciantes, donas de casas, agricultores, ribeirinhos e ex-servidores públicos construíram suas culturas e seus modos de vida⁷, com base nas diversas relações que estabeleceram uns com os outros em seu cotidiano. Assim como também permitiu compreender como as transformações oriundas das ações administrativas do governo de Intervenção foram experimentadas por esses sujeitos.

A abordagem da história cultural permite perceber que ideias, valores, tradições, crenças, instituições, arte, religião e maneiras de viver estão longe de ser imposições únicas e exclusivas de um grupo a toda sociedade, mas percorrem um universo complexo de interação pelos quais indivíduos reelaboram significados e discursos políticos, conferindo-lhes novos e diferentes sentidos.

Portanto, apreender as identidades culturais dos sujeitos históricos que dialogavam com o governo de Magalhães Barata possibilitou reconhecer nas diversas dimensões sociais as formas como homens e mulheres, inseridos em relações sociais determinadas, constituintes de necessidades, interesses e antagonismos, participaram tanto de processos de dominação como também de resistência e de lutas (THOMPSON, 1986).

Esta pesquisa se justifica ao problematizar e perceber que os anos 1930 não foram um tempo somente de Magalhães Barata e do grupo político que o apoiava e que estava no poder naquele momento, mas também de outros sujeitos históricos que viveram e fizeram aqueles tempos. Por meio de múltiplas relações, construíram sonhos, envolveram-se em negociações, conflitaram-se diante de posturas e valores. Em suas formas de ser e viver, expressaram interesses, reivindicaram direitos, comemoraram conquistas e se decepcionaram com as derrotas, tocando para adiante seus projetos de vida.

⁷ Esta pesquisa se fundamenta no conceito de cultura desenvolvido por Raymond Williams (1979), o autor entende cultura como um processo social em que estão inseridas as formas de viver dos sujeitos sociais.

As inquietações resultantes da conclusão de minha monografia de graduação do curso de História⁸, do levantamento e análises das obras, livros, dissertações, e, sobretudo da grande quantidade de trabalhos de conclusão de curso em História e Ciências Sociais sobre a Interventoria de Magalhães Barata, me fizeram perceber que a historiografia enfatizou o aspecto político relacionado à imagem do Interventor e/ou sua atuação com os setores organizados. Por exemplo, os sindicatos, as agremiações, o setor da economia agropecuária e os conflitos e tensões da política partidária desse governo. A maioria dessas produções caracterizou o modelo de administração na gestão de Magalhães Barata como populista e autoritária.

Muitos foram os autores que discutiram e se debruçaram sobre a temática da 1ª Interventoria de Magalhães Barata. As análises de Denise Simões Rodrigues (1979) sobre esse momento histórico, por exemplo, evidenciaram a participação dos grupos políticos na disputa eleitoral pelo poder estadual em 1934. Como produção datada, específica à época produzida, a pesquisa objetivava perceber questões relativas à consciência de classe dos sujeitos históricos que estavam envolvidos na campanha político-partidária de 1934.

A pesquisadora considerou que a atuação de Magalhães Barata na administração estadual foi um empreendimento que ele conduziu para além das propostas instituídas pelo grupo político do qual fazia parte, ou seja, a autora relacionou a gestão do interventor a um caráter único e pessoal dele, em que ele entendia o “governo como missão”, isto é, implicava a “missão” de conduzir o Estado imprimindo a sua marca pessoal, o que exigia dos governados a anulação das vontades individuais

Desse modo, Rodrigues (1979) definiu a administração do Interventor como autoritária, em que Magalhães Barata entendia ser predestinado para exercer o cargo, segundo a autora, a partir da concepção de centralização política baseada num executivo forte, que anulava as formas de representatividade atribuídas ao poder legislativo, que norteou a administração do Interventor. A autora atribui o caráter popular de Magalhães Barata ao fato de ele “atrelar as massas” ao Estado, concretizado nas ações como ouvir os moradores de Belém, visitar o interior, levar médicos para as cidades interioranas e se mostrar como mediador entre os

⁸ SILVA, Michele Rocha da. **Por uma abordagem historiográfica**: a história de Magalhães Barata. UFPA, 2001.

operários e patrões. De acordo com Rodrigues (1979, p. 52-54), o conjunto dessas ações foi usado em benefício pessoal de Barata e contribuiu para se criar em torno dele uma “mística de bondade” que seria entendida como pré-populismo.

O que chama atenção na argumentação de Rodrigues é sua compreensão em relação às camadas populares, destituindo-as de qualquer atuação frente às ações impostas pelo governo. Sem identificar os sujeitos e os denominando como “massa”, a autora definiu a política implementada por Barata como uma liderança que se revestia de uma aura mítica, resultado do carisma fortemente baseado em estratégias engendradas por Barata para angariar a simpatia dos paraenses, tanto em Belém como no interior, em que ganhos materiais, “concedidos” por Magalhães Barata, seriam devolvidos por esses sujeitos sob forte aclamação ao Interventor.

É interessante perceber que o argumento de Denise S. Rodrigues foi utilizado também por Luzia Álvares (1990), quando procurou demonstrar as formas de aproximação que Magalhães Barata realizou ante as organizações femininas, de modo especial, na atuação de professoras. Segundo Luzia Álvares, com a instauração do direito de voto para as mulheres, a partir de 1933, o voto feminino seria um novo alvo dos políticos e de Magalhães Barata, que, seguindo os preceitos do comando nacional, não deixaria “escapar” esse precioso eleitorado, nesse caso as professoras, visto que podiam ser grandes colaboradoras para a proliferação dos “ideais cívicos”, da “revolução”. Para Barata, as professoras eram responsáveis pela formação da consciência do alunado paraense que, por conseguinte, era constituído dos futuros eleitores.

Verificou-se também que Luzia Álvares (1990) utilizou o mesmo argumento de Rodrigues (1979); a compreensão de Magalhães Barata de administrar o “governo como missão”. Ao afirmar que Magalhães Barata, ao liderar as *massas populares*, enquanto mediador de suas causas, como foi o caso da categoria docente, administrou o Estado do Pará com a *missão* de concretizar e perpetuar os ideais da revolução, ainda que fosse preciso utilizar os mais diferentes mecanismos de persuasão e autoritarismo do regime que ele representava.

A pesquisa de Luzia Álvares deixou um legado extremamente valioso no contar da reconstrução da própria história política do Pará, sobretudo da participação da mulher nas tramas políticas. Além disso, abordou acontecimentos políticos numa releitura e análise mais apurada sobre a instituição republicana no

Pará. Todavia, apesar do esforço da pesquisadora em reconstruir a história de participação política feminina, figura que ficou silenciada na literatura acadêmica regional por um longo período, Álvares em sua pesquisa destacou a participação de mulheres que fizeram parte das classes hegemônicas da sociedade paraense.

As análises de Álvares mostraram as esposas, irmãs, amantes de influentes políticos do Pará, até mesmo daqueles que não apresentavam parentes de grande importância na política, mas que, em certo sentido, desfrutavam de privilégios concedidos pelo Estado. O que leva a questionar: e as outras mulheres, onde estavam nesse processo? A mulher pobre, a chefe de família, a viúva que sustentava os filhos menores, a que vivenciava uma situação financeira extremamente difícil, a que almejava uma casinha para morar, a agricultora que visava à justiça do governo contra o nepotismo praticado por servidores no interior do Pará? Onde estão “os fios” e “rastros” dessas mulheres, suas atuações e vivências sociais? Chega-se a perceber que as correspondências endereçadas para o gabinete de Magalhães Barata levam ao diálogo com essas experiências historicamente situadas.

Outro estudioso que se debruçou sobre a história de Magalhães Barata foi o jornalista Carlos Rocque. Antes de falecer, reuniu escritos e documentos em uma obra dividida em dois volumes⁹. Nela, o autor procurou mostrar a trajetória histórica de Magalhães Barata desde seu nascimento até sua morte. Os documentos rastreados são os mais variados. Entre eles, destacam-se: relatos de políticos que tiveram contato com o interventor, cartas de Magalhães Barata correspondendo-se com seus amigos, certidão de nascimento do interventor, fotografias e charges. Enfim, Rocque procurou desenvolver seu trabalho com evidências que estivessem relacionadas à atuação política do governo.

É possível afirmar que uma das contribuições da pesquisa de Carlos Rocque está na recuperação de fontes de naturezas diferenciadas, muitas das quais inéditas e de difícil acesso. Documentos que estavam em poder de amigos de Magalhães Barata, como cartas, bilhetes, telegramas de pessoas que estavam envolvidas na política da época e se correspondiam com o interventor.

Entretanto, a narrativa histórica desse pesquisador está orientada por uma perspectiva cronológica e factual. Procurou costurar os textos por meio de um

⁹ ROCQUE, Carlos. **Magalhães Barata**: o homem, a lenda, o político. Belém: Secult, 1999.

encadeamento narrativo dos episódios daquela época, descrevendo Magalhães Barata como o sujeito principal dos acontecimentos. Nesse sentido, a documentação foi tratada de forma a suscitar “a verdade” sobre o passado, deixando de perceber uma história em movimento que revela experiências diferenciadas de outros sujeitos históricos que também compartilhavam aqueles tempos.

Tal documentação para Carlos Rocque é a prova do passado tal como ele foi, como reafirmação da “verdade dos fatos”. A história de outros sujeitos sociais que não estavam envolvidos diretamente nas tramas e intrigas palacianas no governo de Intervenção nos escritos de Rocque é vista como secundária. De modo geral, a história de gente comum, é descrita apenas a partir da ação do interventor, sendo compreendida de modo generalizado e entendido como “povo”, quando o cita é nas picuinhas entre a oposição ou em episódios comoventes, sempre pondo em evidência Barata, como no episódio de seu falecimento, que gerou, segundo o biógrafo, convulsão social no coração da cidade. Nas fotos apresentadas, os populares apareceram no velório do interventor com semblantes comovidos, em filas em frente ao palácio, mulheres chorando, uma infinidade de pessoas que surgiram emocionadas e comovidas no último adeus ao governador.

As imagens fotográficas, do fotojornalismo e as documentações apresentadas no livro de Carlos Rocque, especialmente no primeiro volume, procuram indicar que havia a presença forte da população, porém os argumentos elaborados por esse autor reforçam a ideia de que era a forma de retribuição da população e toda solidariedade e apoio para com aquele governo que a ouvia, atendia e “fazia esforço” para ajudá-la. É preciso, contudo, no jogo do revela e esconde da história¹⁰ procurar compreender os diferentes sentidos que os sujeitos construíram para aquele momento.

Algumas produções acadêmicas, sobretudo trabalhos de conclusão dos Cursos em História e em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, abordaram a prática populista do governo, na intenção de perceber as camadas populares como agentes cooptados pelo governo. Além disso, as temáticas mostraram a atuação do Interventor dentro da administração institucional, bem como do envolvimento com outros políticos tanto da oposição quanto da situação. Outras pesquisas mergulharam em reflexões sobre a memória histórica da imagem de

¹⁰ SAMUEL, Raphael. Teatros da Memória. In: **Projeto História 14**, Cultura e Representação. São Paulo: PUC-SP/EDUC, fev/1997.

Magalhães Barata, bem como sobre o imaginário político elaborado e reelaborado sobre a figura política de Magalhães Barata¹¹.

Esse quadro permite afirmar que há uma produção historiográfica considerável a respeito da administração política e das práticas populistas do Interventor. Pesquisas produzidas numa temporalidade mais recente seguiram a mesma perspectiva, há ainda uma produção considerável sobre o imaginário político que se construiu sobre Magalhães Barata. As abordagens partiram de relatos orais e documentais de políticos que participavam do governo, problematizando, a memória que tais políticos construíram em torno do político e da imagem de Magalhães Barata¹².

No decorrer da pesquisa, constatou-se que todos os episódios políticos nos quais Magalhães Barata estava inserido desde sua atuação, como no movimento tenentista, até o momento de sua morte, tinham sido revisitados pela historiografia, o que, de certa forma, contribuiu para fortalecer e realimentar uma memória política de um governo que o Pará jamais poderá ter novamente. A partir da evocação da memória dos paraenses mais velhos é comum ouvir frases como *“na época de Barata não tinha baderna”, “não haviam ladrões”*. Pode-se dizer que essas produções contribuíram para a manutenção da imagem sacramentada na memória social paraense sobre o governo baratista, especialmente a de uma imagem populista¹³

A partir das leituras e análises proporcionadas pela pesquisa, um turbilhão de inquirições e reflexões surgiam. Pensava. As pessoas comuns, que

¹¹ Cf. FERREIRA, Albert de Oliveira. **A 1ª Interventoria de Magalhães Barata(1930-1935):** discursos, práticas e conflitos políticos no Estado do Pará.(Trabalho de Conclusão de Graduação em História.Centro de Filosofia e Ciências Humanas).UFPA, 1997.

SALGADO FILHO, Rosemiro. **O populismo no Pará (1954-1959).** (Trabalho de Conclusão de Graduação em Ciências Sociais.Centro de Filosofia e Ciências Humanas). UFPA, 1982.

SANTANA JUNIOR, Leopoldo Nogueira. **Educação e Imaginário Baratista.** (Monografia em especialização em História da Amazônia Centro de Filosofia e Ciências Humanas).UFPA, 1994.

¹² Cf. ARAÚJO, Argemira dos Santos. **O Pará e o governo inovador de Magalhães Barata, no período de 1930/35.** (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas). UFPA, 1990.

LIMA, Maria Inêz Oliveira de. **Magalhães Barata: um líder populista no Pará (1930-1935).** (Trabalho de Conclusão de Curso em História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas). UFPA, 1999.

LOUREIRO, Rita Ester Bezerra. **Memória da Perfeição: lembrança, história e herança de Magalhães Barata.** (Trabalho de Conclusão de Curso em História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas). UFPA, 1998.

RIBEIRO, José Roberto Silva. **A Revolução de 30 e a Educação no Pará: carisma e práticas políticas.**Belém: Gráfica Editora Meridional. 1998.

¹³ Populista, aqui, se refere à adjetivação da concepção clássica ditada pelos sociólogos sobre o populismo pelo qual compreende-se que a população é mera espectadora, massa de manobra nas mãos de políticos espertos e de boa oratória. (Cf. IANNI, Octavio, 1975; WEFFORT, Francisco, 1978).

também compunham o cenário social paraense, gente que, de certa forma, estava envolvida na movimentação política para a construção da figura popular de Barata, onde se localizavam nessa história? As Marias, as Raimundas, os Joões e os Josés, que compartilharam e vivenciaram esse processo político nos anos pós 1930 no Pará, o que pensavam? Como se posicionavam frente à primeira Interventoria de Magalhães Barata? Ficaram no silêncio? Por qual motivo?

Durante a Especialização em História da Amazônia em 2004, vislumbrei a possibilidade em ter outro mote sobre o período de Magalhães Barata, minhas análises procuravam destoar das várias discussões já estabelecidas pela produção historiográfica anterior. No Arquivo Público do Pará, iniciei minhas primeiras incursões acerca das correspondências endereçadas a Magalhães Barata¹⁴.

Ao problematizar o conteúdo das cartas, as correspondências revelaram importantes diferenças entre o modo como Magalhães Barata se apresentava em seus discursos e como eles eram entendidos pelos paraenses. Tais cartas evidenciaram o quanto os missivistas sabiam utilizar o discurso do interventor em benefício próprio. O conteúdo das cartas era construído de argumentações em que a barganha preponderava.

A abordagem sobre as cartas parte da contextualização do momento histórico oriundo das informações trazidas pelos sujeitos que as escreveram, por isso, em alguns momentos intercalei as problematizações resultantes da análise das correspondências com a própria composição dos missivistas, as quais destaquei em itálico e entre aspas quando essas constituem citações curtas e ocorrem dentro do próprio texto de análise, esse procedimento metodológico é adotado a partir da missiva do Sr. Francisco Lemos.

A carta do Sr. Francisco Lemos, ex-servidor público, escrita em 19 de fevereiro de 1932, representa um exemplo de negociação com o Governo. O missivista recorreu a Magalhães Barata, para que esse intervisse com relação a seus vencimentos, pedindo-lhe que fizesse uma revisão de seus provimentos e posterior atualização dos mesmos. Como não obteve resposta do Governo em sua primeira carta, o missivista insistiu com uma segunda carta, o que demonstra o esforço empreendido para reaver algo que julgava por direito ser seu. Esse, antes

¹⁴ Cf. COSTA, Mauro José da; SILVA, Michele Rocha da. **Negociação e populismo em o poder da escrita: Cartas a Magalhães Barata**. Uma perspectiva de ensino regional (1930-1935). (Monografia de Especialização em História da Amazônia pela UNAMA). Belém, 2004.

de voltar “a presença de VEcia”, buscou ajuda a quem poderia fornecer informações e instruí-lo sobre a responsabilidade do Estado quanto à regularização de seu dinheiro, depois de “*deveras consultas*” e “*tendo a certeza que a razão*” o assistia, perseverante, escreve novamente ao Interventor:

Com a devida venia, volto a presença de VEcia para dar o resultado do meu pedido feito a VEcia sobre a conferência de uma conta corrente, que me julgo prejudicado.[...] Bem sei que nenhum direito me assiste de pedir, não prestei serviços a revolução, na ocasião eu achava no Oyapock, no entanto fui sempre adepto da cauza e não sou de última hora desde de 1925 quando gerente da Companhia Pontanary Ltda...prestei alguns pequeninos auxílios aos revolucionários prezos, de algum modo amenizei os sofrimentos de muitos destes heróis, dei trabalho a muitos a alimentei gratuitamente aos que me procuraram em grande número e até contribuir para a fuga de diversos [...] apenas mostro a diferença os dias de hontem e de hoje; já pode amenizar os sofrimentos de muitos homens¹⁵.

O missivista respalda-se em outras situações politicamente vivenciadas, deixando entrever sutilezas para conquistar seus objetivos frente ao representante maior do Estado paraense. Nesse contexto, a carta tornou-se instrumento de luta na defesa dos interesses dos signatários. Elas trazem ambiências forjadoras de relações sociais.

Percebendo a recusa do Estado em querer pagar um direito que é dele, o missivista, a partir de informações adquiridas em meio aos laços de sociabilidades vivenciadas a partir de seu universo cultural, escreveu mais uma vez ao Interventor para cobrar o pagamento que lhe é devido.

Como força argumentativa de convencimento, o remetente apresenta as experiências vividas no passado, demonstrando sutilmente o quanto era simpático a mesma causa de Magalhães Barata.

Ao utilizar expressões como as realçadas nos excertos a seguir, “*amenizei os sofrimentos de **muitos destes***”, “*alimentei gratuitamente aos que me procuraram em **grande número***”, “*contribuir para fuga **de diversos***”, o missivista procurou sinalizar ao governo sua importância e prestatividade, mesmo indiretamente, pois quando exercia a profissão de gerente na empresa Pontanari, localizada no extremo norte do território do Amapá, pode ajudar os que estavam envolvidos na causa, especialmente, quando passavam por aperto, momento em

¹⁵ Fundo: Gabinete do Interventor. Série: cartas, caixa 03. Arquivo Público do Pará.

que ofereceu trabalho, alimentou, facilitou a fuga, demonstrando, assim, o quanto sua participação foi engajada. Porém, num tempo presente, quando Magalhães Barata estava como Interventor, a realidade era outra, estava desempregado, por isso cobrava do governo a retribuição dos serviços prestados no passado.

As pessoas com a intenção de verem seus pedidos concretizados teceram seus textos sinalizando ao Interventor que comungavam da política do Governo, mostravam ser “aliados”, simpáticos às reformas implementadas pelo Interventor. As descrições das cartas apontavam para posicionamentos favoráveis à proposta da Intervenção. Os missivistas demonstravam que também lutaram contra as práticas dos “polítiques prepotentes” de outrora, e assim como ele, o Interventor, alinhavam-se “sempre com as ideias de combater as coisas do mal”, nesse caso, os vícios políticos dos governos passados. Portanto, os missivistas diziam ser “*sempre adepto da causa*” de Magalhães Barata e afirmavam que “*não sou (eram) de última hora*”.

A exemplo do que escreveu o senhor Francisco Lemos, a existência de negociação entre o Interventor e o signatário sinaliza uma prática cotidiana que amarrava a conquista de objetivos. Quando o Governo propõe “restaurar” e “sanear” o aparelho administrativo do Estado, os paraenses se apropriaram de tal discurso a fim de serem agraciados também em seu interesse particular.

Nesta pesquisa, estão pontuados também os caminhos que a historiografia brasileira estava seguindo, mostrando que as camadas populares não são mais vistas e escritas como meros coadjuvantes de um momento histórico. Tal reflexão pode ser constatada nos estudos de Joel Wolfe¹⁶, no qual mostrou que Vargas, ao alicerçar seu governo praticando uma política populista, na verdade, concretizou uma política de conciliação com amplos setores da sociedade. Logo, a construção de sua figura populista não foi realizada como via de mão única, mas foi um estado complexo de negociação das camadas populares com o presidente.

Na perspectiva analítica do autor, o movimento populista traz à tona uma política de alianças entre um novo grupo político, Getúlio Vargas, classes populares e elementos da burguesia nacional. Essas tendências de análises sobre o populismo brasileiro fizeram com que a presente pesquisa também problematizasse essa

¹⁶ WOLFE, Joel. **Pai dos pobres ou mãe dos ricos?**: Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. Revista Brasileira de História. ANPUH/ Marco Zero, v. 14, nº 27, 1994. p. 27-60.

questão no Estado do Pará, cuja historiografia regional comumente argumenta que Magalhães Barata teria se transformado num governante de forte aclamação popular, sendo, ainda hoje, lembrado na memória social dos paraenses mais velhos como o governante mais popular da história política paraense.

Um levantamento recente de monografias de conclusão de curso em História, escritas após as primeiras pesquisas anteriores, apontam ainda a prevalência dos acadêmicos em centralizar suas análises em torno do político Magalhães Barata. Pois, apesar de esboçarem abordagens diferenciadas, com a perspectiva de problematizar fotos, iconografias e propagandas do regime, as produções continuam a versar sobre o ponto de vista do poder institucional, como exemplo, tem-se o imaginário político sobre o interventor, sua imagem e propaganda, bem como sua prática política, que se constituem os principais eixos norteadores desses trabalhos¹⁷.

A complexidade desse cenário paraense e seus muitos agentes sociais indicam que a historiografia regional precisa, ainda, efetivar um estudo apurado. Fragmentos de memórias de mulheres e homens considerados anônimos, que expressam experiências sociais, aparecem em algumas pesquisas, mas essas pouco traduzem quais identidades culturais, negociações e conflitos esses homens e mulheres, de distintas formações culturais, vivenciaram, reafirmaram ou construíram na década de 1930 em terras paraoaras.

Após a especialização, senti a necessidade de amadurecer a pesquisa acerca das correspondências endereçadas a Magalhães Barata. Motivada em aprofundar a investigação e confrontar as cartas com outros documentos, como memorandos, ofícios, decretos, portarias e jornais regionais, enfim, prováveis caminhos percorridos pelas cartas, vislumbrei a possibilidade de realizar uma pós-graduação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP. A partir de então, comecei a dialogar com fontes diversas, na expectativa de me aproximar das experiências sociais concretas que animaram os espaços urbanos e rurais de minha região, levando-me a compreender as perspectivas de mundo, valores e interesses dos missivistas.

¹⁷ Cf. SANTOS, Roque José Rodrigues dos. **A Construção do Imaginário Entorno do Homem Público Magalhães Barata**. (Monografia de conclusão de curso). Belém, 2007.
LOPES, Marcos Roberto Guimarães. **Revolução, imagem e propaganda: Magalhães Barata na sua primeira interventoria: 1930 – 1935**. (Monografia de conclusão de curso). Belém, 2007.
FERREIRA, Eduardo Quaresma. **O imaginário político no Pará entre os anos 1930/1935**. (Monografia de conclusão de curso). Belém, 2002.

Nesse sentido, continuei em busca de materiais. Para minha surpresa me deparei com a monografia de graduação em História de Ilka Barbosa (2005). A pesquisa dessa autora despertou minha atenção, primeiro, por ter trabalhado com as mesmas fontes que eu vinha analisando, isto é, as correspondências; segundo, porque a abordagem dela trilhou um caminho diferente do de muitas produções que li sobre o período barata. Tal pesquisa possibilitou perceber um caminho que não procede do governo, ou seja, de cima para baixo, mas a partir dos populares, tal qual as minhas primeiras incursões, isto é, de baixo para cima.

Minha curiosidade era saber a forma como a pesquisadora havia trabalhado a fonte, quais as abordagens, que referenciais teóricos sustentavam sua temática. Barbosa propunha compreender quais as razões que levaram Magalhães Barata a estabelecer “afinidade” (destaque da autora) com a população, que motivos estavam imbricados ao possibilitar o uso da carta como instrumento de mediação com os populares.

Apesar de Ilka Barbosa revelar os aspectos sociais dos sujeitos das cartas, a autora compreende que o argumento descrito pelos missivistas quando solicitam emprego, por exemplo, é o reflexo do discurso empreendido pelo governo, ou seja, para Barbosa, as pessoas reproduzem o discurso do governo, acreditando nele. Surpresa com a leitura que fez das cartas, Barbosa (2005, p.20) escreveu “é muito interessante como as pessoas se apegavam ao Interventor como aquele que poderia resolver todos os problemas”.

Contudo, passou despercebido pela autora que o enredo das cartas é, de certo modo, um exercício político de enunciações para convencer o governo a fazer com que seus interesses sejam atendidos. Por exemplo, E. Thompson (1998, p. 38) quando analisou a condição de dependência das classes médias na sociedade inglesa do século XVIII acrescentou que “um homem que se acha, por força, na posição de solicitar favores não revelará o que realmente pensa”.

Há de se pensar sobre o posicionamento de Ilka Barbosa ao afirmar que as correspondências revelaram a cumplicidade entre Magalhães Barata e os missivistas, creio que, assim como foi para mim, deva ter sido semelhante para ela, no que diz respeito ao *metiê* do historiador e sua relação com as fontes: elaborar perguntas aos documentos, no intuito de fazê-los indicar os problemas e questões, sem deixar o historiador se absorver no relato dado *a priori* pela fonte é uma tarefa árdua no exercício cotidiano dessa profissão.

Para Ilka Barbosa, o discurso de Magalhães Barata conseguiu chamar para si as camadas populares, que, em retribuição aos favores concedidos por ele, aclamaram e consolidaram sua imagem política. Enfim, a autora reproduz a velha leitura de vários autores, os quais compreenderam que as atitudes de cunho popular de Magalhães Barata são práticas de uma política populista como mecanismos de aproximação das “massas para manipulá-las” (destaque da autora).

De certo modo, a produção historiográfica decorrente do conceito de populismo no Brasil, durante anos, pautou-se na argumentação da lógica astuta dos discursos de líderes políticos que, com retórica veemente, conseguiam cooptar as camadas populares conforme seus desígnios. A produção acadêmica nos anos 1960, sobretudo da Sociologia, colaborou nessa perspectiva, atribuindo uma conotação extremamente pejorativa em torno do termo populismo¹⁸. As interpretações mais conhecidas no tocante a essa temática foram realizadas por Francisco Weffort (1978) e Octavio Ianni (1975). Na concepção desses dois intelectuais, a temporalidade que se abriu em 1930, foi marcada pela forte apologia do governo varguista que, por meio da implantação de uma política repressora aliada a forte propaganda governamental, como também a regulamentação de leis sociais, fez os trabalhadores, sindicalistas e a imensa maioria de brasileiros serem encarados como massa de manobra nas mãos da astuta liderança política de Getúlio Vargas.

Posteriormente, essa conceituação, dada *a priori* em nível da conjuntura teórica, foi posta em dúvida e problematizada por Ângela de Castro Gomes (1988), Daniel Arão Reis (2001), Fernando Teixeira (2001) e Jorge Ferreira (2001). Esses autores questionam o dito “populismo” brasileiro. Segundo eles, no Brasil, esse termo foi mais teórico-ideológico que categorial, isto é, a ideologia do populismo implantada no Brasil não é nativa, esse conceito veio com o sociólogo italiano Gino Germani, e ao chegar à América Latina deu-se uma adaptação dessa ideologia européia, que, conseqüentemente, no Brasil, tornou-se um tipo “ideal”, que foi

¹⁸ Os sociólogos Gino Germani e Torcuato di Tella insistem na condição “periférica” da América Latina. Entendem que o populismo é um movimento político de manipulação das massas, caracterizado pela coexistência de traços tradicionais e modernos em sua constituição, por intermédio das elites defensoras do *status quo*. Jorge Ferreira mostra que o conceito de populismo foi historicamente construído e, ao longo de sua existência, passou por conotações variadas. Porém, o termo que mais se consolidou para explicar a história política recente do Brasil, entre os anos de 1930 a 1964, foi o que sinalizava para a incapacidade de os trabalhadores perceberem o discurso demagógico dos governantes, que os cooptavam e manipulavam conforme seus interesses e estratégias. Cf. FERREIRA, In: FERREIRA, 2001, p. 59-124).

adotado para a realidade da política brasileira, analisado e interpretado a partir das práticas instituídas no governo de Getúlio Vargas.

Essa problemática teórico-ideológica mal construída foi absorvida e aceita por muitos intelectuais brasileiros. As pesquisas de historiadores, a exemplo de Daniel Reis (2001), questionam tal conceito, utilizando, ao invés de um modelo predeterminado, a história como o caminho para compreender a relação entre governantes e governados.

Ângela Maria de Castro Gomes aponta possibilidades de se realizar outras abordagens a respeito das relações entre populares e governantes. Conforme Gomes (In: Novaes e Schwarcz, 1998, vol. IV, p. 546),

A 'manipulação populista' não é, de maneira simplista, uma estratégia "urdida por políticos espertos para enganar o povo ingênuo" é bem mais complexa, pois dotada de uma ambigüidade intrínseca: é tanto uma forma de controle das massas, como uma forma de atendimento de suas reais demandas. Embora seja muito mais enfatizada a dimensão do "mascaramento" existente nesse atendimento, a política "populista" é avaliada também como um caminho de acesso e de reconhecimento dos interesses dos setores populares. (destaque da autora)

Avançando nessa discussão, Jorge Ferreira (1997), ao analisar variadas correspondências que uma ampla parcela da população brasileira endereçava ao então presidente da República Getúlio Vargas, sinaliza para outro aspecto da ação dos trabalhadores na Era Vargas¹⁹. O autor defende a ideia de que os trabalhadores não repetiam mimética e mecanicamente o discurso dominante da prática política de Vargas, pelo contrário, repensavam, reformulavam e filtravam esse discurso reutilizando-o em proveito próprio.

Para esse historiador, os brasileiros delinearam as formas como foi instituído o Estado Vargasista. Eles reconheciam as ações desenvolvidas por esse Estado e, ao mesmo tempo, procuravam avançar, trabalhavam por suas demandas a fim de poderem resolver suas necessidades imediatas, como, por exemplo, a busca de emprego ou aumento salarial. Segundo Ferreira (1997), os trabalhadores absorviam o discurso varguista, reformulavam esse discurso em proveito próprio e o devolvia com nova leitura, sempre procurando barganhar algo com o governo.

Outrossim, quando Ilka Barbosa (2005) afirma que as práticas populistas de Barata são mecanismos de aproximação das "massas para manipulá-las", não percebe que, quando a dona de casa, a professora, o agricultor, o ribeirinho, o

¹⁹ Cf. Ferreira, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular 1930-1945.**Rio de Janeiro:Fundação Getúlio Vargas, 1997.

desempregado, o comerciante escrevem, há sim uma postura política frente a um governo com quem se dialoga. O ato de escrever buscando algo demonstra que essas pessoas são conhecedoras do movimento político do governo e que de certa forma buscam por seus direitos. Evidentemente, havia um discurso e uma prática do governo e seus próprios interesses, mas na relação com os populares isso pode ter sido reelaborado.

A compreensão estabelecida no presente trabalho sobre as práticas ditas como populistas de Magalhães Barata destoa da perspectiva analítica de Barbosa (2005) sobre as concepções dos missivistas na época de Magalhães Barata. Assim como afirma Gomes (1988) e Ferreira (1997), percebe-se que definir as práticas de governos como manipuladoras e populistas é demasiadamente simplista, pois essa dinâmica é bem mais complexa. Através das cartas com as quais se tem estado em diálogo, há possibilidades de entendimento das reais demandas da população, seus interesses e expectativas.

Assim, é preciso considerar que, envolvidos numa teia de complexas relações de poder e enfrentamentos sociopolíticos, sujeitos oriundos de variados segmentos sociais e governo transformaram o espaço paraense em arena de permanentes lutas culturais, “onde não se obtêm vitórias definitivas, mas onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas ou perdidas” (Hall In: Hall, 2003, p. 255). E, aproveitando-se das táticas que lhes eram possíveis, negociaram interesses e perspectivas de uma vida melhor, isto é, nas brechas do discurso do governo, as pessoas faziam sua própria reelaboração e tentavam fazer valer seus direitos enquanto cidadãos.

Um exemplo é o da descrição da Sra. Maria Miquelina de Melo, mulher que assumia a responsabilidade de chefe da família, convivendo com a deficiência visual do marido, ela trabalhava havia dois anos para sustentar a família a fim de evitar que passassem necessidades, porém a situação socioeconômica da missivista ficou ainda mais delicada, visto morarem em casa alugada e terem sido surpreendidos com a intimação do proprietário da residência que a obrigava ao “pagamento dos fôros do terreno ou despejo imediato, [...] veja V.Excia. em que situação nos encontramos sem pão e sem abrigo”²⁰. Apelando para a valorização da família, a peticionária recorreu ao interventor, pedindo-lhe uma pensão para que pudesse viver com dignidade.

²⁰ Arquivo Público do Pará, Fundo Gabinete do Interventor, Série Carta. Caixa 03.

Essas experiências socioculturais diferenciadas trazidas nas narrativas das cartas levam a crer que a popularidade de Magalhães Barata se dava “como uma via de mão dupla, pavimentada e apropriada de diferentes maneiras de acordo com os diversos interesses em jogo” (COSTA; SILVA apud FERREIRA, 2001, p. 228), apresentando-se no ir e vir entre o Governo e os sujeitos que dialogaram com ele. Existia uma reciprocidade, as pessoas escreviam em busca de soluções para suas necessidades imediatas, enquanto o Governo buscava legitimar os ideais “revolucionários”, a implementação de uma suposta “moralidade” política, ao esforço empreendido por esta Intervenção para a construção de sua memória no sentido que o Estado estava sendo encaminhado para outro rumo, a um “Pará Novo”.

Certamente esse procedimento fazia parte de uma estratégia maior para a ampliação das bases de sustentação do Governo, ao transformar promessas e expectativas em procedimentos legais, a partir da abertura institucional para os pedidos, queixas e denúncias.

As análises da história cultural demonstram que sujeitos de variados segmentos sociais se apropriam das mensagens do discurso dominante, reformulam-nas, dando-lhes novos significados. Seguindo perspectivas dessa corrente historiográfica, ao estabelecer a aproximação com homens e mulheres de distintos rostos, traços e formações culturais e percebê-los, não como *massa de manobra*, mas como sujeitos históricos ativos no processo de luta por seus direitos e sobrevivências, amplia-se o olhar para ver o palco das vivências históricas produzidas pelas relações entre os paraenses e o Interventor como multifacetadas, dinâmicas e carregadas de tensões, disputas e relações de poder, em que os homens se organizam e agem de acordo com as suas referências culturais, na reafirmação de velhos e na construção de novos símbolos sociais. A cultura não é autônoma quanto às relações sociais, não é um objeto opaco, com vida própria, uma e outra são entendidas concomitantemente, por estarem estreitamente vinculadas.

Por essas experiências²¹ vividas, propõe-se compreender como identidades culturais distintas vão sendo constituídas e forjadas por diferentes sujeitos em meio à relação estabelecida na política do interventor Magalhães Barata.

²¹ Por meio da experiência humana, E. P. Thompson (1981) argumenta que homens e mulheres experimentam situações e relações produtivas determinadas dentro de uma lógica que envolve necessidades, interesses e antagonismos, ao perceberem essa experiência em sua consciência e cultura, agem, por sua vez, sobre a condição estabelecida, criando nesse sentido seus mecanismos de luta e resistência. (Cf. THOMPSON, 1981, p. 182).

Quando Magalhães Barata estabeleceu o mecanismo de mediação e comunicação entre ele e os variados segmentos sociais, utilizando-se da realização de Audiências Públicas e oficializando envio de cartas ao seu gabinete, surgiram as seguintes questões: Quem eram os sujeitos históricos que estabeleceram diálogo com o Governo? Onde e como moravam? Em que trabalhavam? Que valores defendiam? De que forma compartilhavam suas sociabilidades entre seus pares? Eram somente homens comuns? A que setores sociais pertenciam? Como se posicionaram frente à implementação da Intervenção Estadual no Pará?

Nesse processo, procurou-se problematizar como estudiosos e pesquisadores tenderam a conferir de forma generalizante a esses sujeitos o *status* de *povo*, homogeneizando e até mesmo ocultando suas sociabilidades no contexto social no qual estavam inseridos. Os argumentos de Geneviève Bollème (1988)²² são contundentes quando declara que *povo* não se define, nem se pensa, nem se fala, pode-se, na verdade, apreendê-lo em sua ação, nas multiplicidades de suas experiências concretas no seio da sociedade.

Portanto, os diferenciados agentes sociais, pessoas comuns, pobres e remediadas, à época de Magalhães Barata, que foram tantas vezes generalizadas ou timidamente mencionadas na historiografia regional do período, limitados à denominação da palavra *povo*, possuem rostos e identidades, têm nomes e anseios, passam por tensões e conflitos cotidianos. Eles constituem experiências concretas como moradores no viver urbano e rural dessa extensa terra paraoara.

Em uma visão preliminar sobre as correspondências, indagava-se constantemente por que diversos problemas eram levados ao interventor, em situações que não cabiam à responsabilidade direta do Governo, por serem problemas que eram da alçada das prefeituras, da justiça, da polícia. Pedidos, como a isenção de pagamento de imposto predial, permissão para continuar morando na casa que ainda estava em construção, denúncia contra o merceeiro que roubava na balança quando da venda de produtos, eram levados pelos missivistas a Magalhães Barata.

²² As reflexões de Geneviève Bollème (1988) problematizaram as palavras *povo* e *popular*. A autora buscou a origem dessas palavras, trazendo o *popular* para o campo da ação e reflexão e também mostrando os diferentes significados que foram atribuídos a ela ao longo do tempo. Aponta ainda como os intelectuais trabalharam com esses termos e os desdobramentos para o sentido pejorativo de desprezo, de algo inferior, como se ouve corriqueiramente pela mídia, o *povinho* ou o *popular*. Para ela, *povo* não se representa, é impossível. Pois eles estão vivos nas infinitas pluralidades da ação humana. (Cf. BOLLÈME, 1988).

A *priori*, as indagações que orientaram esta pesquisa eram as mais variadas: O que ocorreu? Uma lei? Um decreto delegando a ele poderes de uma administração centralizadora? Os poderes políticos atribuídos a um interventor delegavam ingerência na justiça, na administração dos municípios, na polícia? Certamente, o período vivido era de exceção, a representatividade do poder legislativo estava temporariamente suspensa, a política se fazia a partir das articulações engendradas entre o interventor, o grupo político que o apoiava e os possíveis alinhamentos estabelecidos no momento.

A fim de implantar as diretrizes ideológicas do governo, Magalhães Barata executou ações administrativas que mudariam a estrutura organizacional do Estado, promoveu reformas no judiciário, criou a assistência jurídica aos comprovadamente pobres, redefiniu os limites territoriais dos municípios, além de alterar a denominação de alguns, com a estratégia de construir uma nova memória, deixar registrada a história da “revolução”²³, que foi moldada e forjada pelos interesses políticos do governo.

Contudo, quando Magalhães Barata e seus aliados pretenderam impor a elaboração dessa nova memória, os paraenses se apropriaram de seu discurso a fim de conquistar direitos que, durante muitos anos, ficaram sob o jugo de outros critérios. Além disso, o discurso que sinalizava identificações com o interventor, oferecendo-lhe apoio, no sentido de fazer cumprir a justiça social, respaldou e reforçou o envio de cartas e seus argumentos, pressionando o governo a assumir a sua função social e cumprir o prometido.

Os remetentes recorriam ao interventor por meio das correspondências, elas abordavam pedidos de ajuda financeira, emprego, moradia, resolução em casos de conflitos conjugais, vagas em escolas. Outras apresentavam denúncias, seja contra as instituições do governo, seja contra pessoas com as quais compartilhavam sociabilidades cotidianas. Denunciava-se o vizinho por ter invadido o terreno, o agente de polícia por ter se apropriado do terreno, o funcionário público por construir uma barragem, o marido que abandonou a esposa, a assistência judiciária. As

²³ Por meio de decreto, Magalhães renomeou o município de Igarapéçu e a vila de Quatipuru, denominando-as, respectivamente, de João Pessoa (foi candidato à vice-presidente de Getúlio Vargas nas eleições de 1930 da coligação da Aliança Liberal) e Siqueira Campos (militar e integrante do movimento tenentista), além disso, sob a justificativa que somente poderia se fazer homenagens às personalidades políticas pós-morte, alterou os nomes dos estabelecimentos públicos de ensino, a exemplo do Colégio Paes de Carvalho, que na sua gestão passou a ser chamado de Ginásio Paraense, visto que o primeiro ex-governador do Estado do regime republicano, José Paes de Carvalho, ainda estava vivo.

mulheres que escreviam para o interventor eram mães, geralmente viúvas, solicitando amparo para sustentar sua família.

Além das correspondências, outras fontes foram problematizadas neste trabalho. Citando o historiador inglês Thompson (1987, p. 16) “[...] cada fonte me levava a outra; mas também cada problema levou-se a outro”, é possível dizer que cada carta conduzia ao encontro de outros documentos. Uma das ações que a pesquisa histórica impõe ao historiador é o cruzamento de fontes, nesse sentido deu-se a necessidade de acompanhar a trajetória que esse *corpus* documental percorria.

As análises dos jornais “A Folha do Norte”, “O Estado do Pará”, “O Imparcial”, cujos exemplares se encontram na Biblioteca Pública Arthur Viana, foram periódicos de fundamental importância para esta pesquisa. Os motivos que me levaram a escolher esses periódicos foram as conexões existentes entre as cartas e esses jornais. Percebi que, além do Diário Oficial, esses periódicos também eram os responsáveis na divulgação dos resultados e desdobramentos das missivas que chegavam ao gabinete. A partir desta perspectiva revelada pelas fontes, esses jornais se apresentavam como um espaço de investigações e análises, visto que por meio da publicidade das cartas as pluralidades culturais dos missivistas se manifestavam, conferindo sentidos e valores ao modo de viver urbano estabelecido de acordo com as identidades culturais as quais pertenciam.

A escolha se justifica à medida em que se percebeu a imprensa como mais um canal utilizado pelo governo para estabelecer contato com variados sujeitos. Os jornais intermediavam a comunicação entre o Governo e os missivistas. Era também a responsável em divulgar o encaminhamento dado pelo Governo à carta.

O posicionamento da imprensa paraense frente à publicidade de experiências urbanas diferenciadas vividas pelos autores das cartas revelou que seria inevitável mergulhar num campo permeado de interesses, disputas e tensões. Estudos recentes sobre a cultura impressa possibilitaram pensar nas imbricações existentes do que é e como é fazer imprensa, no Pará no período do recorte.

Heloisa de Farias Cruz (2000), quando estudou as relações entre cultura letrada, periodismo e vida urbana na imprensa paulista no início do século passado, aponta que o cenário da produção impressa é um espaço de disputas, conflitos e tensões, segundo Cruz (2000, p. 147), “fazer imprensa era construir espaços e difundir significados para novas formas de sociabilidades. Fazer imprensa era

também formular e difundir projetos”. Ao dar publicidade nos jornais diários à realização de audiências públicas e o encaminhamento de cartas-petição, as reflexões buscavam compreender como era a relação do Governo com a imprensa, como os jornais noticiavam o encaminhamento dado pelo poder público às missivas, quais as consequências da publicidade dessas cartas e de que forma esses jornais colaboraram na construção da imagem do Governo.

Percebeu-se também que algumas correspondências seguiam muitos trâmites, integrados ao universo das cartas estavam os ofícios conforme a natureza das solicitações, essas podiam ser encaminhadas aos diretores das secretarias, os quais eram os responsáveis em dar uma possível solução às solicitações descritas nas cartas. Os ofícios demonstravam os desdobramentos que uma missiva poderia ter dentro das instituições públicas, bem como revelar o posicionamento do Governo diante dos pedidos e reivindicações.

Analisou-se ainda outras fontes como os relatórios policiais, os quais foram importantes, uma vez que representavam o encaminhamento por parte do Governo às “cartas-denúncias” que chegavam ao gabinete do interventor. Viu-se então que o cruzamento das correspondências com os relatórios de investigação policial apresentavam-se como um rico exercício de recomposição da experiência popular em momentos de tensões e conflitos vivenciados com seus pares, vizinhos e servidores públicos e, ao mesmo tempo, esses documentos permitiram perceber as reações do governo frente aos problemas apresentados nas mais diversas circunstâncias vividas e descritas pelos missivistas.

Para melhor compreensão das dimensões sociais dos modos de vida de homens e mulheres que se comunicaram com poder público por meio de cartas e audiências à época da primeira Interventoria de Magalhães Barata, a pesquisa foi estruturada em três capítulos.

No primeiro capítulo, analisou-se a estrutura administrativa do Estado dentro do contexto sociopolítico, visando à compreensão de como esse foi organizado e quais eram os procedimentos adotados pelo Governo a uma possível resposta ao pedido e ou denúncia das cartas. Também buscou-se refletir sobre a natureza social do espaço jornalístico, constituído como espaço de disputas e conflitos de poder político, no sentido de compreender as tessituras que engendraram segmentos sociais, imprensa e governo.

No segundo capítulo, procurou-se mapear as temáticas das cartas, sobretudo das cartas oriundas da urbe belemense, revelando identidades culturais nelas contidas e compreendendo as experiências sociais concretas, vivenciadas por homens e mulheres frente aos dilemas enfrentados no cotidiano da cidade, tais como a busca do emprego e a falta de moradia. Problematizou-se ainda o desdobramento e as articulações enunciativas utilizadas por esses sujeitos diante das políticas públicas de urbanização no período da Intervenção de Magalhães Barata.

Seguindo a problemática da pesquisa, no terceiro capítulo, analisou-se como os agricultores, ribeirinhos e comerciantes (re)significaram o discurso da Interventoria quando autorizados na comunicação com esse Governo. Privilegiando o tema do direito, sobretudo, na busca pelo direito ao título de posse da terra, foi possível entrever como, ao seu modo, esses sujeitos foram capazes de construir noções peculiares de justiça. A pesquisa possibilitou ainda demonstrar as formas experimentadas e diferenciadas de vivências captadas no jeito de morar das cidades interioranas, vilas, colônias agrícolas e distritos, refletidas cotidianamente na busca de solucionar necessidades, aflições e interesses. Esse capítulo traz também um pequeno balanço sobre produções recentes que se debruçaram em analisar cartas de agricultores, os trabalhos que destacaram a atuação dos camponeses sem vínculo a organizações sindicais rurais que estabeleceram diálogo com o Governo Varguista, no sentido de direcionar o olhar para a perspectiva assumida no empreendimento desta pesquisa.

2. AS FORMAS DE MEDIAÇÃO DA INTERVENÇÃO

A palavra está sempre carregada de marcas, as marcas inevitáveis do seu vivo território social (TEZZA, 1999, p. 23)

Países desenvolvidos investem grande volume de capital no aprimoramento e descobertas de novas tecnologias, em busca de praticidade, rapidez e comodidade. As tecnologias de informação e comunicação (TICs), surgiram no mercado, visando facilitar a vida da humanidade.

Atualmente, computadores, *notebooks*, *webcams*, *internet*, *sites*, *blogs*, comunidades virtuais, *e-mails* e *scrapps* são palavras corriqueiras na área das TICs e na vida cotidiana dos seres humanos. São ferramentas de ponta, utilizadas para receber e divulgar notícias, informações e educação, além de aproximar e permitir a troca de ideias entre as pessoas.

No ritmo dessas transformações tecnológicas, milhares de pessoas usufruem da ferramenta que permite compor, enviar e receber mensagens através de sistemas eletrônicos de comunicação, comumente conhecida como *e-mail*. O *e-mail* destaca-se em vantagens se comparado à sua “irmã mais velha”, as correspondências, uma vez que ele transmite a informação em tempo real, além de alcançar um grande número de interlocutores em várias partes do mundo.

Embora seja reconhecida a ascendência das ferramentas tecnológicas de informação na difusão e propagação dos métodos modernos de comunicação e que essas tenham mudado as formas de comunicar da humanidade, dinamizando a socialização do conhecimento, ainda se usufrui da forma tradicional para se materializar pensamentos. Antes de a proliferação de telefones fixos, aparelhos celulares, envio de *e-mails* e de o vocábulo “teclar” se tornarem comuns no universo sociocultural de hoje, as cartas e bilhetes foram e, ainda são fundamentais, e acredita-se que jamais perderão sua importância, como instrumentos de comunicação.

As correspondências trocadas entre reis, governadores, diplomatas, comerciantes, intelectuais, pesquisadores e uma infinidade de pessoas anônimas também tiveram tanta importância, ou até mais, quanto o *e-mail* no atual mundo digital, uma vez que serviam para anunciar vitórias, derrotas, conquistas, descobertas, arquitetar tramas, comunicar ganhos e ainda informar a chegada de

uma pessoa ou um familiar, numa época em que apenas havia o mensageiro ou, mais recentemente, a Empresa de Correios e Telégrafos, com a responsabilidade de fazer a entrega das correspondências a seus destinatários.

É sabido que, para escrever uma carta, são necessários alguns elementos estruturais básicos, tais como ter noção da linguagem, da escrita, além de instrumentos como caneta e papel, que possibilitam a materialização do pensamento. Tal forma de comunicação foi muito utilizada em épocas remotas, tendo supremacia enquanto canal de comunicação e mediação entre as partes interessadas no estabelecimento de vínculos e diálogos, pelos mais diferentes motivos, desde os interesses comerciais, financeiros, legais, ou mesmo, sentimentais.

Para a linguista Ucy Soto (2007, p. 94), o gênero carta é de natureza tão convencional que “tradicionalmente é composto de local e data identificados na parte superior do papel, saudação inicial, corpo do texto, despedida na parte inferior, assinatura. O texto epistolar parece estar tão claramente definido, que o que seja uma carta se nos apresenta como evidente.”

As cartas, para o historiador, são importantes pela história que elas capturam em seu tempo e época. Como instrumento de conversação que acontece na ausência do interlocutor, o texto descrito em cartas desvela para os pesquisadores a “estrutura de sentimentos”²⁴ que é própria do autor, demonstrando sentimentos e comportamentos numa determinada situação na sociedade, um lugar, um tempo e uma temática.

Poderiam ser citados aqui exemplos variados da importância da carta ao longo do tempo e com toda certeza apareceriam inúmeros dados para relatar esse intento, basta compreender o sentido da carta que levou e que ainda leva as pessoas a produzi-la.

O conteúdo de uma carta é terreno fértil para muitos historiadores, pesquisadores, intelectuais e escritores. Com a amplitude da concepção de história nas últimas décadas, entre as quais está a compreensão de que o acontecer histórico se faz a partir das ações dos homens, “dos homens, no tempo” (BLOCH, 2001, p.55), o campo de abordagens do historiador se alargou e,

²⁴ O termo “estruturas de sentimentos” foi criado por Raymond Williams (1979) a partir de reflexões oriundas da discussão de uma teoria marxista de cultura, esse conceito está relacionado à forma como as relações sociais estão imbricadas e como são ativamente vividas e sentidas dentro das formas de produção e de organização socioeconômicas.

consequentemente, o universo documental também se multiplicou. Dentre uma gama variada de fontes, as cartas estão sendo cada vez mais utilizadas como *corpus* documental de reflexão²⁵.

Esse foi um dos fatores que possibilitou o desenvolvimento da proposta deste trabalho. Através de um acervo considerável de cartas, referente ao primeiro quinquênio da década de 1930, disponível no Arquivo Público do Estado do Pará, foi possível desenvolver o estudo no qual são problematizadas as identidades culturais, de homens e mulheres que usufruíram da produção de cartas como recurso de comunicação com o interventor do Estado do Pará. Os quase cinco anos da Interventoria de Magalhães Barata foram caracterizados pela produção de uma epistolografia que marcou a gestão desse Governo.

As cartas que homens e mulheres escreveram ao interventor representavam algo mais. Seus significados iam além de uma simples troca de correspondência entre o remetente e o destinatário. Ao solicitarem, reivindicarem, denunciarem determinadas situações, as pessoas deixavam registrado seu modo de vida, suas vivências cotidianas e experiências individuais concretas que definiam e revelavam suas identidades culturais. Além disso, essas pessoas, de certa forma, demonstraram, ao seu modo, através da escrita, um exercício de política, quando buscavam a efetivação seus direitos. As cartas nos trazem pistas dos pensamentos, sentimentos, valores e posturas de variados segmentos sociais que escreviam a fim de concretizarem seus interesses. Essas mostram como esses sujeitos históricos compreendiam o discurso do Governo e o devolviam ao interventor.

Essas missivas constituem-se como *corpus* documental, reúnem indícios que evidenciam como os sujeitos enfrentavam problemas tão comuns vividos na cidade, como, por exemplo, o desemprego, a falta de vagas nas escolas para os filhos, a ausência de política pública para a moradia, o direito à posse da terra. As cartas apresentam também situações de conflitos ocorridos entre pessoas com as quais compartilhavam sociabilidades cotidianas.

Na Interventoria de Magalhães Barata, as cartas deixaram de ser apenas uma troca circundante no âmbito particular de sentimentos familiares, o uso desse

²⁵ A descoberta de acervos em Arquivos Públicos, em todo o Brasil, de cartas trocadas entre escritores, viajantes, intelectuais, imigrantes, operários, enfim, uma infinidade de sujeitos históricos que dela se utilizaram e o uso delas por partes de pesquisadores e historiadores, eleva a importância dessa fonte na construção do conhecimento histórico e a amplitude dela como objeto de análise. (Cf. GALVÃO & GOTLIB (Orgs.), 2000; LEMOS, 2004; PAES, 1999. PRIORE, 2008; SANTOS, 1998; WERNECK, 1996; SOTO, 2007).

meio antigo de comunicação teve uma dimensão pública e foi inserido como estratégia de poder, ganhando amplitude e significado político.

O interventor Joaquim de Magalhães Cardoso Barata legitimou e oficializou a produção e o envio de cartas para seu gabinete. Ao assumir a Interventoria, solicitou à Imprensa Paraense que criasse uma coluna exclusiva para que as pessoas pudessem expor suas necessidades e reclamações. A proposta dos políticos que assumiram o poder era para que o governo pudesse melhor atendê-las. Certamente, tal ação sinalizava intenções políticas atribuídas pelo poder a essa prática epistolar, sobretudo, um feito original, até certo sentido, pela construção de uma estratégia de poder que se configurava na relação entre o interventor, o regime defendido, os políticos que o apoiavam e a população.

Os requerentes tinham dois caminhos oficiais para a comunicação com o Governo. O primeiro era a produção de um pequeno texto, uma espécie de bilhete em que pediam uma Audiência Pública com o interventor, as audiências representavam uma oportunidade de ficar frente a frente com o Governo para exprimir situações e necessidades, como pedir emprego, denunciar ou até receber ajuda pecuniária. O outro caminho era a produção de cartas-petição, e, por escrito, os remetentes narravam a situação em que se encontravam e os motivos que os levaram a escrever.

Através dessas duas vias oficiais, a realização de Audiências Públicas e das cartas-petições, a Interventoria estabeleceu canais de aproximação que permitiam o contato entre o interventor e os mais diversos sujeitos sociais. O contato pessoal e direto, estabelecido por esses canais de mediação, personificava o Estado na imagem do interventor Magalhães Barata, em que se realçou a figura dele como o político capaz de dar soluções aos problemas sociais daqueles que se chegavam até ele. O hábito de atender pessoalmente os indivíduos que o procuravam, através de Audiências Públicas, desvencilhava-o das formas estabelecidas anteriormente na relação entre Estado e sociedade, o que demonstrava estratégias políticas engendradas pelo grupo que assumiu o poder em 1930, possibilitando assim a consolidação da imagem popular do interventor, ao mesmo tempo em que legitimava as ações de seu governo.

Audiências Públicas eram realizadas em dois espaços, no gabinete e na residência do interventor. Para se conseguir uma Audiência Pública, o pedido deveria ser por escrito, as pessoas descreviam em poucas linhas o desejo de falar

pessoalmente com Magalhães Barata, assim podiam exprimir as razões que levaram a procurá-lo.

É difícil precisar o número exato de missivas endereçadas a Magalhães Barata. Ao longo desses quase dois anos de pesquisa, no exercício de ir e vir, revisitando a documentação, percebeu-se que tanto as cartas localizadas no Arquivo Público quanto as publicadas nos periódicos, A Folha do Norte, O Imparcial e O Estado do Pará, que sinalizam para um numeroso volume de correspondências. Por exemplo, a nota do jornal O Estado do Pará²⁶ noticiando a movimentação de pessoas em audiência pública, esse informava que existiam cerca de 500 pessoas no Palácio a espera do interventor. Portanto, é provável que tenha havido um número bem maior de missivas disponibilizadas além das caixas específicas do Arquivo Público do Pará²⁷.

Em fase inicial, na construção do projeto, esses documentos estavam dispostos em duas caixas, havendo uma divisão interna em pastas correspondentes aos meses e anos das cartas. Na primeira caixa, havia a nomenclatura indicativa dos anos de 1930 a 1935, nessa, estavam incluídas no máximo cinco cartas referentes ao ano de 1935 e quatro correspondências do período da segunda Interventoria, ano de 1944. A segunda caixa continha correspondências do ano de 1934. Nessa primeira fase, foram contabilizadas aproximadamente 700 cartas, de acordo com a capacidade suportada pelo recipiente das duas caixas-arquivo da instituição.

As reflexões e indagações oriundas das disciplinas ministradas no mestrado conduziram à revisitação das cartas. De volta ao Arquivo Público, pretendia-se naquele momento fotografar todas as correspondências equivalentes às duas caixas, resultado do levantamento preliminar feito anteriormente, numa média de 700 cartas. Nesse estágio da pesquisa, ficou a impressão de que as cartas se multiplicaram, elas transbordavam pelas caixas. Nesse momento, teve-se a certeza de que o volume da documentação ultrapassava a estimativa anterior, ao final dessa nova fase foram fotografadas 950 cartas.

²⁶ Jornal O Estado do Pará, 21 de março de 1934. Nota sob o título, As audiências públicas do senhor Interventor federal no palácio do governo.

²⁷ A nova nomenclatura dada pelo Arquivo Público do Pará para as cartas referentes à primeira Interventoria quando do retorno às fontes também mostrou uma quantidade maior de cartas, se, anteriormente, na fase de elaboração da proposta desta pesquisa eram duas caixas que alocavam as cartas, no desenvolvimento da produção do trabalho, foram encontradas “novas” cartas que foram distribuídas em outras três caixas.

A funcionária da instituição informou que, com a reformulação administrativa dos documentos da instituição, havia sido encontrado um pacote que continha cartas referentes aos anos propostos pela pesquisa. Esse pacote estava disposto em meio a outros materiais de temporalidades diversas no arquivo, documentos que estavam à espera de tratamento adequado para ficarem disponíveis para pesquisa. Embora não tenha sido confirmado pela funcionária, pela quantidade de cartas, é possível que o “novo achado” tenha sido inserido nas respectivas caixas já catalogadas anteriormente. Na segunda etapa da coleta e fotografia das cartas, a funcionária reagrupou a quantidade de cartas em mais outras três caixas, modificando a nomenclatura arquivística anterior, ficando as cartas dispostas em cinco caixas. Somente para o ano de 1933, corresponderam três caixas.

Dificuldades apareceram e foram constantes, de caráter mais específico, estiveram relacionadas ao estado de conservação do documento, algumas cartas estavam em precárias condições, deterioradas e corroídas, infelizmente, não puderam ser fotografadas. Outra dificuldade encontrada para a composição da atual estimativa das correspondências esteve relacionada à caligrafia dos missivistas, assim, as cartas, cuja escrita impossibilitava a decodificação do conteúdo, foram igualmente excluídas. Por conta desses fatores adversos vividos como historiadora, na relação da pesquisa com o documento e a natureza própria que o documento impõe, só sobraram 837 cartas²⁸.

As cartas restantes foram classificadas conforme as temáticas abordadas em seus conteúdos. Com base na Figura 1, é possível entrever as principais solicitações dos petionários ao longo dos cinco anos de Intervenção estadual. Também é possível perceber que o volume de missivas nos anos de 1933 e 1934 é consideravelmente maior, certamente essa evidência conduziu a duas reflexões, deduzir que a preservação e conservação das cartas nesse período se mantiveram intactas ou inferir acerca de questões peculiares ao momento histórico vivido. O ano de 1933 era o momento em que se vivia a reorganização político-partidária tanto da base do governista quanto da parte oposicionista, época em que se definiam os

²⁸ Esta nova seleção totalizou 950 cartas, no entanto, devido a problemas de ordem técnica, como a utilização de uma máquina digital doméstica para fotografar a quantidade da documentação, permissão gentilmente cedida pelos funcionários do Arquivo Público do Pará, e a pouca luminosidade disponível no espaço naquele momento, foram obtidas imagens distorcidas e desfocadas, prejudicando a leitura e análise das missivas, como consequência, aproximadamente, uma centena de cartas teve que ser excluída do material analisado.

representantes do partido político para futuras eleições, período decisivo para a sedimentação da memória dos homens que estavam no poder.

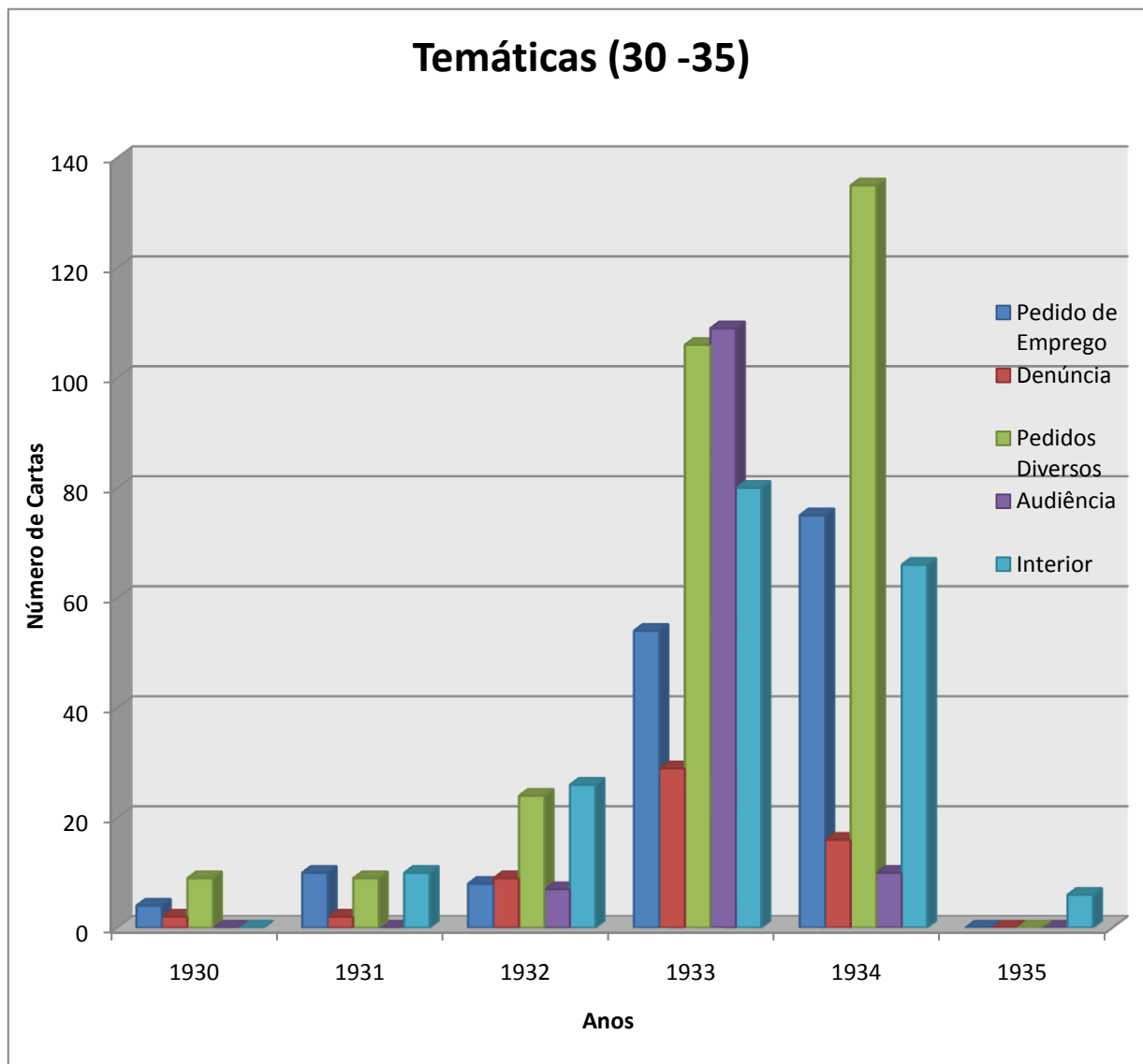


Figura 1: Distribuição por categoria das cartas endereçadas a Magalhães Barata entre os anos de 1930 a 1935

É importante destacar que a Intervenção Estadual começou quase no final da primeira quinzena do mês de novembro de 1930. É natural que o número de cartas nesse período se apresente menor se comparado com os anos de 1931, 1932, 1933 e 1934. Outro dado importante se refere ao ano de 1935, que corresponde ao período de crise política que culminaria na substituição do

interventor Magalhães Barata por José Carneiro Malcher, justificando o baixo volume de cartas a Magalhães Barata.

A categoria temática “Pedidos Diversos”, na Figura 1, se apresenta com destaque por ter uma gama variada de solicitações constantes, sem ser, contudo, numerosa, por isso, foi conveniente agrupá-la em uma única categoria. Os pedidos de passagem, de pagamento de salários atrasados, vagas nas escolas, isenção de taxas escolares, isenção de imposto predial, pensão para os filhos, apesar de se apresentarem em número menor, se comparados às demais temáticas (emprego, audiências e denúncias), foram constantes, porém em pequeno número. Foram incluídas, ainda, nessa mesma categoria, pedidos exclusivos e até inusitados, isto é, pedidos registrados na contabilidade do montante de cartas uma única vez, como, por exemplo, pedido de brinquedo (boneca), instalação de água na residência, isenção da taxa de água, permissão para fazer segunda chamada de prova na escola, permissão para morar na casa que o solicitante construiu, saber notícias de um parente em outro estado, pedido para o interventor comprar uma máquina de costura. Outras cartas requeriam terreno, casas ou ajuda financeira para construir suas casas, aposentadoria, liberdade condicional para parentes que se encontravam no presídio São José, busca por parentes que moravam fora ou mesmo no próprio estado do Pará, a natureza de pedidos como esses chegam a quase uma dezena de cartas.

Vale ressaltar ainda que o gráfico da Figura 1 mostra que a categoria de Pedidos Diversos se manteve constante nos três primeiros anos (1930, 1931 e 1932) e teve um salto considerável nos dois anos subsequentes (1933 e 1934). Esses representam o montante na variedade da natureza e características particulares de cada pedido. Para o ano de 1934, por exemplo, em que houve o registro elevado dessa categoria, possivelmente, sinalizando para o desdobramento via gabinete do interventor no momento em que se alinhavava a escolha do representante ao governo paraense de acordo com a constituição elaborada naquele ano. É possível também perceber o aumento que houve de solicitações de emprego no serviço público no mesmo período de eleição.

As cartas-petições foram tão utilizadas quanto as Audiências Públicas, que tinham o mesmo objetivo, isto é, buscar soluções, reclamar, denunciar algo ao governo. Na petição, o indivíduo deveria descrever toda a situação, argumentar e explicar os motivos que o levou a requerer providência do Governo. Porém, essa

maneira exigia como condição básica, o domínio da escrita, ou seja, que, no mínimo, a pessoa que utilizasse esse recurso fosse alfabetizada. Muito embora isso não significasse um impedimento de fato, pois, algumas pessoas procuravam outros caminhos, como a colaboração de um vizinho, um parente, um conhecido, ou seja, alguém que sabia escrever era útil para aqueles que não dominavam a escrita. Dessa forma, procedeu a Sra. Lili Branco, quando escreveu para pedir que o Governo liberasse o dinheiro, que estava retido nos cofres públicos, para a Sra. Delfina de Souza Pinheiro, que era “*uma pobre velhinha*”, muito necessitada, que precisava da pecúnia do filho já falecido, um ex-servidor público que trabalhou como servente no Teatro da Paz. Quando não havia alguém que pudesse fazer essa ponte de comunicação, as pessoas tinham como outra opção a comunicação verbal, via Audiência Pública. O Sr. Francisco Campos, ao justificar o motivo que o levava ao pedido de audiência, demonstrou que tinha dificuldade de exprimir sua situação por meio da escrita, nesse caso, expô-la oralmente representava a única opção.

Por meio das cartas e, de certo modo, das Audiências Públicas, é possível entrever ricas e diversas experiências do cotidiano e do modo de vida de alguns paraenses e de migrantes que vivenciaram a gestão da Interventoria. As missivas apresentam experiências urbanas e rurais diferenciadas que estão ligadas às identidades socioculturais de quem escreve, tais como o grau de escolaridade, o nível social e a vivência cotidiana, evidenciando assim a trama da história da cidade e também de áreas rurais, destacando as teias entrelaçadas de culturas plurais. Por meio da escrita, as pessoas procuravam construir argumentos e estratégias para que o Governo solucionasse seus pedidos.

Desse modo, os sujeitos deixaram registradas suas experiências numa realidade que se constituiu no discurso político “moralizador” e “saneador” das estruturas institucionais do Estado Paraense no período do Governo Intervencionista, o qual estimulou o envio de cartas ao gabinete. Empresários, pobres viúvas, operários, donas de casas, desempregados, funcionários públicos, açougueiros, serventes, motoristas, professoras, estudantes, agricultores e ribeirinhos, deixaram registrados indícios e rastros de seu cotidiano, que mostram alguns exemplos das identidades socioculturais reveladas através das cartas.

Essa atitude do Governo, assim como o conteúdo que essas pessoas expressavam nas narrativas de suas missivas e mesmo nos pequenos registros, solicitando audiências, guarda em si uma intencionalidade que é aprofundada mais à

frente. No momento, há a necessidade de explicar a estrutura organizacional apresentada pelo Governo para receber essas pessoas.

A priori, são apresentados a dinâmica e os desdobramentos oriundos da realização de Audiências Públicas. Essas inicialmente preenchiam a agenda do Interventor durante três dias na semana, funcionando às terças-feiras, quintas-feiras e aos sábados, de 8:00 às 11:00 horas. A partir de janeiro de 1931, o Governo dobrou a atenção nos procedimentos da realização das audiências, reservando os dias de segunda-feira, quarta-feira e sábado, para os pedidos por escrito de audiência e os dias de terça e sexta-feira, para receber de maneira aleatória, independente da solicitação por escrito, as pessoas que o procuravam no Palácio.

A expansão desse atendimento revelava os mais variados problemas sociais enfrentados pelos paraenses em seu cotidiano, além de apontar para a pretensão governamental em fazer um instrumento importante para a construção de uma identidade política para o grupo que estava no poder. Dessa forma, se elaborava a aparente imagem de um governo justo, proveniente de um Estado de direito, “preocupado” com as necessidades e mazelas dos variados setores sociais, forjando a atuação de um governo isento e neutro diante do processo que exigia dele decisões e soluções na intermediação dos conflitos e tensões que chegavam ao gabinete.

Tal expansão demonstrava, ainda, a importância que foi atribuída pelo Governo a esse canal de mediação, base estratégica que vinha sendo construída a fim de aumentar a popularidade dessa gestão²⁹. Por outro lado, os peticionários, em seu proveito, também fizeram uso dessa prática.

O espaço para realização da audiência era o gabinete do Palácio do Governo e também a residência do interventor, algumas pessoas solicitavam serem recebidas na residência de Magalhães Barata. Por exemplo, o Sr. João Carlos quando pediu “uma audiência, em palácio, ou sua residência” ou a Sra. Maria José Machado, “Venho respeitosamente, solicitar de V.Excia, uma audiência, pedindo, outrossim, que, V. Excia., atenda a requerente em sua casa de residência” e ainda

²⁹ Kazumi Munaka (1981) aponta que uma das principais estratégias do governo de Getúlio Vargas foi a apropriação que ele fez sobre a temática da legislação trabalhista, servindo para sedimentar a imagem de um governo popular, sendo até hoje lembrado como um governo benfeitor. Em contraposição a essa argumentação, algumas pesquisas analisam a legislação social e trabalhista da política varguista como via de mão dupla, sendo apropriada de diferentes maneiras segundo os múltiplos interesses em jogo (COSTA; SILVA, In: FERREIRA, 2001, p. 205-271). (Cf. D'ARAÚJO, In: DELGADO; FERREIRA (Orgs). 2007 p. 213-239).

a Sra. Julieta de Vasconcellos Corrêa que “vem respeitosamente solicitar á V. Ex^a., desejando uma audiência em vossa residência”.

As audiências em residências eram concedidas para pessoas dos vínculos sociais do Interventor, mas também eram concedidas para outros sujeitos, desde que fossem marcadas com antecedência pelo assistente militar. Com isso, a gestão de Barata objetivava “criar condições” administrativas para que pudesse contrastar o novo governo com as ações dos políticos que o antecederam. Em seus discursos, Magalhães Barata responsabilizava os governos anteriores pela situação de abandono em que se encontravam as pessoas pobres. Aparentemente, atender as pessoas, independente da sua condição social, na residência, demonstrava que a Intervenção era uma gestão “diferenciada”, o que sinalizava para as articulações constituídas na construção de um governante que se “apresentava sensível” às necessidades de cada indivíduo.

De outro modo, a disponibilidade em marcar audiência na residência do interventor demonstrava também a identificação de uma cultura política brasileira tão comum em estabelecer a extensão da política pública para a vida privada, ou mesmo de misturar as duas coisas. Esse comportamento fazia parte das tramas engendradas pelo grupo político que conduzia o Governo de Intervenção, para estabelecer acordos e alianças num momento decisivo e delicado de disputas políticas vivenciado pelo governo de transição.

Além de ocorrerem na residência, as audiências podiam ser de caráter particular. Algumas pessoas requisitavam esse segundo tipo, apontando para a sinalização da segurança de quem solicita ao explicitar uma situação “delicada”, assim, a audiência teria que ser sigilosa, um assunto para o interventor somente. A audiência particular pode ter sido uma subdivisão das Audiências, essas geralmente lotadas, rápidas e, em certo sentido, constrangedoras para quem expunha sua vida particular. O Sr. Raymundo Bruno Vergolino requisitou dessa forma esse pedido especial “*Solicito a V.Excia uma audiência pessoal*”; a Sra. Maria Faustina também requisitou o uso dela, “*Venho pedir a V. Ex. a graça de uma audiência particular*”, tantos outros destacavam em seus bilhetes esse pedido específico.

Expor publicamente, em Audiências Públicas, perante o chefe do Estado e servidores públicos, assuntos que envolviam terceiros, conflitos, tensões entre pessoas do convívio cotidiano, talvez trouxesse consequências negativas, particularmente, se as sociabilidades envolvidas apontassem para a denúncia do

vizinho, do patrão e de servidores públicos. Assim, era razoável a cautela da parte de quem a requereu. Talvez, por esse motivo, o Sr. Pedro Ribeiro de Souza, ao pedir Audiência, reiterou para que a mesma fosse reservada:

Pará 07 de agosto de 1933
Exmo Sr. Major M. Barata muito digno Interventor deste
Venho muito respeitosamente pedir a V.Excia. uma conferencia reservada ao fim desta sobre um filho que foi dispensado de uma mercearia onde era empregado a 8 mezes para butar outro no lugar sem motivo justificado explicar como é tratado os empregados nos nossos subúrbios e outras coisas que vende nos estabelecimentos cladestinamente nada mais.
Sou de V.Excia.Criado e obrigado. Pedro Ribeiro de Souza.³⁰

O pedido de audiência do Sr. Pedro Souza se comparava ao de outros poucos solicitantes, uma vez que, geralmente, os bilhetes e cartas que requeriam audiências apresentavam uma composição curta, no máximo um parágrafo completo, entre quatro a seis linhas. Mas, diferia dos demais na forma de solicitar a audiência, pois, aproveitou para relatar o fato que o levou ao pedido da mesma, em suas palavras, “*uma conferencia reservada*”. Nota-se a ansiedade do pai em querer antecipar o quealaria quando estivesse pessoalmente com o interventor, afinal, se tratava de um assunto causador de apreensão e perturbação a um chefe de família, o desemprego, visto que levaria ao desequilíbrio da manutenção e sobrevivência familiar dele.

O relato do Sr. Pedro Souza tanto revela o ressentimento de um pai ao ver o filho ser injustamente dispensado da mercearia em que trabalhava há oito meses, como também mostra a reação do genitor diante da questão. O Sr. Pedro Souza realizou uma espécie de “vingança” para com o ex-patrão do filho, quando o denunciou ao Governo como um chefe imprudente que, inesperadamente, sem motivo justificado, despediu o rapaz e, também, como um comerciante desonesto, sonegador de impostos, uma vez que vendia produtos clandestinamente.

Outro caso é o da Sra. Henriqueta Maria das Neves, que, com o fim de denunciar um ex-servidor público, escreveu ao interventor também pedindo uma audiência particular:

³⁰ Gabinete do Interventor, Série Cartas, Período 1933 (junho/agosto) 03B.

Exmo.Snr. Major Magalhães Barata, M D Interventor do Estado

Tendo necessidade de falar com V.Excia. sobre assunto que prende ao facto do Snr. Erudino Doris ex comissário do Outeiro ter infamado publicamente minhas filhas, venho pedir a V. Excia. a graça de uma audiência particular, rolando minha gratidão por ser attendida por Excia

Da C. ob. ³¹

A razão que levou a Sra. Henriqueta das Neves a sair de sua casa para pedir uma audiência e falar da situação pessoalmente ao interventor foi o desrespeito do ex-comissário do distrito de Outeiro, uma área pertence à cidade de Belém, que difamou moralmente suas filhas, ou seja, a violação dos valores morais e familiares por parte de um ex-policial, o que para ela era motivo suficiente para que o Governo fosse conhecedor do assunto. O interessante é que o Sr. Erundino Doris já estava desligado do quadro do funcionalismo público, no entanto, a Sra. Henriqueta Neves, quando da denúncia, fez questão de identificá-lo como ex-comissário, qualificando sua função, cargo que deveria ter como finalidade resguardar o bem da coletividade, o que não aconteceu, provocando a indignação da denunciante. Em situações de denúncia, sobretudo contra servidores e ou ex-servidores, previa-se certa precaução, talvez, por isso, a Sra. Henriqueta Neves precisasse buscar uma audiência particular.

Audiências particulares também poderiam sinalizar para um espaço possível, constituinte de configurações plurais de negociações políticas, reservado, para a realização de rearranjos e alinhamentos de novos ou velhos acordos, local ainda de construção de alianças. Um exemplo é o da Sra. Ester Nunes Bibas que *“Necessitando falar a V.Ex^a.assumpto que não pode ser tratado em audiência pública peço queira conceder-me uns minutos de atenção, em palácio ou em sua residência”*³². Ela era uma das componentes responsáveis pela associação que reivindicava os direitos políticos da mulher paraense³³, é provável que por meio

³¹ Gabinete do Interventor, série cartas, período (junho/agosto), caixa 03 B.

³² Fundo Gabinete do Interventor, séries cartas, 1933, caixa: 3A.

³³ Ester Nunes Bibas era poeta e uma das mulheres que se mobilizaram e criaram o Núcleo Paraense pelo Progresso Feminino, cujas propostas era a luta pelos direitos políticos das mulheres, a reivindicação do direito ao sufrágio. De acordo com Luzia Alves, as mulheres que integravam a diretoria dessa associação possuíam alto nível intelectual, algumas tinham suas produções publicadas em revistas e jornais da região, portanto eram personagens influentes e conhecidas no meio artístico e intelectual no Estado. (Cf. ALVARES, 1990, p. 568).

desse mecanismo de comunicação, de escrever pedindo uma audiência particular, a Sra. Ester Bibas fosse dialogar propostas de cunho político.

Para outros, era talvez a possibilidade de concessão de um favor advindo do poder público, representava mais um instrumento de consolidação política elaborado por aquela administração, uma forma de garantir a liderança do poder estadual e dos políticos que participavam dela, como o próprio Magalhães Barata, Abel, Eduardo, Mario e Guilherme Chermont, todos integrantes da família Chermont, Aberlado Condurú, major Fenelon Perdigão, Alberto Engenhard e Clementino Lisboa.

Portanto, os requerentes procuravam uma audiência, pública ou particular, para pedir emprego, para denunciar um funcionário público, um ex-policial, delatar um ex-patrão, tratar de assuntos políticos, pedir passagens de navios ou de transporte ferroviário.

Os operários da fábrica de calçados Boa Fama representam um dos exemplos desse universo social, em que o interventor se apresentara como mediador nas relações trabalhistas entre os operários e a instituição destinada a representá-los.

Fundada pelo italiano Nicola Conte em 1912, a sapataria Boa Fama era uma fábrica de calçados, de porte comercial competitivo, instalada em Belém, tinha várias filiais na cidade, seus calçados chegaram a concorrer com a produção da região sudeste, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, de acordo com Rosana Sousa (2009, p. 56), a empresa “em 1925 chegou a exportar calçado para alguns países da América do Sul”, o que fazia dela uma empresa importante para a região, empregava uma quantidade considerável de mão de obra.

Diferente dos pedidos individuais de Audiência, nessa correspondência, a situação é outra, houve a mobilização coletiva de uma categoria específica, os trabalhadores da sapataria Boa Fama requeriam direitos no sentido de fazer com que Magalhães Barata ouvisse e acatasse a opinião deles sobre a nova organização da associação, destinada a beneficiá-los. Trata-se de uma situação vivenciada dentro de uma instituição criada para servi-los, o que levou esses homens a almejamem que suas opiniões fossem aceitas pelo Governo, justificando assim, a necessidade da audiência.

Exomo Snr. Major Joaquim Cardoso Magalhães Barata

M.D. Interventor Federal

Respeitosas Saudações

Os abaixo assignados empregados e operários syndicalizados da “Fábrica de Calçados Boá-Fama”, vêm mui respeitosamente solicitar a V. Exc.^a que se digne conceder-lhes uma audiência, a fim de ouvirem e acatarem a vossa opinião sobre a reorganização da Sociedade Beneficiente dos Operários e Empregados da Bôa-Fama.

Confiado no alto espírito de belevolencia de V.Exc^a

Subscrevemos-nos

Antonio Manoel Moraes

Menelau Lobato de Miranda

Manoel João Magalhães

Francisco Addario³⁴

A mobilização dos funcionários da empresa demonstra que eles viam na reorganização da sociedade um momento propício para os ajustes e correções necessárias a fim de melhorar situações concretas em benefício da categoria. Requerer coletivamente uma audiência com o interventor sinalizava para o grau de insatisfação dos funcionários na busca de uma solução para essas questões, ao mesmo tempo que chamava a atenção ao exigir melhor empenho do Governo. O que demonstra que as Audiências Públicas também sinalizaram para a movimentação de categorias de trabalhadores a exemplo dos operários da fábrica de calçados.

As Audiências poderiam ser denominadas ainda de Conferências, como citou a Sra. Carolina Cunha. A requerente utilizou a palavra conferência para solicitar uma audiência *“desejando uma conferência com V.Excia. a fim de expor minha situação”*, no sentido de empregar uma linguagem particular para a palavra Audiência.

Audiências Públicas, audiências na residência, audiências particulares, conferências, são circunstâncias que revelam a imagem de um governo tão próximo, tão íntimo, tão disposto a querer ouvir e atender os pedidos e as queixas dos moradores desta terra paraora. *Que projeto de governo estava inserido em tal ação? Quais eram suas estratégias?*

³⁴ Fundo: Gabinete do Interventor, Série: Cartas, período: junho/agosto, 1933.Caixa: 3B. Arquivo Público do Pará.

As correspondências tinham um destino certo, o gabinete do interventor, e somente para lá deveriam ser destinadas. O próprio Governo, por meio da imprensa, advertiu os missivistas para que endereçassem seus pedidos para esse setor. O jornal Folha do Norte publicava o aviso:

O Sr. Dr. Interventor não mais despachará desta data em diante, os requerimentos que lhe chegarem as mãos sem ser por intermédio do protocolo do gabinete. Desse modo é inútil insistirem em dirigir-se diretamente a V. excia. pois ficarão sem a solução que pleiteiam dos seus interesses³⁵.

Essa documentação sugere o interesse da Interventoria em centralizar e atrelar suas ações no processo de organização das demandas dos pedidos de audiência e cartas. É possível perceber ainda que, considerando a data de publicação da reportagem em sete meses de gestão, o volume de cartas tenha aumentado consideravelmente, inclusive foi criado o cargo de arquivista para organizar os documentos que chegavam ao gabinete.

O crescimento dessa dinâmica foi aproveitado, estrategicamente, por Magalhães Barata. A preocupação do Governo em dar conta da grande demanda de cartas que recebia sinaliza para o grau de importância que a administração governamental deu para tal ação, uma ação artilosa e articulada para destacar a imagem do interventor federal, associando-o a um governante justo e sensível ao anseio de sua população, e, a uma administração capacitada na providência dos pedidos e nas resoluções das queixas e denúncias trazidas pelos missivistas.

Aos funcionários do gabinete cabia a organização por toda a correspondência endereçada a Magalhães Barata, fosse no aviamento dos pedidos de Audiências, fosse no encaminhamento das cartas-petições aos setores administrativos responsáveis. Portanto, era a partir do gabinete que se estabelecia um canal de comunicação entre o Governo e os diversos segmentos da sociedade. O Governo anunciava em nota a imprensa que as reclamações e pedidos fossem direcionados exclusivamente ao protocolo do gabinete da Interventoria. Percebe-se também que havia o consenso entre as esferas do poder Estadual e Municipal para que as providências das petições e os pedidos de Audiências fossem concretizados no gabinete, vale ressaltar que as possíveis soluções vinham dos diretores das

³⁵ Folha do Norte, 16 de junho de 1931.

secretárias administrativas ou das prefeituras, porém a palavra final do resultado das missivas era dada pelo interventor, sinalizando a construção de uma política centralizadora, que visava à personificação da administração intervencionista estadual em Magalhães Barata, especialmente na relação entre o interventor e os sujeitos que o procuravam.

Segundo Márcia D'Alessio (2002), os anos de 1930 representam uma proposta de projeto político que visava à recriação do Estado-nação brasileiro, partindo da concepção de unificação do país. Os interventores, nesse sentido, seriam os responsáveis na contribuição para a realização dessa proposta maior de centralização política. Articulados ao governo central, esses faziam convergir para si a administração política em nível estadual, objetivando a uniformização de um projeto político nacional. Para a autora, a criação das Interventorias foi a possibilidade da construção de um novo Estado-nação dentro “de uma visão totalizante de sociedade” (D' ALESSIO, In: SEIXAS; BRESCIANI; BREPOHL, 2002, p. 165).

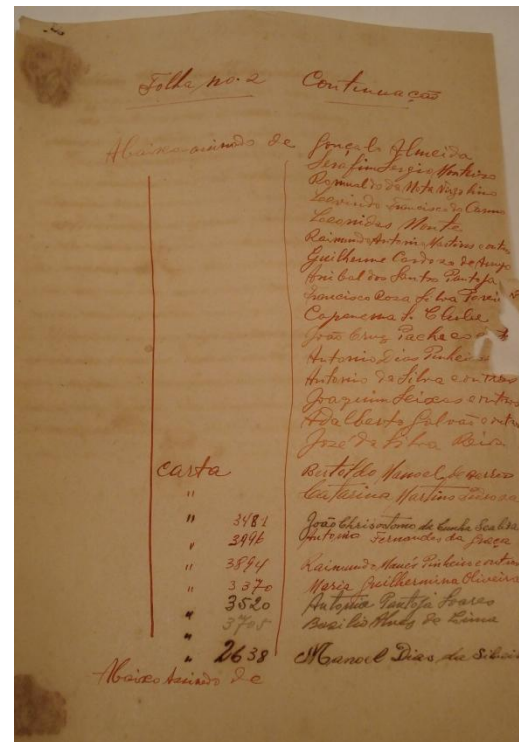
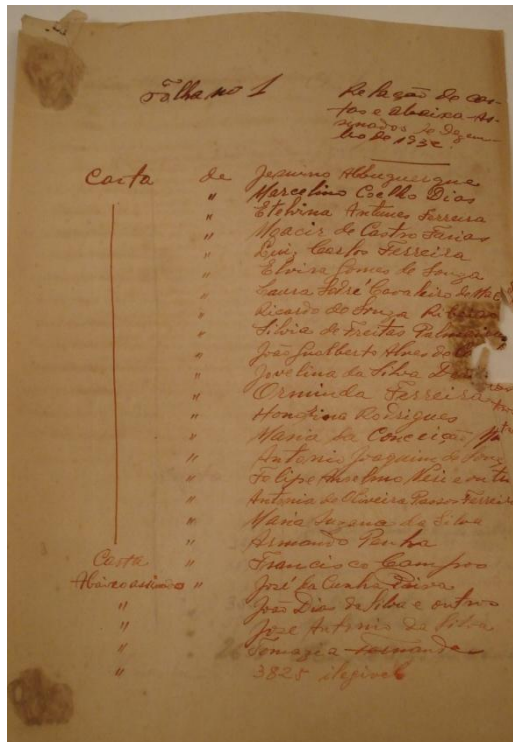
No início da Interventoria paraense, foram nomeados os senhores Abgvar Bastos e Ludovico Maués, para chefe e auxiliar de gabinete respectivamente. É provável que eles fossem os responsáveis no encaminhamento das missivas. Ao receber as correspondências, os funcionários do gabinete faziam uma triagem das cartas, separavam o que era pedido de Audiência e o que era petição. Cabia ao assistente militar do governo, Ismaelino de Castro³⁶ previamente marcar e encaminhar quais Audiências seriam no Palácio, na residência ou particular. Era importante escrever o endereço nas cartas, quando o objetivo era falar pessoalmente com o interventor. Caso o requerente fosse agraciado para uma audiência, era enviada para sua residência um cartão com a logomarca do Governo e a assinatura do Chefe do Gabinete (Figura 2), que continha a data, a hora e o local em que aconteceria o encontro com o representante máximo do Governo do Pará.

³⁶ Com o desentendimento de Ismaelino de Castro com Magalhães Barata em 1932, essas funções passaram para Boanerges do Couto, ajudante de ordens do Governo.



Figura 2- Cartão de concessão para Audiência Pública.
Fonte: Arquivo Público do Para:Fundo Gabinete do Interventor.Série Cartas,
Caixa: 03. Período, 1933.

Administrativamente, os funcionários do gabinete organizavam e contabilizavam as correspondências, listavam e registravam conforme as demandas do mês, especificando os que haviam procurado por meio de carta-petição, abaixo-assinados e pedido de audiências. Pode-se observar essa dinâmica no documento representado nas Figura 3 (a, b), datados do ano 1932.



(a)

(b)

Figura 3: Relação de Cartas: (a) relação de cartas, (b) relação de cartas abaixo-assinados.
 Fonte: Arquivo Público do Pará, Série: Cartas, Caixa: 03, Período: 1930, 1931 e 1932.

O que movia as pessoas a escreverem para Magalhães Barata era inegavelmente um senso de oportunidade e de percepção da situação política instaurada pela Interventoria no Pará, os canais midiáticos propagandeavam a imagem de um governo provedor de soluções para aqueles que chegavam até ele, o que levava paraenses e migrantes a se apropriarem desse discurso e negociarem com o Governo.

Se por um lado, ao solicitar algo do interventor, por meio de bilhetes e cartas, os remetentes procuravam mostrar estrategicamente concordância, admiração e até mesmo identificação com as propostas do Governo, até porque era uma questão de sensatez e coerência mostrar-se simpático ao discurso do Governo, dada a sua condição de peticionários, por outro lado, o Governo procurava assegurar que sua administração tinha o apoio popular.

Essa dinâmica entre os missivistas e o Governo revela as articulações políticas desenvolvidas pelos sujeitos, a fim de adquirir benesses do interventor. O que estava em jogo era a sobrevivência da família, vacilar na argumentação e no convencimento poderia comprometer talvez a única oportunidade de se ver

concretizada, enquanto cidadão, a realização das condições básicas como o direito ao emprego, à saúde, à moradia e à educação. Os elementos constitutivos no jeito de se fazer política para essas pessoas tinham como pressupostos argumentos oriundos das suas reais condições vividas, inseridos em seus modos de vida, fruto das experiências adquiridas em seu meio social.

Existem alguns indícios que revelam os procedimentos e o processo de como o Governo conduzia as audiências públicas, as expectativas geradas aos que as haviam solicitado e a repercussão delas no seio da sociedade.

Octavio Meira, antes de se tornar promotor público e, posteriormente, presidente do partido Liberal, partido que reuniu as bases de apoio ao Interventor Magalhães Barata, em depoimento autobiográfico, relatou sua experiência ao passar por uma Audiência Pública:

[...] Sentindo-me sem emprego, com o casamento marcado para o dia 26 de janeiro de 1931, resolvi dirigir-me pessoalmente ao Interventor Magalhães Barata. Dava audiências públicas no grande salão de sua residência que me era muito familiar, pois o frequentara nos tempos de Dionísio Bentes. Fiquei no grande salão, onde se aglomerava uma massa compacta de pedintes, de todas as classes sociais. Ouvia sempre barulho de esporas, de ferros militares, nas outras salas. Enfim apareceu o Interventor, fardado, comissionado em Coronel.

Começou por uma das pontas e foi ouvindo, recomendando o postulante a determinada repartição, tendo ao seu lado o oficial de gabinete.

Foi chegando a minha vez. Ele não me conhecia, eu o conhecia dos tempos do Correio do Pará, quando certa vez foi me mostrado por um colega da redação:

- Senhor Interventor venho pedir-lhe um emprego. Disse o meu nome e ele respondeu imediatamente:

- Tenho muitas boas informações a seu respeito. O senhor será aproveitado pela Revolução. Não precisa mais se preocupar. Quando a Revolução precisar do senhor irá buscá-lo. Aguarde acontecimentos.

Limitei-me a agradecer as boas referências, mas, sinceramente saí desiludido. Nunca mais se lembraria de suas afirmativas e eu estava proibido de procurá-lo novamente (1975, p. 254).

A experiência vivida por Octavio Meira em uma Audiência sinaliza alguns aspectos no processo de como o interventor tratava os sujeitos que chegavam ao grande salão de sua residência a fim de exprimir direitos e reivindicações. Meira indica que as audiências eram realizadas no grande salão da própria residência do Governo, onde se aglomerava uma quantidade de gente a espera para falar com o interventor, revelando a disposição das pessoas, que, em fila, uma a uma expunha ao Governo suas necessidades.

A descrição demonstra a expectativa que se tinha do contato com o interventor e a dimensão que essa ação do Governo causava. Revela, ainda, a quantidade de gente que buscava esse canal de mediação “*onde se aglomerava uma massa compacta de pedintes*”, na esperança de ver seus anseios atendidos mesmo que para isso ficasse comprimida entre tantas outras pessoas que também buscavam a realização de seus objetivos. Essa dinâmica aponta para as problemáticas socioeconômicas vividas no Estado paraense nesse período.

O relato de memória de Octavio Meira revela como era o procedimento do Governo quando recebia as pessoas. Na sala reservada para as audiências, o interventor era sistemático, sempre acompanhado pelo oficial de gabinete, ouvia um a um seguindo conforme a ordem da vez, após essa etapa, as pessoas eram encaminhadas às secretarias responsáveis por viabilizar uma possível solução.

Octavio Meira³⁷, assim como outros pedintes, estava ali comprimido dividindo o espaço com outras pessoas esperando sua vez. Em tempos da faculdade de Direito, Octavio Meira tinha uma relação de amizade com Luciano Bentes, esse contato também possibilitou uma relação próxima ao pai de seu amigo, o ex-governador Dionísio Bentes. Os laços de amizade construídos entre ele e a família Bentes lhe renderam uma presença constante dentro do Palácio do Governo, por isso, para ele, o salão da residência em que havia as audiências lhe trazia lembrança de bons tempos de outrora.

As memórias de Meira revelam práticas de uma cultura política que evoca e fortalece relações clientelistas. A amizade do memorialista junto à família do ex-governador Dionísio Bentes ou mesmo os vínculos estabelecidos com os políticos que estavam na administração pública estadual anterior a gestão de Magalhães Barata deram a Octavio Meira o privilégio de acumular três cargos no serviço público. Época bem distinta da qual estava vivendo, quando do estabelecimento do regime de Interventoria, Octavio Meira fora dispensado dos três empregos que tinha. Às vésperas de contrair núpcias e constituir família, Meira precisava estar empregado, recorrer à audiência pública pedindo um emprego à Magalhães Barata era uma questão de necessidade.

Com a Intervenção, o Estado passou por reformas em sua estrutura administrativa, suprimiu a câmara legislativa, além de promover a reforma do poder

³⁷Otávio Meira era membro de uma família tradicional da capital, seu pai Augusto Meira, além de ter sido desembargador, foi também senador do Estado do Pará (Cf. MEIRA, 1975).

judiciário em que delegava ao interventor poder de nomear, transferir e demitir membros da magistratura. Essa reforma se estendeu às diretorias administrativas estaduais e municipais, houve a extinção de cargos públicos, assim como a criação de outros. Os atos administrativos do Governo foram direcionados no intuito de implantar nos quatros cantos do Estado os ideais políticos do grupo que havia juntamente com Magalhães Barata assumido o poder, o planejamento ideológico desse regime era mostrar a política “nefasta” dos governantes anteriores, preocupados apenas em atender seus interesses particulares.

Magalhães Barata confiscou e bloqueou os bens dos três últimos governadores, sob a alegação de que haviam lesado o tesouro estadual³⁸. Com essa atitude, Barata revestia seu governo com o discurso da “moralidade e integridade”, o principal elemento dessa idealização era a “revolução”, que tinha o caráter de ser “divisor de águas” no Estado³⁹.

A operação da Interventoria era desarticular o poder das velhas estruturas oligárquicas, visto que, segundo o discurso da administração vigente, essas implementavam uma política clientelista de favorecimento pessoal daqueles que tinham vínculos com a administração pública e, conseqüentemente, essa situação levava ao atraso econômico do Estado, deixando os segmentos sociais em estado de miséria e exclusão social. A legitimação do discurso ideológico da Interventoria estabelecia a “regeneração dos costumes” e “saneamento moral” como proposta de governo.

Nesse sentido, a realização de audiências era mais uma das formas estratégicas instituídas nas relações estabelecidas de poder. Na realidade, as audiências faziam parte de um dos canais de mediação que reforçavam a imagem de uma administração que dispensava intermediários, sinalizava para um interventor que se fazia bem presente diante dos problemas sociais enfrentados pelos paraenses. Um Estado que parecia mostrar-se cumpridor dos atos de justiça mesmo para aqueles que não ajudaram na sua implantação.

³⁸ Sob a alegação de que os três últimos governadores desviaram verbas dos cofres públicos, Magalhães Barata ordenou o confisco dos bens de Antônio Emiliano de Souza Castro (1921-1925), Dionísio Eusier Bentes (1925-1929) e Eurico Valle (1929-1930), até que devolvessem as quantias que haviam sido desviadas do tesouro estadual.

³⁹ Segundo Carlos Vesentini (1997, p. 130-131), a revolução de 30, como marco divisor, no discurso do poder, operou duplamente, primeiro porque “aparecer como afirmadora do geral, pelo renascer da nação” e da realização da vontade coletiva, segundo porque “opera no exercício e controle do poder político” na ação administrativa desse Governo.

Diante do discurso da Intervenção, é provável que a demissão de Octavio Meira tivesse sido o reflexo das mudanças oriundas das reformas administrativas do Estado, sendo ele um servidor público da gestão anterior, seu afastamento talvez fosse uma atitude de precaução, principalmente porque não fora um servidor que atuara para implantação desse “novo” estilo de governo.

Apesar de ter ouvido a promessa de admissão ao cargo público pelo interventor, Meira demonstrou descrédito na promessa de Magalhães Barata “Limitei-me a agradecer as boas referencias, mas, sinceramente saí desiludido. Nunca mais se lembraria de suas afirmativas” (1975, p. 254). Octavio Meira deixou clara sua expectativa nesse primeiro contato, porém, voltou para casa contrariado quando recebeu em tom irônico do interventor a resposta de seu pedido “Quando a Revolução precisar do senhor irá buscá-lo”. “Aguarde acontecimentos” (1975, p. 254). Vale ressaltar que a nova administração precisava definir as bases de apoio e estabelecer acordos políticos com pessoas que não estavam diretamente engajadas ao modelo de Intervenção.

O comportamento de Meira e a resposta do Governo trazem três pontos importantes: o primeiro é o sentimento de descrédito que Meira teve para com a Intervenção, sem o emprego imediato, as palavras de Magalhães Barata mais pareciam uma promessa vazia feita por um político no poder, até porque não havia recebido garantias de que seu pedido seria realmente aviado, apenas o encontro se encerrou na frase “Quando a Revolução precisar do senhor irar buscá-lo. Aguarde acontecimentos” (1975, p. 254); o segundo é o reconhecimento de uma cultura política que diz respeito às benesses concedidas à base de apoio ao Governo, Meira compreendia que ele estava excluído dessas benesses, visto que não havia colaborado para a sua implementação; e o terceiro é a projeção de Meira em torno da palavra revolução, ao aceitar que o Governo de Magalhães Barata estava ali por meio de uma “revolução”, ele interiorizou as tessituras engendradas do poder vigente dentro da perspectiva projetada pela história do vencedor, para ele, o sentido da “revolução” já estava difundido no todo social⁴⁰.

Para Octávio Meira, a experiência acerca das Audiências Públicas, particularmente, foi um acontecimento positivo, após algumas semanas, ele lia no periódico “A Folha do Norte” sua nomeação como promotor público da capital. No

⁴⁰ Sobre a perspectiva projetada pela história do vencedor que traz a Revolução de 30 como marco divisor, cf. VESENTINI, 1997, p. 17.

entanto, acredita-se ter sido ainda mais positivo para a Interventoria a realização de audiências, por meio desse canal de mediação, Magalhães Barata pôde construir uma das principais bases políticas para angariar o apoio popular em eleições futuras. Seria uma estratégia peculiar estabelecida a partir de uma relação bem próxima e pessoal do governo, possibilitando à nova administração maior visibilidade e a construção de futuras alianças. A nomeação de Otávio Meira foi um exemplo, ele passou a ser aliado do Governo. Na administração de Barata percorreu o interior do Estado como promotor, prestando serviços de informação e fiscalização da administração dos prefeitos municipais nas mais longínquas cidades, além de que, posteriormente, se tonou o líder do partido Liberal, partido que representaria o Governo nas eleições de 1934.

A descrição feita por Maria Rita Ferreira dos Santos pedindo uma “conferência” evidencia outro desdobramento das audiências públicas. A proprietária da empresa M. Santos & Filho, conhecida como Fábrica de Conservas São Vicente, indústria responsável pelo beneficiamento de frutas em compotas, descreveu que foi intimada pela Saúde Pública a cumprir determinações para adequar o espaço da empresa às condições de trabalho dos seus operários, porém, na iminência de receber advertência por deixar de cumprir essas determinações, pediu audiência a fim de que explicasse os motivos que a impossibilitaram de se adequar às normas impostas pelo Governo:

Exmo.Sr.
Major Magalhães Barata
M.D. Interventor Federal, no Pará
Respeitosos Cumprimentos
Sabendo das múltiplas preocupações de V. Ex. ao tratar dos interesses do Estado, não quero e não devo interromper V. Exc. nas horas destinadas a esse fim, em Palácio.
Como porém, tenho necessitado urgente de uma conferencia com V.Exc., para tratar de assumptos de importância que se prende ao estabelecimento industrial, desejaria merecer de V.Exc. uma conferência especial, si possível em casa de residência de V.Exc.
Maria Rita Ferreira dos Santos
Chefe da firma M.Santos & Filho⁴¹.

⁴¹ Fundo Gabinete do Interventor. Série: Cartas, Período: 1933, Caixa: 03 A.

Os argumentos da Sra. Rita dos Santos, aparentemente, não associaram as dificuldades enfrentadas por sua empresa às regras instituídas pelo Governo, ao contrário, iniciou seu argumento, relatando não querer incomodar o interventor, pois reconhecia as “*múltiplas preocupações*” do Governo “*ao tratar dos interesses do Estado*”. Seria uma estratégia argumentativa da empresária para conseguir o objetivo almejado? A Sra. Rita dos Santos, ao indicar que compreendia o quanto era complexa a administração de um Estado, sinalizou para certa sensibilidade e compreensão para com o poder instituído, em nenhum momento do seu pequeno trecho ela demonstrou contrariedade em relação à intimação que lhe foi imposta, provavelmente com a expectativa de que o interventor relevasse os problemas enfrentados por sua empresa. Daí ser interessante tecer seu texto de forma humilde, mostrando propositalmente que a audiência Pública é uma concessão do Governo e não um direito, talvez para sensibilizá-lo para uma rápida resposta ao seu pedido de Audiência.

Ao que tudo indica, a argumentação da signatária surtiu o efeito esperado, a Sra. Rita dos Santos foi recebida numa tarde de segunda-feira no Palácio do Governo. O resultado foi que a empresária, quatro dias após a conferência, enviou uma exposição de motivos explicando as adequações já realizadas na fábrica e as dificuldades financeiras enfrentadas pela empresa no departamento de doces, o que a impossibilitou de “*cumprir na íntegra o regulamento da Saúde Pública*”. Isso leva a supor que o interventor exigiu da requerente um relato por escrito da situação em que se encontrava sua empresa, acredita-se que esse relato serviria como documento comprobatório a ser encaminhado ao setor diretamente responsável em autorizá-la a retardar as reformas no estabelecimento, no caso, a Diretoria de Educação e Saúde Pública.

Mostrar um ambiente limpo e saudável requereria capital para a realização de reformas, do que nem toda empresa dispunha, daí ter sido necessário pedir tolerância ao interventor no que diz respeito ao cumprimento das normas impostas pela Saúde Pública.

É perceptível na exposição de motivos da Sra. Rita dos Santos a lógica argumentativa para convencer o Governo a protelar essas normas, primeiramente, descreveu o esforço empreendido em seu estabelecimento “*installamos os bebedouros e lavatórios exigidos*”, além disso, foram criadas salas específicas para a seleção da castanha e para o serviço de embalagem. O que demonstra o

empenho da Sra. Rita do Santos em cumprir as determinações das normas da Saúde, só posteriormente é que a missivista sinalizou as modificações que ainda faltavam ser feitas, reformas no assoalho e na seção de doces, no entanto, ela destacava que os materiais para isso foram comprados, porém advertia:

O verão prolongado que tivemos contribuiu para a pequena fabricação daquelle anno, devido a falta de fructa, que só houve em pequena escala impossibilitando-nos assim, de melhores negocios, por não podermos attender aos pedidos das praças nacionaes.

Parallella a essa difficuldade vem uma outra que também nos acarreta inumeros prejuízos: o imposto cobrados sobre as fructas que é feito no município de origem e nesta capital⁴²

A missivista ressaltou a conjuntura econômica vivida pelo Estado, e destacou a cobrança de elevados impostos sobre os produtos industrializados como um dos fatores que impedia a aquisição de uma margem de lucro suficiente para a efetivação das reformas exigidas pelo Governo.

Na verdade, a missivista apontava a incoerência do Governo, cobrar dos empresários modernização, sem, contudo, dar condições para isso, pelo contrário, as reformas tributárias sobrecarregavam os capitais das empresas. A Sra. Rita dos Santos sutilmente criticou a postura adotada pela Interventoria na busca do equilíbrio financeiro estadual, o elevado preço dos impostos que comprometia a dinâmica da produção de qualquer empresa, sobretudo, nos investimentos que poderiam ser aplicados na sua logística.

De um modo geral, pedidos de pensão alimentícia, mulheres que reclamavam o abandono do marido, negócios empresariais, empregos, pedidos de passagens marítimas ou ferroviárias, vagas para filhos nas escolas e denúncias eram questões recorrentes no gabinete da Interventoria.

Por um lado, receber quase todos os dias as pessoas que pediam audiências, ouvi-las e, sobretudo, canalizar a atuação da imprensa para isso, demonstrava a teia de articulações que a Interventoria delineava como forma de construir a imagem de um governo solícito aos interesses dos sujeitos, por outro lado, a articulação entre audiências, cartas-petições, gabinete e imprensa faziam as

⁴² Fundo Gabinete do Interventor. Série: Cartas, Período: 1933 (janeiro/Maio). Caixa: 03 A. Carta do dia 16 de janeiro de 1933.

pessoas reconhecerem a possibilidade de, no envio de correspondência, adquirir uma resposta do Governo, uma benesse que era concretizada sem demora. Por exemplo, a família La Roque atentava para esse aspecto do Governo, o casal Carlos e Amélia La Roque dos Santos justificou o pedido de uma pequena conferência visto *“que V. Exa., (é) sempre solícito em atender os que solicitam essa honra”*.

Algumas missivas, quando da solicitação de uma conferência pessoal com o Governo, ressaltaram o compartilhamento de algo em comum com o interventor, seus autores subscreveram-se como seus correligionários, amigos do “civismo”, do mesmo “civismo” que estava no discurso do Governo e, portanto, estavam ao lado dele para apoiá-lo, porém necessitavam também do seu apoio.

Assim aconteceu com o Sr. Antônio M. de Oliveira, que pediu ao interventor que lhe concedesse uma conferência, ao final de sua descrição afirmava *“Sou de v. excellencia correligionário leitor (e) amigo do civismo”*. Com estratégias semelhantes também escreveu a Sra. Odalea Sebastiana do Nascimento, aluna da escola normal que, cansada de guardar *“algumas contrariedades”* que vinha sofrendo, pediu para falar em particular com Magalhães Barata. Ela findou seu texto escrevendo *“Agradecendo desde já tão grande obsequio, tenho a honra de ser vossa”*. Sutilmente, os missivistas demonstravam que eram simpáticos ao Governo. De certo modo, sinalizavam um apoio que era necessário para uma conjuntura política que fora instituída a partir de um golpe político-militar.

Diante de um processo pelo qual uma quantidade numerosa de sujeitos concorria para falar com Magalhães Barata, é importante destacar que as audiências estavam inseridas numa realidade em que o índice de analfabetismo era gigantesco, e para quem a cidadania estava incompleta. É possível que determinadas pessoas percebessem esse canal de mediação como uma concessão, um favor ou mesmo uma cortesia do Estado. O pedido de audiência do Sr. Américo Dutra dá indícios desse modo de cultura política, ao escrever, ele ressaltou que estava confiante *“nos atributos de acessibilidade e cortesia”* do Governo, é possível que acreditasse verdadeiramente no discurso do Governo.

Os pedidos de audiências eram em sua maioria da capital, entretanto, havia pessoas das cidades do interior solicitando audiência com certa urgência uma vez que deveriam retornar a sua cidade de origem. A Sra. Elvira Ferreira de Mesquita era um desses casos e solicitou audiência, pedindo-a com urgência. O

comandante Vicente Rolim de Moraes, que havia acabado de chegar de viagem, também pediu ao interventor “*a bondade de conceder uma conferencia*”.

Conforme a complexidade do assunto exposto em Audiência, o peticionário enviava posteriormente uma carta-petição. Quando as petições chegavam ao gabinete, era feita uma prévia leitura em que se grifava com canetas de tintas coloridas os detalhes e informações trazidos no conteúdo das cartas; geralmente, as cores eram azul, vermelho ou laranja. Havia a preocupação em enumerar e subscrever no centro da missiva a letra inicial do autor da carta, uma organização técnica que demonstra o grau de importância que esse instrumento de comunicação tinha para o Governo.

Detalhes importantes eram destacados na carta, como quem a escreveu, qual era o tipo de pedido ou a quem se referia à denúncia, se fosse o caso, quem eram os envolvidos, por fim era dado prosseguimento às petições. Todas eram enviadas às secretarias que detinham a competência para uma possível solução, o encaminhamento dessas petições era endossado com a assinatura de Magalhães Barata, o que sugere que o interventor era conhecedor das histórias que chegavam ao seu gabinete.

Transformada em processo, a petição seguia para Diretoria competente. Era ela que dava o parecer final. Por exemplo, quando o pedido era uma vaga na escola, a petição era encaminhada ao Diretor de Educação e Saúde Pública, esse, por sua vez, dava o parecer, o interessado deveria buscar na imprensa a resposta da missiva. O jornal Diário Oficial do Estado era o canal responsável em dar publicidade ao pedido que fora feito por meio da petição. No entanto, os principais jornais que circulavam na cidade também davam publicidade a essa ação.

Em casos de denúncia, a complexidade era maior. Antes de tomar qualquer decisão, a preocupação do Governo era primeiramente averiguar a veracidade da situação exposta na carta. As denúncias em sua maioria eram encaminhadas ao diretor da Delegacia Geral. O processo para uma possível solução respeitava a hierarquia dos funcionários da Secretária de Polícia, quando a petição chegava à mesa da direção de segurança pública, era encaminhada ao terceiro delegado que iniciava o processo de investigação, esse, pessoalmente, ia ao lugar da denúncia para ouvir as partes envolvidas.

De posse das informações coletadas, o servidor público concluía na própria carta seu parecer, posteriormente, a correspondência, já com o parecer do

servidor, era entregue ao delegado geral. Do delegado geral, a missiva retornava ao gabinete do interventor, que acatava os argumentos da secretaria incumbida de investigar o caso, só assim era divulgado o resultado final. Salvo algumas restrições, o processo para solucionar os anseios dos postulantes se dava de forma análoga nas outras Secretarias.

Os diferentes sujeitos, por meio da imprensa oficial ou comercial, ficavam sabendo se seus anseios haviam sido atendidos. A dinâmica da relação população/missivas, gabinete/interventor, secretarias/instituições, imprensa e, por fim, o retorno à população, pode ser visualizado no diagrama esquemático da Figura 4.

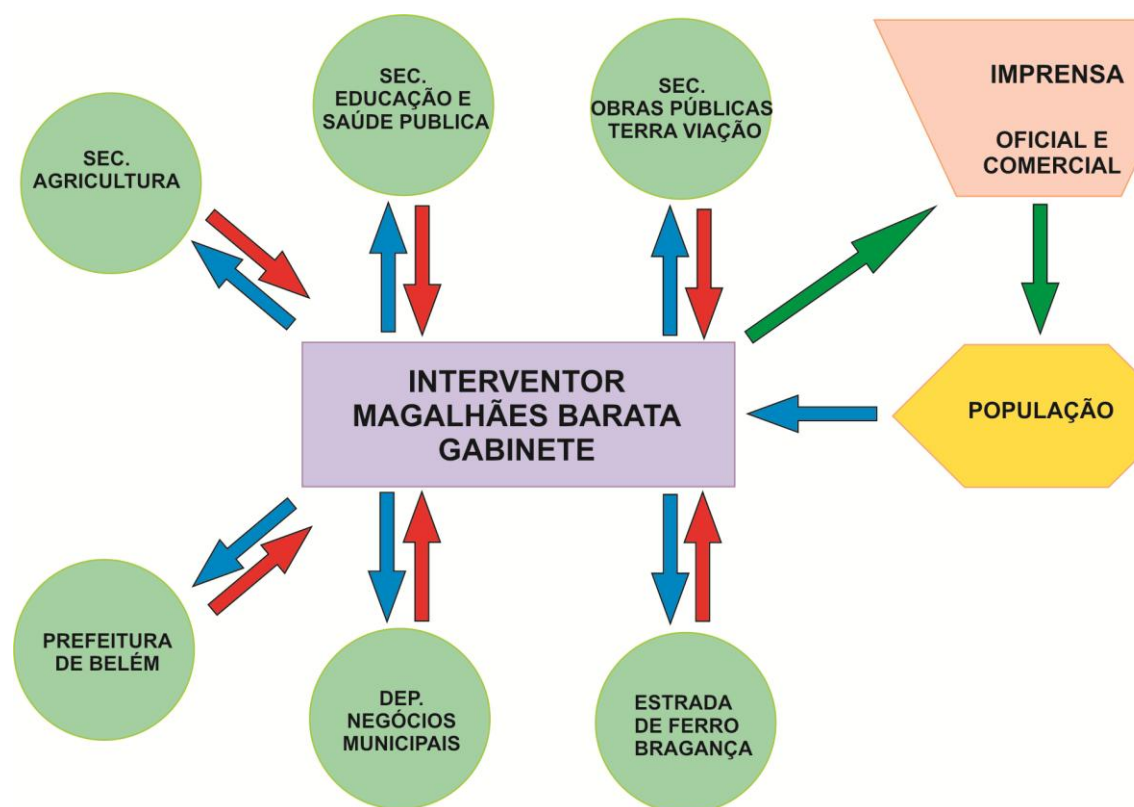


Figura 4 – Diagrama esquemático representando os caminhos percorridos às solicitações da população. Fonte – Elaboração própria.

2.1 A PRODUÇÃO IMPRESSA ACERCA DO MOVIMENTO DE OUTUBRO DE 1930

A divulgação de Audiências Públicas, petições e a intensa movimentação de pessoas no gabinete só foi possível alinhavando um terceiro instrumento de mediação entre a população e o interventor Magalhães Barata, a imprensa.

Os jornais desempenharam um papel ativo e articulador entre o poder público e a sociedade paraense. O indivíduo que participou de Audiência e ou se exprimiu por meio de petição saberia, folheando as páginas dos jornais matutinos e vespertinos, se obteve uma resposta positiva ou negativa do interventor. A segunda carta que o Sr. Bruno Antônio dos Santos escreveu ao Interventor mostrou, por exemplo, a importância que tinham os jornais como canal de diálogo entre o Governo e os missivistas, *“li nos jornais de Belém, a solução que V. Excia se designou dar ao caso por mim exposto, em outra carta”*.

Nesse sentido, a imprensa atuou como o principal divulgador dos desdobramentos que poderiam advir após a realização das Audiências e dos procedimentos administrativos dados pelo Governo após a leitura das petições.

Magalhães Barata via a imprensa como um instrumento estratégico na divulgação das propostas do Governo e na construção da imagem de um político acessível às demandas sociais da população. No entanto, a relação da mídia impressa com a Interventoria nem sempre foi amistosa e muito menos harmoniosa. Durante os quase cinco anos de Intervenção, o posicionamento dos jornais diante da política de Magalhães Barata foi distinto e instável. O jornal que antes o apoiava passou a fazer forte oposição e o jornal que antes o criticava passou a divulgar suas ações e benfeitorias, tais oscilações entre apoiar e/ou opor-se dependiam dos interesses e das tramas políticas que eram tecidas entre a Interventoria e esses canais midiáticos.

A Folha do Norte foi um jornal que demonstrou bem esse aspecto. A postura desse periódico na cobertura dos acontecimentos que precederam ao regime de Interventoria foi condizente com os princípios editoriais definidos pelo diretor e proprietário do jornal, Paulo de Albuquerque Maranhão. Ele era membro do Partido Republicano Federal, o mesmo partido que venceu as eleições de fevereiro de 1929 e que pôs no poder político do Estado o Sr. Eurico Valle, assim, Paulo Maranhão tinha significativa participação como força política nesta gestão.

As relações de apoio e aliança entre Paulo Maranhão e o poder instituído encamparam a prática de um jornalismo político-partidário. Como correligionário do Governo, seu comprometimento com os interesses imediatos de proprietário e anunciante remetem a correlações de forças que primavam pela preservação e manutenção da imagem do governador Eurico Valle como a de um administrador político salutar.

As manchetes veiculadas no jornal Folha do Norte sobre as revoltas dos jovens oficiais e grupos civis contra o Governo de Eurico Valle em outubro de 1930 trouxeram ao leitor a imagem de um movimento causador de anarquia e tumulto para a sociedade paraense. O jornal reportava a imagem de uma cidade assolada pela tensão e medo que os rebelados provocavam por onde passavam.

O movimento rebelde que eclodiu no sul do país no final dos anos de 1930 tinha como objetivo destituir o presidente da República, Washington Luis. Esse fato mostrava seus reflexos no Pará. Jovens oficiais do 26º Batalhão de Caçadores em Belém rebelaram-se visando também à destituição de Eurico Valle do governo do Estado. Houve o assalto à fortaleza da Barra em Belém e em outros pontos da cidade. A finalidade do movimento rebelde no norte do país era controlar pontos estratégicos como o quartel general, os quartéis do grupo misto do batalhão de infantaria e o esquadrão de cavalaria da força pública, ao mesmo tempo em que tomava de assalto o Palácio do Governo. Porém, a tentativa foi fracassada, o Governo se antecipou, conseguindo neutralizar as ações dos rebelados. A Folha do Norte publicava os acontecimentos destacando o clima de terror que os militares rebelados causaram à população ao longo do trajeto, a reportagem construía a imagem de um “*movimento desordeiro, perigoso e ameaçador*” da ordem pública:

[...] exaltados, ameaçando os funcionários que ali estavam, diligenciaram para a composição de dois trens [...] os maquinistas presentes a chegada dos sediciosos haviam fugidos de sorte que os graxeiros foram obrigados sob ameaça de morte a subir as máquinas para dirigi-las(...) Os revoltosos, que fugiam, disparavam tiros constantemente pela avenida Tito Franco até o Entrocamento, espalhando o terror entre os habitantes da margem da via férrea [...] ⁴³

⁴³ Folha do Norte 07 de outubro de 1930.

A Folha do Norte em todas as reportagens desqualificava o movimento, pormenorizando os detalhes de uma tentativa fracassada de tomada de poder político. O jornal cobria o conflito na região retratando-o como subversivo de atitude, “acéfalo” de parte de seus articuladores. As reportagens publicadas destacavam a apatia e a frustração que tomava conta dos rebelados no momento de suas ações, revelando um movimento cujas bases estavam despreparadas e desorganizadas.

Seguindo uma linha editorial semelhante ao seu concorrente, o jornal O Imparcial também noticiou o episódio em Belém mostrando uma revolta que desde o princípio se deu como fracassada. Em manchete de primeira página, do dia 04 de outubro de 1930, sob o título “Movimento sedicioso mallogrado”, a reportagem evidenciava a ação de prontidão da polícia e do Governo antes de qualquer pretensão de rebelião dos militares “A polícia do Estado começou, entretanto desde cedo a exercer medidas de prevenção. O litoral passou a ser rigorosamente vigiado, bem como a Estrada de Ferro de Bragança e diversos pontos da cidade.”⁴⁴

O jornal ressaltava ainda as atitudes de uma polícia estadual eficiente em seu exercício de manutenção da ordem política e social do Estado, o destaque da reportagem foi mostrar a ação primeira dessa polícia em efetuar as prisões dos principais envolvidos quando da tentativa desses dentro do rebocador “Wanda” em iniciar o processo de conspiração contra o governador do Pará.

Pela madrugada a polícia prendia a lancha “Wanda”, do Sr. Adriano Santos que regressava do lado de Val-de-Caes. O mestre da lancha mostrou o passe da guarda moria que lhe dava licença para ir ao Mosqueiro, durante a noite buscar um enfermo. Apesar disso, a polícia prendeu toda a guarnição, pondo em confissão uma das pessoas que viajava na mesma.”⁴⁵

O objetivo dos rebeldes no rebocador “Wanda” era margear a cidade indo até a Fortaleza da Barra para abastecer seus integrantes de armas e munições e deflagrar o movimento em Belém. A matéria sinalizou para uma abordagem completa da cobertura do episódio “Em Minas o exército domina a polícia- Em Belém verifica-se um assalto ás munições da fortaleza da barra – Como se deu o facto – O rebocador Wanda a serviço dos revoltosos – Como a policia agiu – Um

⁴⁴ O Imparcial, 04 de outubro de 1930, primeira página, título da matéria “Movimento Sedicioso Mallogrado”.

⁴⁵ Ibid., loc. cit.

desembarque pelo Curro Velho – Notas e informações”⁴⁶. Esse informativo apontava para uma possível ideia de que as versões seriam relatadas, tanto os preâmbulos das estratégias dos rebeldes quanto a ação policial, porém, destacou apenas o êxito da ação da polícia contra os revoltosos “Posta a munição para bordo da “Wanda” esta retornou a cidade parando ao Curro Velho, na ponte do japonezes, onde os revoltosos desembarcaram sendo presos pela polícia que já os aguardava naquelle trecho do litoral”⁴⁷. Em extensa reportagem, O Imparcial descreveu a atuação do Sr. Lúcio Mello, 3º prefeito, e de Cattete Portugal e Armando Souza, subprefeitos, homens designados pelo chefe de polícia do Estado para efetivar a prisão dos envolvidos:

As três autoridades retiraram-se em automovel e dirigiram-se a residência do Dr. Abel Chermont [...] aquele bacharel recebeu-os attentosamente e, informado de que o chefe de polícia o mandava buscar preso, declarou que obedecia aquella ordem [...] Ainda o dr. Lucio Mello e os capitães Portugal e Armando, prederam o dr. João Jorge Corrêa Filho, Manuel Guilherme Costa e Adriano Nunes Santos [...] O dr. Lucio Mello foi as residências do tenente Olympio Pampolha e, do padre Leandro Pinheiro [...] A polícia deixou intimação para o tenente Pampolha se apresentar ao chefe de polícia, logo que aparecesse.[...] As primeiras horas da manhã de hoje, pelotões, de praças foram designados para buscar os soldados desarranchados e que pernottaram fora da caserna. O quartel do 26º BC tem sentinellas em todos os flanco, na parte externa.”⁴⁸

Enquanto força social, os jornais O Imparcial e A Folha do Norte contribuíram significativamente na formação de opinião pública acerca do movimento. A linha editorial dos informativos era declaradamente o meio impresso de propaganda do Governo de Eurico Valle. Nos dias posteriores, o jornal publicou exaustivamente a manchete “O mallogro do movimento sedicioso”⁴⁹. É perceptível o constante e insistente título da matéria enfatizando uma ação rebelde, que em seu processo embrionário já se encaminhava para o desfecho sob total controle das

⁴⁶ Ibid., loc. cit.

⁴⁷ Ibid., loc. cit.

⁴⁸ Jornal O Imparcial, Manchete “Movimento sedicioso mallogrado: Em minas o exército domina a polícia- Em Belém verifica-se um assalto às munições da Fortaleza da Barra – Como se deu o facto – O rebocador Wanda a serviço dos revoltosos – Como a policia agiu – Um desembarque pelo Curro Velho – Notas e informações.04 de outubro de 1930.primeira página. Arquivo Público do Pará.

⁴⁹ Jornal O Imparcial - a mesma manchete foi repetida nos dias 08, 09, 10, 11 e 13, 14 e 18 de outubro de 1930. No dia 20 de outubro, a manchete foi reduzida para “O movimento sedicioso”. Essa reportagem ocupou a metade da primeira página do jornal, o título se repete nos dias 22 e 23 de outubro de 1930. É interessante perceber a redução do título da matéria, o que indica certo recuo do jornal em constituir uma imagem do movimento como fracassado, pelo menos no sul do País, o movimento rebelde tinha força, vale ressaltar que a data de 20 de outubro coincidia com as vésperas da transmissão do governo do Pará para uma junta provisória

forças legalistas. Embora no seu conteúdo a matéria apontasse que o movimento ainda estava em andamento “os revoltosos deixaram Bragança e seguiram para Vizeu, enviando a munição por via marítima”⁵⁰.

A manchete intitulada “O Movimento Malogrado” do jornal O Imparcial inicialmente relatou que a população repudiava o movimento e, em seguida, trabalhou a temporalidade passado-presente, o antes e o depois do movimento rebelde. Descrevia um passado em que o Estado vivia em harmonia e progresso, dirigido por um governante pautado em valores “patrióticos”, levando os destinos do Estado para a “ordem social”. O destaque da reportagem é para construção da imagem positiva do Governo de Eurico Valle, “O Pará vivendo dias de tranqüilidade, de trabalho fructuoso, de actividades generosas, sob a orientação patriótica e honesta de seu eminente governador, não pode e não tem o direito de apellar para o mashorca que lhe vem perturbar o rythmo da vida e do progresso.”⁵¹

Segundo esse jornal, o ambiente de tranquilidade e paz que vinha sendo sedimentado pelo Governo foi quebrado pela ação presente de um movimento sedicioso que vinha “*perturbar o rythmo da vida e do progresso*” paraense, daí a justificativa da matéria sobre a “*formal repulsa por parte da população*”. A reportagem é definidora dos papéis desempenhados pelo Governo e pelos rebeldes, a imagem do Governo é positiva, é o representante da ordem e da pátria enquanto que os rebelados são apresentados como os responsáveis em modificar o transcurso da ordem e o ritmo de progresso, sendo definidos pelo jornal como homens de “*espíritos mal intencionados que se pejem de pregar a sedição e conclamar pela desordem*”.

Ao analisar a postura desse jornal em meio aos conflitos deflagrados na cidade, a forma como foi encaminhada a reportagem e o posicionamento da linha editorial, percebe-se que as posições expressas no jornal acompanham a sua historicidade, refletem as tensões e lutas sociais nas quais o periódico se constituiu e atuou, articulado “segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa” (MACIEL, In: FENELON et al., 2000, p. 15).

O objetivo dos militares e dos civis não se concretizou em Belém, as forças legalistas contornaram a situação e as ações dos rebelados foram

⁵⁰ Ibid, loc. cit.

⁵¹ O Imparcial, 1ª página – 08/10/1930.

neutralizadas pelo Governo de Eurico Valle. No entanto, no sul do país, as forças rebeldes permaneceram em ação, as notícias veiculadas na imprensa sobre o episódio no sul eram parcas, quando eram mencionadas mostravam que a situação havia sido contornada pelo presidente Washington Luís.

Em Belém, após a prisão dos revoltosos, a cultura impressa fomentava e construía um clima político de paz e tranquilidade na cidade, uma urbe que se apresentava inversa da turbulência, medo e tensão da primeira quinzena do mês de outubro de 1930. O perfil da cidade desenhado no jornal era de retorno à rotina bem característica desse período, marcado pelas romarias e festividade religiosa do Círio de Nazaré. Os relatos desse jornal davam conta de que a vida cotidiana seguia tranquilamente na cidade de Belém, a imagem construída pela imprensa era apagar da memória a ação rebelde do movimento de 1930 no Pará.

No mês de outubro, os jornais Folha do Norte e O Imparcial, em suas primeiras páginas, escamoteavam notícias oriundas da região sul e sudeste, mostravam que a situação dos rebelados na região estava definitivamente contornada, voltando a cidade ao clima de paz. As edições destacavam telegramas vindos do presidente Washington Luis congratulando o Governo do Pará pelo fim do levante na cidade e evidenciavam as inconsistências de um movimento deflagrado no sul. Os telegramas publicados nos jornais davam conta de que o movimento esvaía-se no sul e estava completamente controlado no norte.

O presidente do Amazonas ao governador do Pará

Do dr. Dorval Porto, presidente do Amazonas, o governador do Estado recebeu um despacho telegráfico do teor seguinte:

Manaus, 8- agradecendo penhorado as agradáveis notícias do restabelecimento da ordem nessa capital.. (O Imparcial,08 de outubro de 1930)(...).

O presidente Washington Luiz em telegramma dirigido ao governador do Estado, afirma que “todos estão absolutamente seguro da estabilidade das instituições para manter a integridade da Patria”. (O imparcial, 09 de outubro de 1930)

O chefe da Nação ao governo do Pará

Palacio Guanabara – Rio, 21, governador Eurico Valle – Belém- Sinceras Felicitações pelo esmagamento completo da rebelião com a prisão dos chefes militares. Continuamos progredindo contra o inimigo. Em Itararé continuam as deserções e segundo informações, nota-se um movimento de retirada em alguns pontos.Mande dizer o que precisa para providenciar-se – Cordeaes Saudações – Washington Luis.⁵²

⁵² Folha do Norte 22 de outubro de 1930 quarta-feira- 1ª página.

O proprietário do jornal O Estado do Pará, Affonso Justo Chermont, seus familiares Eduardo e Guilherme Chermont, o advogado Abel Chermont, seu cunhado, Clementino Lisboa e o médico Mário Midosi Chermont foram os articuladores regionais do movimento que visava tomar o poder estadual. Por conta disso, o prédio onde funcionava o jornal O Estado do Pará foi o alvo da força policial. Proprietário, funcionários e redatores foram, por medida preventiva, presos. Os jornalistas Orlando de Moraes, Paulo de Oliveira, Ernestino Sousa Filho e Alberto Magalhães foram detidos sob a alegação de que, em pleno clima de religiosidade que a capital vivia, espalhavam boatos alarmando a cidade de uma suposta conquista do movimento rebelde no sul do país.

A reação do Governo de Eurico Valle no Pará foi de prevenção e precaução, o governador antecipadamente ordenou a prisão dos funcionários do jornal O Estado do Pará, visto que o referido jornal foi um dos principais redutos do grupo de oposição ao seu Governo. Neutralizar suas ações e deixar a responsabilidade da publicidade dos episódios aos jornais que o apoiavam, A Folha do Norte e O Imparcial, foi uma das estratégias do Governo para divulgar entre os paraenses uma imagem de segurança e paz no estado.

O papel ativo desses dois meios de comunicação na cobertura desse evento, na maneira como definiu o enredo, noticiando o Governo de Eurico Valle como uma gestão participativa que fora ameaçada de continuar devido à eclosão de um movimento rebelde de ideais duvidosos, demonstra que a linha editorial do informativo era declaradamente vinculada aos interesses políticos do grupo que estava no poder estadual, justificando nesse universo de informações o que Cruz e Peixoto (2007, p. 255-272) ajudam a perceber, que a imprensa em sua atividade:

delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mais ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes força sociais, mais muito frequentemente é, ela mesma espaço privilegiado da articulação desses projetos

Quando do estudo da participação da igreja católica no movimento de 1930 no Pará, Mendes (2006) destacou o envolvimento do Pe. Leandro Pinheiro na causa partidária dos revoltosos. Em setembro de 1930, o Pe. Leandro Pinheiro foi preso sob a acusação de esconder o tenente Magalhães Barata que acabara de

chegar à capital a fim de deflagrar a conspiração e articular o movimento. De acordo com a autora, o jornal Folha do Norte publicou o acontecimento registrando vários títulos para a matéria, “o primeiro título é o mais destacado, tratando da pretensão de realizar um movimento político que traria ‘insegurança e terror’ ao Estado”⁵³. A notícia se referia ao fato de que:

A Polícia com tenacidade perseguia as suas diligencias visando especialmente conhecidos elementos perturbadores da ordem publica, e hontem, depois de grandes esforços, conseguiu ter indícios do paradeiro do tenente Barata.⁵⁴

Confirmado a implantação do governo provisório no sul do país a imprensa paraense, fazendo novas alianças, mudava o teor das notícias, se posicionava ao lado dos revoltosos. O que ocorreu na linha editorial do informativo para essa súbita mudança de posicionamento em relação à imagem de Magalhães Barata e ao movimento rebelde? Inicialmente, os apresentou como pessoas causadoras de tumulto e desordem no Estado, e, quando já estabelecida a Interventoria, o jornal passou outra imagem, por exemplo, qualificou o interventor de “Justo galardão de um valoroso soldado da República”⁵⁵.

A cobertura da imprensa na transição da mudança do governo constitucional para a Junta Provisória (integrantes civis e militares) foi no sentido de mostrar que essa mudança se deu de forma natural e pacífica. O enfoque das notícias na imprensa estava direcionado para a receptividade da população ao novo Governo. A mesma população, a que dias antes os periódicos se referiam como temerosa e adversa ao movimento rebelde, passou a ser caracterizada pela imprensa nesse momento como a maior consagradora do novo regime. As chamadas das matérias no jornal Folha do Norte evidenciavam as homenagens e saudações da sociedade paraense aos militares que chegavam a Belém, “Em verdadeira apothose, o povo paraense consagra a Revolução na figura symbolica do general Juarez Tavora.”⁵⁶

⁵³ MENDES, Mayara Silva. Conflitos religiosos e relações política no Pará (1930-1941). (Dissertação de mestrado). Mestrado em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006, p. 110.

⁵⁴ “Pretendiam subverter a ordem publica e implantar, no Estado, um regime de insegurança e terror”, Folha do Norte, Belém, 05 de setembro de 1930, apud *ibid*, loc. cit.

⁵⁵ Folha do Norte, 14 de novembro de 1930, 1ª página.

⁵⁶ *Ibid.*, loc. cit.

As notícias veiculadas na imprensa mostravam o clima de calma e seriedade na transferência do poder político estadual pelo ex-governador Eurico Valle, em 24 de outubro de 1930, à Junta Governativa Provisória, formada pelo tenente Ismaelino de Castro, Mario Midosi Chermont e Abel Chermont. Essa Junta teve curta duração, apenas dois dias, pois, no dia 26 de outubro, quando da chegada do comandante da Brigada em Operações do Norte (BON), Landry Salles, deu-se a formação de uma nova Junta Governativa, composta de um número maior de integrantes, incluindo o Tenente Ismaelino de Castro, o capitão de Fragata Rogério Coimbra e o médico Mário Chermont.

Com a chegada de Juarez Távora, José Américo de Almeida e Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, sob a orientação do Governo Provisório de Getúlio Vargas, houve os procedimentos para a escolha do novo representante do poder executivo no Pará. No dia 12 de novembro de 1930, Magalhães Barata foi nomeado interventor estadual.

Com a institucionalização do regime de Intervenção, houve o estabelecimento de novas alianças junto aos canais representativos da cultura impressa. Como integrante do lugar social do qual se constituiu e foi constituinte, essa imprensa passou a divulgar o projeto político com que a partir de então comungava. O jornal A Folha do Norte refez sua leitura sobre o movimento rebelde a partir de outro propósito, nesse sentido, a imagem que a cultura impressa divulgou no ato da posse de Magalhães Barata foi a de que o destino do Pará havia sido entregue ao “civismo do bravo libertador da Amazônia⁵⁷”. Imagem totalmente distinta de dois meses atrás em que na mesma imprensa, ele era mostrado como perturbador da ordem social, um homem que tinha intuítos de “subverter a ordem pública e implantar, no Estado, um regime de insegurança e de terror⁵⁸”

O decreto que estabeleceu o sistema de Interventoria permitiu que os interventores centralizassem em suas mãos duas esferas de poder; o executivo e o legislativo. Nessa perspectiva, adotar um posicionamento crítico e agressivo a um regime recém instalado seria uma atitude um tanto quanto precipitada, pois, um governo revestido de tantos poderes como foi a Interventoria poderia causar a qualquer periódico a suspensão dos direitos de publicar suas notícias. Primar pela

⁵⁷ Folha do Norte, 13 de novembro de 1930, 1ª página.

⁵⁸ Folha do Norte, Belém, 05 de setembro de 1930.

liberdade na comunicação da mídia impressa era uma questão que estava em jogo no realinhamento da imprensa aos interesses dos grupos políticos emergentes nos anos pós-30.

Magalhães Barata soube construir sua imagem aproveitando-se desses canais de comunicação, colocou os meios impreso a serviço do poder executivo, transformando a administração pública numa aparente “transparência”, especialmente, no que tangia às informações referentes às ações das instituições públicas em “benefício” a população. O momento também o favoreceu, havia uma imprensa controlada, vigiada, notícias que pudessem prejudicar “o bom” andamento do “programa revolucionário” sofriam sanções.

No início da Interventoria, o Jornal A Folha do Norte foi um dos jornais que mais propagandeou as ações políticas do interventor e colaborou na construção da imagem de Magalhães Barata como um homem simples e acessível à população mais humilde. No entanto, a partir do ano de 1933, época do reordenamento da política partidária, o referido jornal atuou de forma incendiária e nefasta às ações da Interventoria. Em contrapartida, o jornal O Imparcial que, inicialmente, entrou em conflito com o Governo, criticando decretos e suas primeiras medidas, posteriormente, durante todo o período da Intervenção no Pará, veio a se tornar um grande veiculador das ações do Governo.

Houve os que sempre estiveram ao lado do interventor Magalhães Barata, o maior de seus representantes foi o jornal o Estado Pará, que foi o meio de comunicação que mais divulgou e defendeu as ações e propostas durante a Interventoria. Os membros desse jornal foram integrantes e idealizadores do movimento de 1930 no Estado, portanto, comungavam dos mesmos ideais do interventor. O proprietário, Afonso Justo Chermont, e os funcionários desempenhavam também funções políticas na Interventoria.

As posturas dos jornais nesse período eram reflexos de alinhamentos e composições que foram se reconfigurando conforme as posturas sociais e políticas que vinham se alinhando entre o interventor e a cultura impressa.

Às vésperas da posse de Magalhães Barata, a linha editorial do jornal Folha do Norte, ainda sob a direção de João Paulo Albuquerque Maranhão, trilhava para um possível alinhamento político com o poder instituído, suas notícias destacavam, nos dias que precederam a posse do interventor, a imagem de um militar que viria por ordem à estrutura social do estado.

Em 14 de novembro de 1930, dois dias após a posse de Magalhães Barata como interventor, a direção da Folha do Norte foi substituída pelo médico Diógenes Ferreira de Lemos. Este ficou temporariamente na direção do jornal, no ano seguinte, o jornal retornou para o comando do proprietário Paulo Maranhão. Esse periódico, como canal de comunicação impresso, foi, mais do que qualquer outro jornal contemporâneo a ele, o que mais publicou, até pelo menos o ano 1932, informações que tangenciavam as ações da Interventoria aos interesses das camadas populares.

Diante de um governo recente, assumindo o poder nas circunstâncias em que assumiu, o Brasil sob a organização de um Governo Provisório estava ajustando suas estruturas políticas para formular as bases da nova constituição. Magalhães Barata necessitava divulgar e ampliar o seu nome, assim, o interventor buscou alinhamentos e acordos com a cultura impressa, visto ser necessário traçar estratégias que viessem colaborar para o fortalecimento da imagem de um governo “regenerador dos costumes” políticos estaduais. Buscar mecanismos que contribuíssem para a legitimação da Interventoria e a popularização de sua imagem foi uma das principais articulações do Governo. Dar publicidade às suas ações foi uma preocupação constante para Magalhães Barata, especialmente, as que se referiam às ações de “benefício” aos indivíduos que o procuravam. Recente na direção do Estado, Magalhães Barata solicitou à imprensa que fosse criada uma coluna específica para que as pessoas pudessem expor suas reclamações e queixas.

O jornal Folha do Norte afirmava que esse pedido do Governo já estava sendo realizado e fazia parte do “seu antigo programma”⁵⁹. Os editores argumentaram que na coluna “Tribuna Popular”, sob o título “Reclamações do Povo”, eram divulgadas notícias referentes às opiniões da população e sobre a realidade cotidiana vivida por elas. No entanto, a forma como isso era conduzido por esse periódico ainda estava aquém dos interesses e planos do Governo. Era uma das preocupações do Governo transformar a imprensa num canal de mediação entre a população e a Interventoria, que agiria na medida em que soubesse das notícias trazidas pelos populares pela imprensa, conhecendo assim as problemáticas que os

⁵⁹ Segundo Lacerda (2006, p.10), desde a fundação, esse jornal notabilizou-se pela quantidade e diversidade de temáticas que evidenciavam o cotidiano, tanto da capital quanto do interior do Pará, o que o revestia de características populares, visto que circulava por vários segmentos sociais.

afligiam no dia a dia. Dessa forma, Magalhães Barata construía a sedimentação de sua base popular, ao mesmo tempo em que ampliava essa popularidade. .

De modo geral, o jornal não apresentou uma coluna específica conforme queria o Governo, “em uma columna especial”, para que a população pudesse fazer suas queixas e reclamações. A coluna “Reclamações do Povo” já existia, nela, eram publicadas notas simples e curtas que relatavam problemas corriqueiros de uma cidade, como, por exemplo, uma luz apagada na rua, as sujeiras em travessas, o matagal que invadia ruas e avenidas. Em período chuvoso, o destaque da nota era para as levas de carapanãs⁶⁰ que tomavam conta das casas, sem identificar os sujeitos das reclamações, o jornal se encarregava de ser o porta-voz dos moradores com seus problemas citadinos.

No decorrer dos primeiros dois anos da Interventoria, o jornal A Folha do Norte tornou um instrumento de comunicação quase destinado a “utilidade pública” a medida que destacava constantemente e diariamente as ações do governo referente aos assuntos das cartas. A linha editorial desse jornal, que, anteriormente, era opositora aos ideais do movimento rebelde, no começo da gestão de Magalhães Barata, passou a demonstrar seu atrelamento político à gestão de Magalhães Barata. Em meio à divulgação de medidas e decretos dos atos do interventor para o Estado do Pará e as modificações oriundas da gestão do Governo Provisório para o Brasil, eram publicadas notas variadas referentes ao encaminhamento das petições que porventura haviam sido solicitadas ao Governo.

O periódico tornava-se um instrumento eficiente na divulgação das ações do Governo. Diariamente, o jornal publicava uma pequena nota em primeira página sobre a data, horário e local para aqueles que tinham Audiência Pública marcada. Percebe-se que ele, assim como outros periódicos, tais como, os jornais O Imparcial e o Estado do Pará, se fez bem presente dentro do gabinete do interventor, veiculando informações diárias provenientes do atendimento da população em Audiência Pública e petições. Todos os periódicos publicavam as possíveis mudanças de horário e local, além dos cancelamentos das Audiências.

Uma das colunas mais tradicionais do jornal A folha do Norte era “Ecos e notícias”. Essa coluna já existia antes de o Estado estar sob a intervenção de Magalhães Barata. Em pequena nota, essa coluna noticiava os despachos diários do

⁶⁰ Na linguagem da região amazônica, carapanã é a denominação para mosquitos, conhecidos em outras regiões do Brasil como muriçoca, pernillongo.

governador, também informava procedimentos e reuniões do Governo com outras autoridades. Ainda divulgava o pagamento das repartições pelo Tesouro Público. Com a Interventoria, a coluna continuou a exercer a mesma função, contudo, as notícias referentes às ações do Governo se expandiram, deixando de ser exclusividade apenas dessa coluna, passam a compor aleatoriamente as páginas dos jornais através de artigos e chamadas.

Passaram a ser notícia constante em meio aos cadernos desse periódico as experiências dos missivistas narradas em suas correspondências, aquelas que chegavam ao gabinete do Interventor. Certamente, havia interesse na publicação das histórias do universo social de pessoas simples e pobres, especialmente, para colaborar com a construção da imagem de um interventor “preocupado” com as necessidades dessa gente.

Assim, esse tipo de comportamento da cultura impressa ampliava e ressignificava seus sentidos na medida em que divulgava e registrava as experiências sociais concretas e diferenciadas advinda das queixas do povo⁶¹, escancarando histórias de vida que antes eram restritas ao universo social do missivista, os jornais levavam os leitores a se identificarem com essas histórias até mesmo se reconhecendo nelas.

Os sujeitos, suas identidades culturais específicas, seus nomes, pedidos e reclamações trazidas por esses cotidianamente ao gabinete do Interventor foram publicadas em notas avulsas entre uma reportagem ou outra. Os jornais A Folha do Norte, O Imparcial, O Estado do Pará publicavam, sob o título “Vários despachos do Interventor”, uma listagem com os nomes das pessoas que procuravam o Governo, fosse por meio de petição, ou por meio de Audiência, nela estavam contidos os possíveis desdobramentos dados pelo Governo aos pedidos, denúncias e reclamações. Assim, o peticionário que havia procurado o Governo contava com mais esse instrumento de comunicação para acompanhar o resultado de suas requisições. A imprensa passou nesse momento a ser um canal de mediação estratégico no que diz respeito ao diálogo estabelecido pelo Governo com a população. Além disso, os periódicos colaboravam para fortalecer a imagem do interventor como a de um governante cumpridor de suas promessas.

⁶¹Mostrando as dimensões históricas dos modos de vida dos paulistanos nas seções de queixas e reclamações de alguns periódicos, há a análise interessante dos mecanismos de protestos populares frente a experiências urbanas vividas pelos moradores de São Paulo no início do século XX. (Cf. BALCÃO, 1998).

A intensificação das reportagens nos periódicos referentes aos interesses da população quase que as tornou a extensão do perfil editorial do jornal Diário Oficial do Estado. A Folha do Norte, constantemente, em meio aos cadernos de notícias, veiculava notas referentes à “nomeações do magistério”, “nomeações para os diversos cargos”, “os que estão sendo chamados às repartições”, e ainda “visitas do Interventor às repartições públicas”. Percebe-se que a postura editorial do informativo, nesse momento, estava em consonância com o programa do Governo.

Dadas as variadas reportagens sobre as ações do Governo, a linha editorial mostrava que redatores, editores e o próprio diretor do periódico eram co-participantes da administração do interventor Magalhães Barata, ou que tinham a possibilidade de estabelecer relações próximas com a assessoria direta do interventor dentro do gabinete. No primeiro semestre da Interventoria, o jornal Folha do Norte publicou algumas petições que costumeiramente chegavam ao gabinete do Governo. Sob o título “Estado precário de uma escola do interior”⁶², esse jornal publicou a carta que a professora Inez Mendes de Lima tinha enviado ao gabinete do Interventor. Diretora de estabelecimento de ensino há 15 anos, a missivista mostrava o estado precário em que se encontrava a escola, afirmava que o estabelecimento estava abandonado, sem ter tido nenhuma atenção dos governos passados, por isso, pedia a atenção do interventor para as reformas daquele ambiente. A história da missivista estava incluída nas articulações entre a Interventoria e a cultura impressa, ao revelar à sociedade paraense as vivências de uma professora em suas lutas cotidianas na regência de uma educação abandonada pelo poder público de outrora, dessa feita, o periódico contribuía para destacar a administração da Intervenção como eficiente e diferente das anteriores. Ressaltar aos cidadãos paraenses a negligência dos governos passados em relação à instrução pública era fundamental como justificativa para legitimar o estabelecimento do novo governo.

A publicação de cartas e seus desdobramentos a partir do gabinete do Interventor Federal do Pará, na década de 1930, trazia a público o cotidiano das identidades culturais de sujeitos em meio as suas experiências urbanas, a publicação dos relatos contidos nas missivas remetem para “as relações entre jornal, cidade e público leitor” (BALCÃO, 1998, p.49).

⁶² A carta da professora Inez Mendes de Lima foi escrita em 29 de dezembro de 1930 e publicada no Jornal A Folha do Norte, em 03 de janeiro de 1931, seção serviços telegráficos.

Na expectativa de verem seus nomes serem publicados na imprensa, os missivistas acompanhavam nos jornais a resposta do Governo para suas solicitações, além disso, os efeitos da publicidade referentes às vivências desses peticionários ganharam repercussão diante de outros sujeitos, por meio da divulgação da história de vida desses indivíduos, outras pessoas com experiências sociais diferenciadas entendiam que também podiam buscar e exigir do governo providências para suas necessidades cotidianas.

Ciente de como o Governo procedia diante dos pedidos que chegavam até ele, o Sr. Eustaquio de Azevedo, exímio leitor das páginas do jornal, assim justificou o motivo que o fez a tomar a atitude de escrever para o Governo:

Li hoje nos jornaes matutinos que V. Ex^a, por intermédio da Secretaria do Interior e Justiça, pediu ao Snr. Desembargador Procurador Geral do Estado, informações a respeito de três processos de defloramento, de que foram victimas três moças, cujo nomes constam dos ditos jornaes. Lendo essa noticia, veio-me à memória o caso de um crime idêntico cometido há pouco tempo, nesta capital, e que até hoje não teve a devida punição.⁶³

Impelido pela notícia apresentada no jornal, o missivista levou ao conhecimento do interventor uma situação semelhante à história que havia lido. O Sr. Eustaquio de Azevedo descreveu na carta que o que relatava não havia ocorrido em seu ambiente familiar, mas era uma situação que fazia parte de seu universo social. O missivista afirmava que havia escutado de dentro do bonde a conversa ocorrida entre “*duas pessoas que não conhecia*”, ficando, por sua vez, comovido com a história de vida de uma jovem adolescente e, percebendo, por meio da imprensa, que o interventor “interferia” nesses casos, pedia a providência do Governo.

O missivista relatou a situação da Sra. Julieta de Moura, mãe de quatro filhos, sendo que três eram mulheres. O Sr. Eustaquio de Azevedo contou que essa mulher era “*verdadeira martyre*”, ao enviuar, ela herdou do marido determinada quantia em dinheiro, contudo não pode usufruir da mesma, pois foi enganada por um português de nome “*Agua*”, que emprestou dela todo o dinheiro, deixando-a na miséria. Acrescentou, ainda, que, além da decadência econômica, a Sra. Julieta de Moura passava pelo abalo moral, sua filha, moça de 14 anos, conhecida pelo

⁶³ Fundo Gabinete do Interventor. Série: Cartas, 11 de setembro de 1931, Caixa 03.

“appellido caseiro de Finoquinha foi deshonestada” por um rapaz que *“arrotava ser filho de um homem rico”*.

Diante da triste conjuntura social vivida por essas mulheres e sabendo que as autoridades policiais nada fizeram para solucionar o caso, apenas uma movimentação em *“que foi tudo fogo de palha”*, apresentava o caso ao interventor.

Ao levar a Magalhães Barata esse assunto, semelhante àquele que mereceu a intervenção do governador, o Sr. Eustáquio de Azevedo compreendia que o interventor poderia dar o mesmo procedimento de acordo com a informação do jornal. Nessa situação, ele exigiu do interventor o cumprimento de *“um acto de justiça do governo”*. Esse comportamento traz sinais sobre as formulações oriundas da Interventoria em revestir sua gestão como a de um Governo dotado de “justiça”, favorecendo sua legitimidade, contudo, ao proceder dessa maneira, o Governo levava também homens, como o missivista, a manifestarem suas reivindicações, exigindo a atuação do poder público em cumprir o seu papel.

Apesar de a Interventoria pregar uma suposta “transformação” nas instituições públicas, imprimindo a efetivação da justiça em seu discurso, é interessante verificar por meio da descrição do Sr. Eustáquio de Azevedo, o quanto a impunidade ainda estava presente na vida das pessoas desafortunadas. Primeiro, a respeito do empréstimo que foi realizado pelo português *“Aguia”*, que utilizando de esperteza, deixou a Sra. Julieta Moura sem proventos para o sustento de seus quatro filhos menores, mostrando a ausência de políticas sociais, por parte do Estado, que oferecessem condições dignas para essa senhora viúva no provimento da dignidade da família.

Quanto à desonra de uma de suas filhas, o relato mostra a relação desigual no ato de executar justiça quando o sujeito envolvido no delito é pessoa de posses, pelo fato de o rapaz ser filho de um homem rico, as autoridades pouco fizeram em favor da honra de *“Finoquinha”*, isso revela a morosidade dos serviços prestados pela assessoria jurídica aos pobres, o que refletiu a indignação do missivista, *“A mãe da menor deu parte á policia e houve a principio um pequeno movimento das autoridades em socorro da victima, mas não foi adiante, foi tudo fogo de palha”*, o que também mostra o quanto era difícil o acesso à justiça por pessoas pobres, ainda, nesse caso específico, a ausência do próprio Estado que deveria ser o agente cumpridor dessa justiça.

Nessas cartas, é possível entrever as mais variadas descrições dos sujeitos, evidenciando espaços e experiências sociais variadas; onde o mundo do trabalho, o direito à moradia, o anseio pela justiça e o desejo pela manutenção da família dão conta de uma pluralidade de vivências sociais. Os missivistas relataram suas histórias, conflitos, tensões e buscaram direitos, nos quais configuram suas identidades culturais. Por meio do estudo e diálogo entre essas experiências vividas e apresentadas, no próximo capítulo, é possível compreender como identidades culturais distintas vão sendo constituídas e tecidas por diferentes sujeitos, em meio à relação estabelecida na política do interventor Magalhães Barata.

Além da história apresentada pelo signatário Eustáquio de Azevedo, no capítulo que segue, são abordadas outras temáticas que estavam inseridas nas preocupações cotidianas de homens e mulheres na busca pela sobrevivência, como emprego e moradia. Procurou-se, então, compreender as experiências sociais concretas vividas por pessoas como a Sra. Julia de Moura, viúva de situação financeira delicada. Tratou-se, ainda, de como sujeitos viviam e experimentavam práticas diversas oriundas das tessituras de suas sociabilidades em meio ao espaço urbano de Belém. Percebê-las como interpretaram, segundo seu universo cultural, o discurso da Interventoria e compreender as identidades culturais frente às experiências urbanas vividas pelos paraenses é o mote das linhas seguintes.

3. ASPIRAÇÕES POPULARES: EMPREGO, EDUCAÇÃO E MORADIA

Devemos aprender e ensinar uns aos outros as conexões que existem entre uma formação política e econômica e uma formação cultural e educacional, e, talvez o mais difícil, as formações de sentimentos e de relações que são nossos recursos mais imediatos em quaisquer formas de lutas. (WILLIAMS, Raymond. 1997, p.133).

A década de 1920, no Brasil, representou um intenso movimento de insatisfação pelo modo como os dirigentes políticos conduziam as instituições públicas. As constantes reivindicações do movimento operário, a contestação militar organizada pelo movimento tenentista de 1922, 1924⁶⁴ e o posicionamento contrário das oligarquias dissidentes do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro, frente à prática do governo institucional levava a uma situação instável as estruturas políticas do regime republicano.

Além disso, economicamente, o Brasil demonstrava sua fragilidade financeira, com uma economia voltada para a exportação de produtos primários, como o café na região sudeste, e o extrativismo vegetal no Estado do Pará, com a extração do látex da seringueira. A economia brasileira, então, era vulnerável às oscilações dos valores de produtos exportáveis no mercado internacional. A situação agravou-se ainda mais com a crise financeira mundial de 1929, quando se deu a desvalorização da bolsa de valores americana, abalando a estrutura financeira do principal comprador de produtos primários do Brasil: os Estados Unidos.

A situação econômica do Estado do Pará era reflexo da crise econômica internacional; com a baixa da exportação da borracha devido à concorrência com a produção asiática, os recursos se tornaram escassos, o setor comercial paraense ressentiu-se, trazendo como consequência a elevação do custo de vida na região. Os anos subsequentes ao declínio da economia da borracha, a população de Belém enfrentou os preços elevados dos gêneros alimentícios.⁶⁵

⁶⁴Segundo Maria Forjaz (1988, p.42), o tenentismo teve uma persistência difusa e atenuada das tendências doutrinárias da corrente positivista, pela qual se compreendia que a política deveria estar revestida de ciência, essa ideia foi bastante difundida entre aqueles que assumiram o poder em 1930 e posteriormente que ascenderam ao Estado Novo, o poder para esses sujeitos emanava do saber e da competência técnica na condução administrativa do Estado brasileiro.

⁶⁵ Cf. MOURÃO, Leila. **Memória da indústria paraense**. Belém: FIEPA, 1989.

Essas dificuldades financeiras perduraram no correr das primeiras décadas do século XX, contudo, não foram capazes de abalar completamente as estruturas financeiras paraenses, como a historiografia vem mostrando. Sousa (2009)⁶⁶ aponta certos questionamentos, como a história tem apresentado a perspectiva econômica dos anos pós-borracha no Pará, reduzindo esse tempo vivido como de completa de completa estagnação econômica. Segundo a autora, apesar de o Pará apresentar um parque industrial tímido, se comparado ao pólo industrial da região sudeste, havia uma produção diversificada e crescente, com a existência de fábricas de sabão, de gelo, de cordas, cervejaria, alimentícia e vestuário. No ápice da crise de exportação da borracha, em 1922, houve uma redução de onze vezes na arrecadação. Entretanto, a autora citada mostra que a balança comercial paraense manteve-se relativamente equilibrada, demonstrando que, mesmo sofrendo o impacto elevado na redução da exportação, a atividade comercial paraense ainda apresentava um pequeno *superávit* (SOUSA, 2009).

Contudo, apesar desse razoável *superavit* na balança comercial, a arrecadação estadual ficou comprometida com a redução da exportação da borracha, os cofres públicos sofreram queda na arrecadação, o que conseqüentemente onerou a situação financeira estadual. No decorrer da década de 1920, o quadro econômico que o Pará apresentou era de desequilíbrio financeiro nos cofres públicos, essa situação foi aproveitada ideologicamente pelo grupo que assumiu o poder político paraense em 1930. O panorama vivido no Pará de retenção econômica foi supervalorizado pelo Governo, os jornais divulgaram nos dois primeiros meses de Intervenção estadual a frágil estrutura financeira em que se encontrava a economia paraense.

A situação econômica estadual nos três últimos meses de 1930 foi destacada na mídia impressa como deficitária. No primeiro semestre da gestão de Magalhães Barata, os jornais⁶⁷ da capital paraense anunciavam com propriedade,

⁶⁶ SOUZA, Rosana de Fátima Padilha de. Reduto de São José: História e Memória de um bairro operário (1920-1940). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Social, UFPA, 2009.

⁶⁷ O jornal A Folha do Norte, por exemplo, apresentava em edição especial em primeira página, no dia 24/11/1930, o artigo “É insolúvel a situação financeira do Estado?” Nele, o técnico financeiro J. Castro, que na Interventoria atuou na pasta financeira estadual como o responsável pelo projeto sobre o imposto de consumo e aquisição tarifado em 1933, apresentava em dados numéricos a dívida que o estado enfrentava, sinalizando para um *deficit* orçamentário de 252.100.000\$000. Cf. A Folha do Norte, 24/11/1930, p.01. Um mês e meio depois desse artigo, outro jornal, O Estado do Pará apresentava a reportagem, fazendo referência a dados estatísticos da dívida financeira que o Pará havia adquirido. Sob o título “O resultado da Cegueira do Optimistas”, o artigo de Henrique José de Lima mostrava o quanto nos anos anteriores os dirigentes políticos escamotearam dos paraenses a “verdadeira” situação econômica do Pará, esse último apresentava o montante da dívida paraense

indicadores econômicos que demonstravam o grau do *deficit* financeiro e o rombo econômico que o governo de intervenção teria que enfrentar.

Sem pretender aprofundar na temática de uma história econômica paraense por não constituir o objeto de estudo deste trabalho, todavia, faz-se necessário sinalizar que essa retenção financeira, vivida pelo Estado durante os anos subsequentes a 1910, foi sentida principalmente pelos sujeitos de menor poder aquisitivo. Refletiu-se no estilo de vida dos paraenses, o que foi possível observar nos relatos que inúmeras pessoas deixaram nas cartas sobre as dificuldades cotidianas enfrentadas, quanto à ausência de oportunidade de emprego, à falta de uma política pública para promoção de moradia, à total negligência do poder instituído em amparar os cidadãos. As diversas e diferenciadas experiências sociais dos missivistas apontam para as situações críticas de condição de pobreza vivenciadas por esses sujeitos. As descrições deixadas nas cartas demonstram o quanto os reflexos da crise financeira atingiram a vida particular de cada morador em Belém.

O enfraquecimento financeiro, somado à prática da improbidade administrativa do Governo estadual, gerou problemas de ordem social, dentre os mais comuns estavam a falta e/ou o atraso no pagamento dos salários dos servidores públicos civil e militar.

Para o estudioso Creso Coimbra (1981), nesse período, a instituição estadual praticava “o regime de calote”, em que muitos servidores públicos deixavam de receber seus salários. Segundo Coimbra (1981, p.32):

O regime do calote está de fato introduzido nesta terra. (...) os professores são as maiores vítimas e o mesmo acontece com os empregados dos estabelecimentos de ensino mantidos pelo Tesouro do Estado. Há sete meses que não recebem seus vencimentos.

De acordo com Coimbra (1981), além das professoras, todo o corpo técnico, diretores, subdiretores, inspetores, de uma escola foi atingido pelo calote do Governo. Pela quantidade de cartas lidas, percebeu-se que a diversidade dos

no valor de 261.922.438\$124. Cf. Jornal O Estado do Pará, 03/01/1931, p. 03. Do primeiro artigo publicado de J. Castro ao segundo de Henrique Lima pode-se observar, por meio da imprensa, as formas engendradas que o governo de Intervenção criou, utilizando-se de dados estatísticos feitos por pessoas supostamente autorizadas e entendidas no assunto, para construir ou forjar a imagem de uma administração financeiramente falida que recebera.

servidores públicos atingidos pelo calote foi bem mais ampla. Muitos missivistas aproveitaram-se da abertura do diálogo com o Governo para reivindicar o direito de reaver os salários de duas a três gestões passadas.

Trata-se de cartas de ex-funcionários públicos e de servidores em exercício que faziam referência a créditos das gestões de governos anteriores, e solicitavam que o interventor ressarcisse seus vencimentos, ou ainda, procuravam negociar esses vencimentos com Magalhães Barata. Pediam ao interventor, por exemplo, o pagamento de viagem intraestadual, o pagamento de tratamento de saúde. Essa situação remeteu às afirmações de Creso Coimbra (1981), sobre “o regime de calote”. As cartas deixam rastros e sinais do posicionamento da administração pública em relação à valorização pecuniária de seus servidores públicos.

A exemplo da carta da Sra. Genoveva Déa Silva, em 31 de dezembro de 1931, a professora do grupo escolar Barão do Rio Branco, recorreu ao Governo devido à “*premente*” situação de moradia em que se encontrava. Com a casa “*em estado precaríssimo, ameaçante de ruína*”, e percebendo como Magalhães Barata conduzia sua administração para com os pobres, atribuindo “*a largueza de bondade*” que lhe era “*peculiar*”, a missivista pedia o pagamento de “*certa quantia*” de seus vencimentos. A professora destacava que era “*credora dos governos antecedentes ao quadriênio 1925-1929 de quantia que orça em alguns contos de reis provenientes*” de sua remuneração profissional.

Dois meses antes do envio da carta da professora Genoveva Silva, a correspondência da Sra. Hermenegilda de Araújo Oliveira chegava ao gabinete do Interventor, a ex-funcionária do hospício dos Alienados dizia-se experimentar uma situação financeira bastante delicada, com “*três filhos ainda pequeninos*”, mostrava suas dificuldades para a manutenção da família, por conta disso, recorria ao Governo para que lhe pagasse a quantia de “*250\$000 (duzentos e cincoenta reis)*” referente aos vencimentos de que ficou “*desembolsada*” no exercício da gestão do ex-governador “*Dr. Sousa Castro*”. Afirmava que mesmo sendo “*uma importância diminuta*”, para ela, o valor tinha grande significado, era uma mulher que vivenciava “*grande falta de recursos*”, a quantia servia “*para minorar algo das dificuldades*” enfrentadas cotidianamente na criação dos filhos.

Os motivos que as fizeram escrever referem-se às experiências sociais vivenciadas no espaço urbano de Belém, a primeira, mesmo sendo empregada, no

exercício do magistério, viveu numa situação precária de moradia, a segunda, em condição social mais agravante, desempregada, enfrentava a falta de recursos. A partir dessas realidades vividas, as missivistas se apoiaram nas temáticas argumentativas de convencimento para a negociação com o Governo.

Observa-se que o Estado era devedor dos proventos oriundos dos serviços prestados pelos cargos públicos que elas desempenhavam na gestão de governos passados, revelando problemas de ordem administrativa e, quiçá, financeira enfrentados em épocas anteriores. O registro deixado por elas indica, ainda, a displicência estadual em honrar o pagamentos dos servidores públicos, fosse na forma de abonos, fosse nos salários. Pela situação apresentada na carta, a primeira esperava há cinco anos, enquanto a segunda a mais de dez anos aguardava pelos proventos que deixaram de ser pagos.

Outro detalhe importante é que elas mostraram as mazelas das gerências justamente dos governantes cujos bens foram sequestrados pela Interventoria, não havia muito tempo, na alegação de práticas irregularidades nos investimentos nos recursos públicos. O que indica que as duas senhoras reconheciam a temática ideológica do discurso da intervenção e, em vista disso, forneceram também elementos que ressaltavam a péssima conduta administrativa dos governantes anteriores, oferecendo ao interventor a oportunidade de cumprir justamente o que ele propagandeava. Reparar os erros da administração passada significava também o pagamento dos vencimentos que deixaram de ser efetivados para essas duas senhoras. O que supõe uma espécie negociação e comunicação que envolveu a busca de vantagens a partir da percepção da proposta de moralização política implantada pelo Governo de Intervenção.

Nota-se que, para alguns missivistas, o tempo em que ficaram sem os vencimentos era longo, variando entre três a dez anos, apesar das dificuldades vivenciadas pela ausência desses recursos, os requerentes conseguiram sobreviver, contudo sem esquecer do direito que tinham a receber. E aproveitando-se do discurso que foi propagandeado pela intervenção, procuravam reaver esses direitos.

Outro ponto que merece destaque é que alguns missivistas percebendo a burocracia estatal, a própria dificuldade econômica para quitar as dívidas junto aos servidores públicos e os riscos que poderiam correr caso protelassem ainda mais esse direito, indicando que os petionários não escreviam para buscar a pecúnia devida, pelo contrário, procuravam negociar com o Governo de alguma forma para

ter o ressarcimento do valor devido, isto é, a dívida seria o instrumento de barganha, a partir dela, negociavam a compra de passagens de navio, de trem e até mesmo tratamento de saúde. Por exemplo, o Sr. Manoel Antonio de Moraes, *“na iminente precisão”* de oferecer *“os meios de dar-lhe o tratamento necessário”* para esposa de seu filho, mulher viúva, que se encontrava *“gravemente doente”*, pedia a providência do Governo para o internamento da nora no hospital da Santa Casa de Misericórdia. Porém, ao fazer o pedido, alertava que as despesas poderiam ser sanadas *“por conta de meus adenados de professor aposentado, em atraso no tesouro, para que basta uma ordem de 10 dias para o seu tratamento naquele estabelecimento”*⁶⁸.

Observa-se que a instituição de saúde requerida pelo Sr. Manoel Moraes era um estabelecimento filantrópico, sendo assim, não havia necessidade de negociar seu ordenado atrasado para o pagamento das despesas da nora, contudo, esse excerto demonstra a carência de leitos no hospital pretendido, negociar com o Governo o salário atrasado era uma forma agilizar o internamento da nora, uma atitude sensata para quem vivenciava um problema delicado, posto que o Estado é quem tinha dívidas a pagar ao aposentado.

Fica bem clara a percepção das duas senhoras na bondade do Governo, sobretudo, no tratamento dos pobres, tanto a professora Genova Silva, quanto Hermenegilda Oliveira, quando escreveram, recorreram à bondade do interventor, visto que percebiam *“a protecção afectuosa e disvelada”* que ele vinha *“concedendo carinhosamente aqueles que d’ela necessitam”*, evidentemente, que a intenção não era elogiar gratuitamente e sim convencer o Governo a pagar os recursos que lhes eram devidos, porém, apelar para o coração do Governo decorre de uma escolha, bem ou mal, orientada a partir das necessidades sociais concretas vivenciadas por elas, num quadro carente de oportunidades sociais.

A forma como a Interventoria conduzia suas ações administrativas, apoiada pela publicidade da imprensa, que mostrava uma administração pública aparentemente *“transparente”* e um Estado que se propunha *“moralizador”* dos costumes políticos, levava as pessoas a compreenderem que esse Governo valia à pena, pois era um Estado que se apresentava como uma instituição que jamais poderia faltar com os compromissos assumidos com o funcionalismo público, entre

⁶⁸ Fundo Gabinete do Interventor, Série: Cartas, 1933, Caixa 03 B.

os quais, estava o dever de honrar com o pagamento em dia de seus vencimentos salariais.

Contudo a bondade que a senhora Genova Silva esperava para a reforma de sua casa não se fez presente, dentro de uma semana recebeu como resposta; é impossível atender. O desfecho do pedido da senhora Hermenegilda Oliveira se apresentou numa vaga esperança, findada em “aguarde oportunidade”.

Outro ponto a ser destacado, é o aparente dinamismo do programa de reformas do Governo, passando a imagem de que o Estado oferecia condições de tomar para si a responsabilidade de absorver, dentro do serviço público, aqueles que necessitavam de emprego, fazendo com que a população percebesse que essa poderia ser uma oportunidade de contar com esse Governo.

Incluindo nesse projeto, o Governo atuou no sentido de promover a equiparação dos salários dos servidores públicos das repartições de acordo com os cargos que desempenhavam, o que revela que o Estado procurava imprimir à administração financeira certa “lisura” em relação ao pagamento dos vencimentos dos funcionários públicos.

Com o programa de reformas, também houve modificações nas estruturas administrativas do Estado, com a criação de novas secretarias e postos de trabalhos, o que a população absorvia e entendia era que havia vagas a serem preenchidas, o que, então, a estimulava a escrever ao Governo mostrando o seu interesse na vaga pretendida e as qualidades de que dispunha para o preenchimento do referido cargo.

O Sr. Joaquim Raimundo Nonato escreveu, em 09 de setembro de 1931, uma carta ao interventor, em busca da possível oportunidade de emprego que se abriria na Secretaria de Obras, Terras e Viação e sendo “chefe de numerosa família pobre”, contudo “criteriosa”. Vendo-se desempregado, o missivista se antecipou ao Governo, pedindo uma das vagas no empreendimento que se faria com a abertura de rodovias no Estado, e o fez estimulado pela notícia que leu no jornal sobre a proposta do Governo para abertura de estrada na região centro-oeste do Pará, “*Li que V.excia vai mandar construir uma rodovia em Altamira*”. Em longa narrativa, lançou mão de um cabedal de conhecimento adquirido quando trabalhava com aberturas de estradas:

ANNO de 1898: - Em junho desse anno o snr. engenheiro Antonio Telles da Silva Lobo iniciou os serviços da Colonia Santa Rosa, em cujo serviço fui seu auxiliar e depois empreiteiro de abarramento, sempre colhendo boas notas em todos trabalhos affectos a mim.

Anno de 1899: - No anno á margem o snr. Antonio Pontes deu inicio aos trabalhos de abertura de ruas no Marco da légua, sendo o escrevente destas linhas o 1º sub-empreiteiro que começou os serviços, onde trabalhou no espaço de um anno, cujos serviços orçou em RS 40: 000\$000, os quaes foram executados a contento.

Anno de 1903: - No anno marginado o mesmo snr. Antonio Pontes deu inicio aos serviços de Catú em um corte de 500 metros de extensão por 24 metros de largura, onde trabalhei 23 mezes como auxiliar de serviço e de inteira confiança do chefe e dos engenheiros.

Anno de 1904: - Nesse anno empreitei parte dos serviços na abertura da estrada de rodagem de Santa Izabel á Caraparu (hoje fechada) , trabalhos esses que foram executados a inteiro contento do Snr. Antonio Pontes.

Anno de 1905 Com bom pessoal fui trabalhar com o Snr. Cezario Doce, na estrada de Ferro, no perímetro de Timboteua á Peixe Boi.

Anno de 1907: - Tendo o Snr. Lourenço Borges, começado os serviços trabalhei 6 mezes como empreiteiro, e quando os serviços terminados foram recebidos sem o menor dúvida.

Annos de 1901 a 1903, 1914 a 1915, 1918 a 1919, 1921 a 1922: - Nos annos á margem fiz grandes trabalhos para o coronel José Julio de Andrade, no Jary, Arumanduba e Arrolos, sendo o serviços executados a contendo desse Snr.

Anno de 1926: - Trabalhei na estação experimental de Santarem, como auxiliar do engenheiro Grover Grady Pyles, só dalli sendo dispensado por motivo de suspensão dos serviços.

Anno de 1928: - Trabalhei como encarregado geral dos serviços da Estação Experimental Augusto Montenegro, sendo então chefe da cultura o Snr. Gil da Rocha Prata, onde demorei 8 mezes, só deixando esse serviço por causa da redução que fizeram em meus ordenados; porem alli prestei os melhores serviços quer em seleção de algodão quer em todo serviço em geral⁶⁹.

Antes do pedido de emprego, Joaquim Nonato, em suas enunciações discursivas, evidenciou ao Governo que ele era mão-de-obra especializada, com vasta experiência na abertura de estradas. O currículo exposto na carta evidencia o esforço do requerente em mostrar sua competência, portanto sinalizava ao Governo

⁶⁹ Fundo Gabinete do Interventor, Série: Cartas, 1930,1931, 1932, Caixa 03.

que poderia vir a ser importante na construção e aberturas de estradas, o que correspondia aos mesmos ideais de uma administração recém instalada. Além disso, o missivista mostrava ao Governo que poderia contribuir para a efetivação dos planos da Interventoria no desenvolvimento e progresso do Pará, ao mesmo tempo em que assegurava o seu emprego.

Após discorrer sobre sua experiência, o Sr. Joaquim Nonato encerrou sua carta esperançoso de receber a atenção do interventor, quando afirmou “*V. Excia. não deixara de amparar um patrício que tem necessidade absoluta de trabalhar para sustentar esposa e filhos*”. Em sua visão, Magalhães Barata era um “patrício” como ele, portanto, enxergava-se como cidadão que estava em consonância com o discurso “modernizador” da Intervenção, apto para colaborar nesse projeto, daí o Estado deveria ter o bom senso de admiti-lo.

Oito meses antes do envio da carta do Sr. Joaquim Nonato, foi publicada, no jornal “O Estado do Pará”, a entrevista que Magalhães Barata deu a um jornal carioca, em que ele declarava que um dos objetivos à frente do Estado era o de promover o desenvolvimento dos meios de transportes, visto que entendia que um dos motivos para a carestia de vida na região era a ausência de vias de escoamento da produção agrícola:

[...] temos a considerar que, na Amazônia, muitas utilidades vão gradativamente aumentando de valor à medida que se distanciam dos centros produtores, devido à insuficiência e altos preços dos transportes e a multiplicidade de impostos a que ficam sujeitas ao passarem de Estado e até de Município [...] ⁷⁰

A Interventoria compreendia que uma das formas para dinamizar o comércio de produção agrícola era dando condições para que os produtos fossem escoados facilmente através de estradas e rodovias, nesse sentido, providenciou a expansão da malha rodoviária do estado.

Vale ressaltar que esse planejamento tinha sido previsto anteriormente, já havia no governo antecessor, na gestão de Eurico de Freitas Valle, aprovação para abertura de rodovias. A lei 2785 de 19/10/1929 autorizava a abertura de uma rodovia que ligasse as cidades de Igarapé-açu, Salinas e Maracanã, todas localizadas na

⁷⁰ Entrevista concedida ao jornal Correio da Manhã do Rio de Janeiro, no dia 21 de dezembro de 1930 e publicada no jornal O Estado do Pará em 10 de janeiro de 1931, 5ª página.

região nordeste do Pará⁷¹. No entanto, a Interventoria apropriou-se desse empreendimento da gestão passada e o inseriu no programa de reformas como se fosse dela. A inauguração dessas rodovias serviu como instrumento de propaganda política do Governo em toda a sua gestão. Era uma das propostas do “programa de reformas revolucionária”, em que a abertura de estrada e rodovias evidenciava a “dinâmica” administrativa conduzida na Intervenção de Magalhães Barata, levando o Pará ao “progresso” e ao “desenvolvimento” econômico.

A atuação da Interventoria na abertura de estradas e rodovias, bem como obras e reparos em outras já existentes, concentrou-se na região nordeste do Pará, por ser uma região estratégica, próximo a Belém. Ela representava a via de acesso para outros Estados da região nordeste (Maranhão, Piauí, entre outros), além disso, essa área tinha grande concentração de vilas e colônias agrícolas, o que representava elevado contingente demográfico, certamente prováveis eleitores. O Governo realizou a abertura de uma via, interligando a cidade de Castanhal com as colônias agrícolas de Lauetama e Santa Maria; atuou no prolongamento da estrada de Santa Isabel-Castanhal, com 32 km e de Castanhal-Curuçá, além das construções das rodovias Maracanã-Salinas e João Pessoa-Salinas. Para a região centro-oeste do Estado, a rodovia citada pelo Sr. Joaquim Nonato em carta, acredita-se ter sido a única construída.

Sem dúvida, o comportamento e o posicionamento construídos pelos missivistas em suas narrativas levam a crer que a necessidade pela manutenção da família, o medo da miséria e da fome, que assombravam os indivíduos cotidianamente, dentro de uma situação social de incertezas econômicas e políticas, levavam as pessoas a criarem mecanismos próprios de convencimento junto ao poder público. A astúcia, a esperteza e as estratégias são fundamentos que se encontravam inseridos na mediação entre a política implantada pelo interventor e os missivistas, vacilar na retórica de um desses fundamentos abria a possibilidade de uma resposta negativa aos anseios do missivista, o que certamente comprometeria o “ganha pão da família”.

Alguns sujeitos escreveram demonstrando formas de comportamento político que sinalizam para uma determinada noção de direito, mais exatamente de justiça, enquanto que outros missivistas em suas convicções e crenças denotaram

⁷¹ Diário Oficial do Estado do Pará, 23 de outubro de 1929.

nos seus argumentos elementos de sua cultura política, em que se apoiavam no favor, na proteção, no apadrinhamento. Isso foi observado na carta do contador Manoel Gonçalves Castro.

Levado pelos sentimentos que nutria pela sua terra natal, o Sr. Manoel Gonçalves Castro, em três de dezembro de 1930, com a devida permissão e “dentro do programa revolucionário” escrevia ao então recém empossado interventor Magalhães Barata, pedindo para nomeá-lo como prefeito da cidade onde nasceu, Igarapé Mirim. E, ciente das mudanças estruturais por que passavam os municípios, isto é, da reconfiguração territorial dos municípios e destituição de alguns prefeitos da gestão passada, pedia para que Barata o nomeasse como *“Interventor ou prefeito da infeliz mas futura terra de meu berço”*.

Experiente contador, exercia a profissão há 20 anos, na área central de Belém, e afirmava que *“sem outra recomendação senão o resultado da sindicância”*, o que podia ser apurado a seu respeito, quanto a sua trajetória de homem trabalhador, de reputação ilibada, mostrava ao Governo que era um homem apto para exercer o cargo, de acordo com *“os termos do referido programa da revolução”*. Para o missivista, “o programa da Revolução” era a sua oportunidade para fazer sua “infeliz” terra natal voltar para caminho do “progresso”, ou seja, apoiado no discurso de “mudança” prometido pela Intervenção no Estado, o missivista aproveitou a oportunidade para querer compartilhar também desse processo, por isso, pedia para ser prefeito.

Como prova de que era merecedor do cargo pretendido, o missivista apostava em suas credenciais, que foram construídas pela sua participação em movimento de contestação passada, como a revolta militar de 1922:

A quando desse grande e abençoado movimento reivindicador de civismo brasileiro, encabeçado pela reação republicana, em 1922, prestei, ao lado de José Malcher, capitães Moura Carvalho e Joaquim Cavalcanti, e outros próceres dessa bendita jornada, os serviços de que tanto me orgulho e desvaneço agora na tribuna e na imprensa, achando-se no meu arquivo os documentos comprobatórios deste asserto⁷².

⁷²Fundo Gabinete do Interventor, Série: Cartas, 1930,1931, 1932, Caixa 03.

O missivista assegurou ao Governo ser um homem que compartilhava do mesmo projeto da Interventoria, demonstrando sua identificação com os valores políticos e morais da gestão de Magalhães Barata, ao afirmar ter participado, com orgulho, da revolta militar de 1922, ao lado de pessoas importantes que estavam na Interventoria de Barata, como José Gama Malcher ⁷³ e Moura Carvalho, o que garantia ao interventor o grau de sua fidelidade ao Governo. O missivista certificava sua palavra visto que em seus arquivos estavam “os documentos comprobatórios”, o quais mostravam sua concepção política e seu apoio ao regime instaurado, como um homem atuante em conflitos de outrora, os mesmos de que Magalhães Barata havia participado, mais uma prova, portanto, para que o interventor pudesse confiar-lhe o cargo, já que o seu ideal era o mesmo de Barata. Como prova de suas qualidades e boas intenções, afirmava que há muito anos tinha a pretensão na administração “*d’aquella minha tão infelicitada terra*”. Também demonstrava reunir todas as condições necessárias para tal efeito, pois tinha um programa delineado de governo onde prometia governar “*com o povo e para o povo*”, assegurando ao município “*uma nova era*”, fazendo-o ressurgir das “*ruínas*” em que se encontrava, “*triumphante e progressista, como a phenix das cinzas*”, o que demonstrava que estava em consonância com as mesmas promessas feitas no governo de Magalhães Barata para o Estado.

Nota-se que o Sr. Manoel Castro era uma pessoa economicamente estável no ramo profissional que exercia, isso leva a crer que tinha estabilidade financeira, e que certamente não necessitava gastar seu tempo escrevendo para o interventor, pedindo um emprego no setor público. Porém, o cargo que o signatário pedia era especial, representava a liderança do executivo de um município, o que, certamente, no período de exceção vivido na primeira metade da década de 1930 era entregue a indivíduos de confiança do Governo.

Crê-se que a ação que moveu a escrita do Sr. Manoel Castro e as estratégias engendradas por ele para provar que era pessoa de confiança, com a qual Magalhães Barata poderia contar, decorreu do verdadeiro sentimento que tinha pela terra de nascimento, dos valores emocionais que foram sendo construídos

⁷³ Teve participação ativa na Interventoria de Magalhães Barata, também fora um dos articuladores da organização do partido Liberal que integraria a mesma chapa, nas eleições de 1934. Além disso, com a crise que se instaurou após a eleição de Magalhães Barata para o governo no Estado em 1935, José Gama Malcher foi o indicado por Getúlio Vargas para assumir o cargo de novo Interventor

durante as sociabilidades vividas no tempo em que morou na região, estabelecendo identidades de pertencimento com a cidade.

José Roberto Franco Reis (ano), quando analisou o conteúdo das cartas que homens e mulheres comuns enviaram a Getúlio Vargas durante o Estado Novo, percebeu que as enunciações discursivas dos indivíduos “eram frutos de hábitos políticos bastante enraizados, *habitus* nos termos de Bourdieu⁷⁴, evidentemente reelaborados, recriados, no diálogo cotidiano com a realidade circundante e com sua história presente”

De certa forma é possível depreender do conteúdo da descrição das cartas a Magalhães Barata. Porém, ampliando a discussão, percebeu-se que as enunciações ainda trazem argumentações, as quais remetem a situações que transpassam uma forma política enraizada de comportamento; embora tenham sido reelaboradas a partir de realidade social, elas envolvem uma complexidade existente que está além da experiência adquirida dentro do processo de socialização, como aconteceu com o Sr. Manoel Castro, que se dispôs a escrever duas cartas em que, insistente, pedia ao interventor que o nomeasse administrador de sua terra natal. Foi possível notar que essa situação representa mais do que uma reação inconsciente ditada pela impregnação de certas práticas da cultura política brasileira, ou como no termo de Raymond Williams (1979) nas suas estruturas de sentimentos, em que o missivista, por ter participado de um movimento, achou-se no direito de requerer o cargo de prefeito.

De certo modo, o Sr. Manoel Castro socialmente apresentava-se diferente do missivista anterior, o Sr. Joaquim Raimundo Nonato. Como já foi apontado, era um homem estável financeiramente, exercia a profissão na capital do Estado havia pelo menos 20 anos, no entanto, se dispôs a escrever pedindo para ir morar no interior, numa região onde nem sempre poderia ter o conforto que tinha na cidade, já que exercia seu ofício no centro de Belém, área, normalmente, bem servida pela urbanização e higiene, e isso sinalizou para o posicionamento do peticionário em sua expectativa criada em torno do discurso do Governo, com o que também compartilhava, visto que contribuiu com a luta para fazer com que os atuais governantes estivessem no poder estadual.

⁷⁴ Pelo conceito de Bourdieu, o *habitus* ao qual José Reis se refere é a reunião de posturas sociais que foram incorporados pelos indivíduos ao longo do processo de socialização, que foram adquiridas a partir de experiências vividas e internalizadas segundo certa inserção social. (Cf. Reis, 2002, p. 78)

Sem obter resposta do Governo, passados 15 dias, pela segunda vez, o missivista escreveu “*na persuasão de que se haja extraviado uma carta que dirigi a V. ex.*”, em busca de saber o resultado do pedido, inserindo em anexo uma cópia da primeira. A resposta do Governo sugere que a solução para o pedido foi tomada ali mesmo no gabinete, revelando uma postura de incoerência da administração como propalada pelo Governo, um posicionamento aquém dos discursos da Interventoria. Subscrito na parte superior da carta, tem-se o registro “*Responder que o major Interventor resolveu não mais nomear para prefeito, senão pessoas exclusivamente ao município*” e, em seguida, um pouco mais abaixo, “*consulta se aceita para Portel*”.

É possível que o missivista tenha ficado espantado com a resolução, primeiramente por não compreender uma postura tão contraditória, apresentada pela resposta do Governo, em que a nomeação para o cargo preterido se daria a pessoas que residiam na própria cidade, e, logo em seguida, a oferta da administração de um município com o qual o missivista se quer tinha qualquer vínculo, uma cidade localizada a quilômetros de distância de sua cidade de origem, a cidade de Portel. O passado, repudiado no discurso de Barata, de situações pautadas em relações clientelistas de poder, regidas pelas práticas privadas de apadrinhamento e favorecimento pessoal, em que políticos interesseiros materializavam posturas políticas arbitrárias, pela situação apresentada, pode ser verificado facilmente, estava vivamente presente na gestão do Interventor. O caso foi considerado resolvido, arquivado, e subscrito no meio da correspondência “*o signatário verbalmente não aceitou a nomeação*”.

Em uma condição de vida diferente da apresentada na carta de Manoel Castro, os relatos das experiências vivenciadas pelas irmãs Eudete e Eunice Caúla de Araujo⁷⁵ mostram que elas escreveram ao interventor pedindo emprego. Como eram “*duas moças pobres*”, revelaram ao Governo “*as terríveis dificuldades*” cotidianas que enfrentavam “*para mante-los na sua subsistencia*”. Com o falecimento do irmão, há quatro meses, elas precisavam assumir a responsabilidade da família que era numerosa, havia mais três irmãos menores que precisavam ser educadas, além disso, tinham “*o pae desempregado e doente e a mãe cega*”.

As intempéries da vida levaram a família Araújo a inverter os papéis sociais atribuídos aos homens e mulheres de sua família. Ao que indicaram, as

⁷⁵ Fundo Gabinete do Interventor, Série Cartas, 1933, Caixa: 3B.

mulheres ficavam em casa enquanto o irmão tinha a função de prover as necessidades materiais do lar, uma vez que o pai se encontrava enfermo e desempregado. Porém, com o problema de saúde do pai e com a morte do irmão, a condição socioeconômica da família ficou desequilibrada, obrigando-as a buscar emprego para assumirem o papel que antes pertencia ao pai e ao irmão.

Diante das necessidades impostas pela vida, as irmãs Eudete e Eunice Araújo mobilizaram-se e recorreram ao interventor para que providenciasse uma ocupação remunerada para as duas, a fim de amenizar a triste situação na qual se encontravam. Como forma de convencer o Governo, as missivistas exploraram valores de ordem moral, apelaram para a sensibilidade do interventor em compreender os esforços que faziam para manter a sobrevivência da família, sustentar o pai doente, a mãe com problemas visuais e a educação das irmãs menores.

Diziam possuir habilidades profissionais para exercerem os cargos que pediam, *“uma diplomada em datylographia, outra com pratica de enfermeira com atestado médido”*. Ao declararem *“o nosso desejo não é emprego de posição”*, as missivistas suggestionavam ao Governo que estavam escrevendo devido suas condições precárias de vida, sua realidade era de miséria, portanto, era condição primordial conseguirem o básico, a providência do Estado em oferecer o emprego de que precisavam, haja visto que elas possuíam qualidades profissionais para desempenharem as funções nos cargos que pleiteavam.

Antes de escreverem ao interventor, as irmãs tinham se mobilizado para alcançar o cargo preterido condizente com a especialidade de sua formação, *“Já pedimos ao Dr. Mario Chermont ao Dr. Orphir um emprego qualquer almenos que desse para ganhar o pão disseram-nos que não podiam, era impossível”*. Suas atitudes foram coerentes, procuraram justamente as pessoas que poderiam empregá-las, como o diretor da Saúde Pública, o Sr. Dr. Mario Chermont e seu assessor, o Dr. Ofir Loyola.

Pode-se perceber que elas tiveram a oportunidade de estar pessoalmente com quem possivelmente poderia lhes garantir a vaga. Mário Chermont era o gestor da Secretaria de Saúde, portanto, cabia a ele a responsabilidade da providência, ao menos para quem era enfermeira, porém dele nada conseguiram.

O relato das missivistas demonstra como estavam alinhavadas as articulações dos correligionários e aliados políticos, que justamente com o próprio

interventor procuravam mantê-lo em evidência. Nota-se que elas primeiramente tentaram conseguir emprego com o Secretário da Saúde Pública, mas esse disse que “era impossível”, o que se percebe ser uma estratégia definida por seus partidários de por em relevo o político Magalhães Barata, associando a imagem dele, com a de um Governo que estava sensível aos anseios das demandas sociais e de também ser o único governante capaz de solucionar os pedidos e as queixas dos missivistas. Essa postura sinalizava para configuração de uma política centralizadora, na qual se apostava na figura de Magalhães Barata como político responsável pelas transformações sociais advindas de seu programa de reformas. Vale ressaltar que o ano em que as signatárias fizeram a petição era ano eleitoral, as bases do partido que apoiariam o interventor para o pleito seguinte estavam se configurando. Projetar a imagem dele como a de um homem que provia as carências sociais daqueles que vinham procurá-lo era uma questão de estratégia política.

Se, para o Governo, isso representava a possibilidade de obter o reconhecimento dos paraenses, levando ao consentimento e adesão dos eleitores, para os peticionários, o significado era outro, uma oportunidade em ter seus direitos concretizados, assim, os missivistas procuravam canalizar suas demandas e reivindicações a quem oferecia “garantia” de solucioná-las.

A tentativa frustrada de arrumar emprego com o diretor da saúde pública as levou a quase perderem a confiança, *“nossas esperanças o destino esmaga implacavelmente”*, porém, escrever para Magalhães Barata representava o reacender da esperança, a possibilidade de alcançar o objetivo almejado *“mas nesse momento nos ilumina uma viva fé, uma esperança firme, que o nosso bondoso Interventor se compadeça das suas humildes admiradoras”*.

Ao exporem suas histórias de vida por meio da carta, elaborando uma linguagem incisiva e contundente, enunciavam a esperança que tinham, crendo que, se o interventor soubesse da situação pela qual passavam, haveria *“esperança firme”* de reverter a triste experiência de vida da família Araújo. Nota-se que, ao final de sua narrativa, elas se declararam como *“humildes admiradoras”*, se colocavam como duas mulheres que compartilhavam de ideias e valores que foram propagandeados pelo Governo, isto é, elas, de forma perspicaz, mostravam estar ao lado Governo. Como eleitoras, poderiam contribuir na candidatura dos políticos que o apoiavam.

Na carta das irmãs Eudete e Eunice Caúla de Araújo, na parte superior, estava em vermelho “*chamar*” e sublinhado também em vermelho a frase “*outra com pratica de enfermeira com atestado médido*”, o que sinaliza para uma possível admissão de uma das irmãs para o exercício da profissão de enfermeira.

Como é possível perceber nas cartas, a utilização de um conjunto de argumentação, em que valores religiosos e morais entrelaçam-se em meio às necessidades cotidianas, servem como estratégia de convencimento, somando-se à valorização das qualidades dos peticionários, que, ao demonstrarem o quanto reconheciam a importância do seu papel enquanto profissionais para a efetivação das propostas do Governo, estabeleciam uma política em que procuravam barganhar com o Governo o atendimento de suas demandas.

De modo semelhante, professoras escreviam ao interventor em defesa de seus propósitos. Ao buscarem emprego no magistério público, apresentavam enunciações discursivas em que sinalizavam suas aptidões e qualidades, demonstrando coerência e concordância com o discurso da Interventoria, sobre o papel que elas desempenhariam com a reformulação do programa educacional empreendido pelo governo.

3.1 CONSTRUINDO IDENTIDADES: PROFESSORAS EM BUSCA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO

A política da Interventoria para a educação paraense, a princípio, baseou-se numa característica própria de seu governo, a centralização administrativa. Visando ter maior controle e gerência da educação no Estado, o Governo incorporou o ensino das escolas municipais às estaduais. As reformas implementadas seguiam as diretrizes planejadas no âmbito do executivo federal, vinculando questões de educação com questões de higiene e saúde, nesse sentido, foi criada a Secretaria de Educação e Saúde Pública no Estado. A Interventoria entendia que a melhoria da educação era apenas uma questão de “boa administração”, a concepção estadual para melhoria da qualidade do ensino estava relacionada com o aspecto quantitativo do sistema educacional. O Governo também compreendia que uma das formas de se erradicar o analfabetismo era promover a expansão do número de escolas no Estado e dar condições estruturais para as já existentes.

O empenho do Governo foi direcionado para um discurso pautado na construção de mais escolas em todo o Estado, promovendo a imagem de uma administração educacional “dinâmica e moderna”. Magalhães Barata trabalhava no sentido de revestir a imagem do ensino público, anterior à sua administração, como a de uma educação estagnada, fruto da falta de interesse político daqueles que conduziram a organização do sistema educacional público e que, conseqüentemente, levou ao abandono das escolas paraenses, o que refletia na quantidade mínima de estabelecimentos públicos de ensino, assim como no estado precário de conservação em que se encontravam as outras escolas; o que resultava no número reduzido de vagas aos estudantes, bem como na pouca oportunidade de emprego oferecida para os professores.

Fundamentando uma lógica que demonstrava “eficiência” e “renovação” no ensino paraense, o Governo empreendeu a expansão do número de escolas públicas no território paraense. Com isso, Magalhães Barata compreendia estar solucionando o problema do analfabetismo, por estar aumentando o número de vagas para os estudantes ao mesmo tempo em que proporcionava mais oportunidades de emprego para as professoras, além de novas ofertas de vagas para demais profissionais de educação.

A participação de mulheres na política partidária paraense na fase inicial da República, e estendendo-se ao período da primeira Interventoria de Magalhães Barata, foi assunto de estudos para a pesquisadora Luzia Álvares (1990). Ao realizar suas reflexões sobre as instituições de representação feminina, a autora mostrou que o magistério feminino, na época de Magalhães Barata, era considerado de ordem prioritária. Segundo Álvares, Magalhães Barata compreendia o importante papel que as professoras poderiam desempenhar para a difusão do civismo, como modelo ideal de educação, por isso, seu Governo caracterizou-se por um controle ostensivo sobre o magistério público.

Álvares sinalizou que uma das formas de coação desempenhadas por Barata para o magistério, a fim de que as professoras obedecessem aos planos do Governo, estava na constituição das dinâmicas de manipulação de admissões, demissões e transferências. As professoras que, de alguma forma, demonstrassem insatisfação com os planos educacionais implantados, corriam o risco de serem transferidas para municípios distantes daqueles onde residiam, por exemplo, se uma professora estivesse lotada em Belém, ao manifestar-se contrária ou ao mostrar-se

resistente à política vigente, poderia ser transferida para uma escola distante da capital, ou até mesmo ser demitida.

Álvares (1990, p.668) sugere que “o governo poderia requisitar uma professora de Belém para Marabá, transferindo-a ‘por conveniência do ensino’. Nestes termos, poderia ocorrer uma medida coercitiva, no caso da referida professora ter se insurgido contra as determinações do Interventor”. De certa forma, concorda-se com Luzia Álvares quanto a ter havido essa possibilidade, contudo, deve-se ampliar o olhar e perceber que, além de uma posição autoritária do Governo, existiam outras problemáticas também inseridas nos contextos sociais das experiências de vida das profissionais de ensino. Limitar a uma relação política pautada no autoritarismo e poder é excluir questões outras, que fazem parte das sociabilidades vivenciadas dessas professoras, situações próprias do contexto social a que pertenciam e que, muitas vezes, poderiam levá-las a elaborar estratégias de argumentação para convencer o Governo, no intuito de verem a realização de suas necessidades, como, por exemplo, um pedido de transferência do cargo de professora de uma cidade para outra.

A história apresentada pela mãe de uma professora mostra-se como um exemplo dessa questão. A peticionária escreveu ao interventor pedindo pela sua filha, a professora Georgina Costa. E iniciou sua exposição destacando a trajetória estudantil e profissional de sua filha:

[...] Snr. Major Barata, antes de minha filha colar grão, começou a exercer sua atividade profissional para poder custear as despesas da formatura. Em 1931 ano em que diplomou-se, a professora Georgina Costa, já estive em diversos lugares do imenso interior paraense, assim como: Granja Ermita-Igarapé-Miri, São Caetano de Odivelas e no “Grupo Escolar” de Alenquer, onde encontra-se presentemente⁷⁶.

Nota-se que a mãe, ao discorrer sobre a filha, apontou para valores importantes atribuídos à estudante, como o esforço empreendido pela jovem. A mãe relatou que a filha, antes de concluir seus estudos, exerceu o magistério, com o intuito de adquirir algum recurso para o pagamento da cerimônia de formatura, sinalizando o quanto era importante para a filha o evento que simbolizava o início do

⁷⁶ Fundo Gabinete do Interventor, Série Cartas, caixa 04.

exercício da carreira almejada, apontou também para uma família de poucos recursos. Georgina Costa teve que trabalhar para conseguir recursos e participar do evento.

A Sra. Leonor Costa mostrou, ainda, a disposição da filha Georgina Costa no exercício do magistério, ao saber aproveitar a oportunidade que lhe apareceu, por conta da maior quantidade de vagas ofertadas nos municípios do interior do Estado, principalmente, para uma professora recém formada, colaborando para que adquirisse experiência na profissão do magistério, ao mesmo tempo em que mostrava ao Governo o quanto a sua filha era uma pessoa que contribuía para a difusão do ensino-aprendizado no *“imenso interior paraense”*.

A signatária continuou a carta ressaltando as qualidades da filha, quando de sua vida de estudante normalista, apontou que Georgina Costa *“No tirocinio normal nunca fez um ou mais exames de segunda época, nunca foi reprovada, nem jamais ‘expulsa de aula’ o que acontece com a maior parte das alunas [...] da escola normal”*. A missivista apresentou a identidade da filha como a de uma menina interessada, estudiosa e engajada na formação educacional, distinguindo-a das demais normalistas de sua época, ou seja, a mãe indicou que sua filha era uma professora diferenciada, com virtudes e apta para colaborar com o projeto educacional proposto pelo Governo.

A Interventoria via no magistério público um canal estratégico para a difusão das ideias do grupo que estava no poder. As professoras representavam o meio pelo qual seria possível realizar a disseminação dos “ideais de civismo” defendidos pelo interventor. A reorganização do ensino estava pautada nas boas condições de formação dessas professoras, daí a importância em instrumentalizá-las, para que estivessem de acordo com os mesmos ideais defendidos pelo Governo. Percebendo essa dinâmica, a missivista mostrou que sua filha estava enquadrada na proposta do Governo, tinha qualidades “cívicas”, no período de aprendizado, foi uma aluna de virtudes morais, íntegra e correta nos estudos, portanto, a apresentava como uma professora que conduziria a formação de seus alunos para os mesmos preceitos.

Ciente de que em Belém estava para ser inaugurada uma escola, a missivista se antecipou ao Governo para pedir uma vaga de professora para a filha:

[...] Perto de estar a inauguração do majestoso edifício do “Grupo Escolar” Augusto Montenegro é para este imenso

confortável, luxuoso, moderno e igienico edifício que venho pedir mizericordisamente uma cadeira para a professora normalista Georgina Cota. Este “Grupo Escolar”, dizem de ser prinitencia para ser um palácio onde será fortemente combatido o analfabetismo brasileiro [...]”⁷⁷.

A Sra. Leonor Costa, percebendo, com a conclusão da nova escola, a oportunidade de ter sua filha de volta para capital e junto a ela, tomou a iniciativa de escrever e pedir para o Governo que a normalista viesse a ser transferida da escola onde se encontrava, na cidade de Alenquer, para a futura escola que seria inaugurada em Belém. Nota-se que o sentimento materno, apoiado nos laços familiares de mãe e filha, é contundente na retórica elaborada pela signatária, a fim de convencer o Governo na concretização do pedido, mesmo porque Georgina Costa “era única moça do lar”, o que aumentava o sentimento de saudade da filha, além disso, mostrava ser uma mãe zelosa, preocupada com o futuro da filha.

Trata-se de um pedido de transferência vindo da própria vontade da missivista, devido às relações construídas no meio familiar, em que o peso do amor materno para com a filha foi o que motivou a Sra. Leonor, como mãe, a escrever pedindo a transferência da professora para a capital do Pará.

Apostando também nas qualidades de sua formação enquanto estudante normalista, a professora Laura Baptista de Lima⁷⁸, quando escreveu pela segunda vez ao interventor, tinha como objetivo conseguir uma vaga no magistério público da capital. Sendo uma professora diplomada pela Escola Normal, a missivista mostrou que tinha qualificação profissional para exercer o cargo ao qual pleiteava, relatou que durante sua vida estudantil foi uma aluna exemplar, dedicada nos estudos, e, por conta disso, conquistou “o prêmio de *Pedagogia Prática da mesma escola com nota 9.1(nove e um décimo)*”. Mostrou também ser uma pessoa de iniciativa e vontade para o trabalho, antes de recorrer ao Governo, organizou com esforço um “*Externato particular*”, mas infelizmente “*devido a diminuta matricula*” não deu certo. Porém, apesar da tentativa de montar sua própria escola para poder conseguir seu sustento, e além de todas as qualidades elencadas pela própria missivista, estava de fora do exercício do magistério, até o presente momento, ainda não havia conquistado a vaga que solicitara.

⁷⁷ Fundo Gabinete do Interventor, Série Cartas, caixa 04.

⁷⁸ Fundo Gabinete do Interventor, série Cartas, caixa 3B.

Contrariada, a professora desejava compreender o motivo de não ter sido chamada, já que preenchia as qualidades para o referido cargo, que, aliás, estavam enquadradas no discurso do Governo, pois era uma professora formada pela Escola Normal, com aptidões para contribuir na erradicação do analfabetismo e assim formar a juventude do “patriotismo”, defendido no discurso do Governo.

A missivista destacou as habilidades que havia construído através dos estudos, apresentando-se como uma professora diferente, esforçada. Porém, apesar de tais qualidades não *“tinha até agora conseguido uma colocação”*, ou seja, mesmo tendo enviado *“uma petição na Secretária de Educação desde março de 1931”*, a professora estava escrevendo pela segunda vez em 21 de junho de 1933, quase dois anos depois, querendo uma justificativa para a não resposta a sua primeira carta. A signatária, no mínimo, cobrava uma coerência em relação à seleção de professoras das escolas públicas em Belém. A professora Laura Lima questionava o Governo, mesmo porque sabia *“que muitas professoras formadas depois da suplicante já estão trabalhando”*. Ao contrário da outra carta, aqui aparece uma professora que se achou injustiçada e questionou os critérios de colocação de professoras em plena atividade de trabalho.

Como era uma mulher pobre, insistiu em escrever mais uma vez, pois precisava trabalhar, por isso descreveu que estava confiante *“no espírito de justiça que tem presidido todos os vossos actos”*. Percebe-se que a missivista sinalizava para uma imagem do interventor que o mesmo construiu diante da população paraense, a de líder de um Governo com *“espírito de justiça”*, alicerçado numa política com atitudes que visavam ao *“bem da coletividade”*; daí ela sutilmente apresentar uma contradição da postura do Estado, quando esse não a promoveu para o cargo a que pleiteava, uma vez que, mesmo tendo mostrado que tinha qualidades para exercer o cargo, a missivista continuava desempregada. Ainda assim, a missivista demonstrava esperança na justiça tão divulgada pelo Governo, o qual dizia atender a todos, sem privilegiar interesses particulares, e baseando-se nesse significado de justiça é que tinha a esperança de conseguir o cargo.

No ano em que a professora Laura Baptista Lima escreveu a carta, a educação paraense estava passando por reformulações. O interventor desmembrou a Diretoria Geral de Educação e Saúde Pública, criando a Diretoria Geral de Educação e Ensino Público, revestindo-a de autonomia. Essas modificações

levaram à supressão de alguns cargos, como o de subdiretor e de inspetor fiscal de ensino nas escolas, gerando desemprego no magistério.

O planejamento orçamentário para o ano de 1933 atingiu o setor educacional, com cortes financeiros, o reduzido investimento na educação trouxe como consequência a dispensa de várias professoras do exercício de suas funções, gerando insatisfação aos servidores da educação. Muitos dos pedidos de emprego no magistério naquele ano nem foram respondidos, a carta da professora Laura Baptista foi uma das que ficou sem resposta.

Os exemplos postos aqui são relatos de pedido para o exercício do magistério em Belém, onde as cartas dos professores pedindo vagas nas escolas da capital foram a maioria. No entanto, também foram encontradas algumas cartas que requisitavam emprego no magistério público para lecionar no interior.

A carta da professora Júlia Lima⁷⁹ mostra um pedido oposto ao que fez a mãe da professora Georgina Costa. A peticionaria, ao escrever também pela segunda vez ao interventor, tinha como objetivo *“relembrar a V.Excia”* de um pedido que fez há dois meses para que fosse nomeada na regência *“de escolas leigas”*, em qualquer uma das cidades do interior do Estado.

Do mesmo modo como fez a Sra. Leonor Costa, ressaltando as qualidades e as experiências da filha Georgina Costa no exercício do magistério, a professora Júlia Lima relatou suas experiências na função, apontou que havia exercido por três vezes o cargo nos vilarejos dos municípios de *“Parada Victoria município de Igarapé-Assú, S. Domingos município de Soure e Prainha”*, demonstrando sua competência e experiência no desempenho da função. Sinalizou, portanto, ser uma professora com aptidões para exercer o cargo que almejava. Relatou o quanto era importante sua nomeação para o cargo, praticamente uma questão de necessidade para uma mulher viúva e pobre, e esperava que pudesse, com o emprego, regularizar *“a norma de sua vida”*. Por isso, exigia do Governo *“uma resposta breve”*, visto que, em sua primeira carta, lhe foi feita uma promessa *“remetter essa minha carta para o prefeito de Marapanin ver se me aproveita na regencia de uma das seis escolas que iam ser creadas nesse municipio”*. Foi em busca do cumprimento do prometido que a professora Júlia Lima foi estimulada a escrever novamente.

⁷⁹ Fundo Gabinete do Interventor, série Cartas, caixa 3 A.

Além dos problemas vividos na cidade de Belém, advindos da falta de emprego, outros remetentes demonstraram, a partir das propostas que tangenciaram as ações de reordenamento do espaço urbano de Belém, as experiências vivenciadas nas formas precárias da condição de suas moradias.

3.2 PELO DIREITO À MORADIA

Exmo. Snr. Major Magalhães Barata,
Só confiadas no bondoso coração de V. Excia e na boa vontade que tendes de auxiliar a pobreza desta grande terra- que é o Pará, vimos expor-lhe nossa situação certas que nos auxiliará.

Eu, Narcisa da Graça Pinto inutilizada, mutilada, vivo do trabalho de duas filhas que são meu único arrimo.

Mandei com todo o sacrifício e economia privando-nos até do necessário, levantar uma barraca na Tito Franco próximo a estrada de Rodagem, no terreno de D. Sinhá Amazonas de Figueiredo que tem sido uma protetora, vendo a minha extrema pobreza, permitindo que eu construísse um tecto seu terreno.

Depois de muitas despesas e da barraca estar quase pronta, recebi uma ordem de V. Excia por um fiscal para demolil-a.

Compreende V.Excia. o desanimo em que me encontro depois de gastar as últimas economias na esperança de ter um abrigo.

Peço mais uma vez confianda nos bons sentimentos do vosso coração, que tenha pena pobre mulher que será eternamente grata.

Sua criada obrigada Narcisa da Graça Pinto⁸⁰.

O que chama atenção nessa correspondência, além do drama pungente de uma pobre senhora que esta prestes a perder “*a barraca*” que construiu, é a denúncia velada da omissão do Estado no que diz respeito ao direito à moradia. A missiva é reveladora, ainda, da postura administrativa do Estado, mostrando-se eficiente para com aqueles que se desviam das “*normas legais*” referentes às regras habitacionais em Belém. A petição da Sra. Narcisa Pinto indica também o descuido dos órgãos administrativos para com a fiscalização dessas normas, pois, somente depois da barraca quase concluída é que ela foi intimada, resultando como prejuízo para ela a demolição de sua moradia. A signatária mostrou ao Governo o “sacrifício” que fez para a obtenção do sonho de ter seu próprio lar. Narcisa Pinto revelou que

⁸⁰ Fundo Gabinete do Interventor. Série: Cartas. Caixa: 03. 29 de março de 1933.

teve de privar-se “*até do necessário*” para concretizá-lo. Ao contrário dos casarões construídos ao estilo europeu pelas elites abastadas e distribuídos pelo centro da cidade Belém ou localizados ao longo da mesma avenida da missivista, sua barraca expressava bem o tipo de moradia construído por pessoas como ela, uma senhora de recursos escassos.

Em estudo sobre as formas de moradia de Belém, da virada do século XIX para o início do XX, Karol Soares (2008, p. 221) mostra, após análises dos relatórios municipais, leis e medidas desse período, que “as barracas eram casas com outro tipo de cobertura, em geral de telhas de zinco ou de outro material” Mesmo apresentando vinte anos de diferença nos estudos sobre moradia da autora, acredita-se que o significado mostrado por Soares do que seria uma barraca não se afastou tanto daquele concernente às barracas edificadas e vivenciadas pelos moradores da primeira metade dos anos 1930.

Correspondendo às condições de vida de uma população de baixa renda, as barracas eram construções que demonstram a origem social de quem nelas habita. Esse tipo de moradia dispõe de materiais de valores menores, ou até mesmo de nenhum valor, em que, no próprio terreno, as pessoas podiam conseguir o material necessário, aquilo que o ambiente amazônico poderia oferecer como a madeira, a palha e o barro. Em geral, as barracas tinham paredes de enchimento de barro ou revestidas de madeira, assoalhos também de madeira ou de chão batido e cobertas de palha, conforme apresentado na Figura 5.



Figura 5: Barraca coberta de palha, localizada na periferia de Belém.
Fonte: Jornal O Estado do Pará 16 de março de 1934.

O relato da Sra. Narcisa Pinto revela a ausência do Estado nas ações de promoção de moradias dignas, em que a falta de uma política habitacional pública levava pessoas como ela a utilizar os poucos recursos que tinham, privando-as de outras necessidades básicas, como, por exemplo, a alimentação, para garantirem o acesso a um teto, ainda que fosse a construção de uma barraca. A condição precária de vida que levava como mulher, viúva e pobre, dependente das filhas, foi ignorada pelo interventor, o que se refletiu em sua frustração ao receber “uma ordem de V. Excia. por um fiscal” para demolir sua barraca.

Seguindo o modelo centralizado da política brasileira dos anos pós 1930, a administração das prefeituras estava sob os olhos dos interventores. Nos estados, as funções dos dirigentes políticos eram idênticas àquelas atribuídas ao Governo Provisório de Getúlio Vargas⁸¹. A esses cabia ingerir-se nas constituições dos seus

⁸¹ O artigo 1º do decreto 19.398 de 11/11/1930 permitia que o governo provisório de Getúlio Vargas exercesse discricionariamente as atribuições, não somente do poder executivo, quanto do poder legislativo até que fosse estabelecida a normalização constitucional do país. O artigo 11º do referido decreto dava atribuições e privilégios

respectivos estados, além de exercerem prerrogativas nas deliberações de normas concernentes à competência da esfera municipal. A estratégia do Governo paraense era mostrar o diferencial da Interventoria em relação à postura política administrativa municipal anterior ao seu governo. O objetivo de imediato era dar visibilidade ante os moradores de uma “Belém rejuvenescida”, sintonizada aos moldes do “programa reformador”, de “restauração” e “moralização política”, instituído com a Intervenção no estado. A mobilização era promover um ambiente saudável e higiênico, aliado ao melhoramento dos aspectos estéticos das urbes paraenses. Ora, o Governo entendia que a implantação de uma instituição política moralizadora deveria estar visível e palpável, uma das maneiras de mostrar essas transformações “morais” por que o estado vinha passando era incluindo a cidade no discurso político da Intervenção, dessa forma, melhorar a estética da cidade demonstrava que a Intervenção era uma administração de “desenvolvimento” e “mudanças”. Construir barracas que ferissem o padrão de embelezamento urbano poderia impelir o programa ideológico do governo.

O interventor, além de gerenciar administrativamente o poder político estadual, tinha autonomia para nomear os prefeitos e interferir nas competências desses municípios. A Interventoria teve poder de ingerência nas transformações da malha urbana de Belém, decretos e medidas objetivavam disciplinar e higienizar o espaço urbano da cidade guajarina, modificando assim o código de postura da capital.

Duarte e Paoli (In: PORTA, 2000) esclarecem que, geralmente, os responsáveis pela elaboração de projetos de modernização da cidade excluíram o reconhecimento dos diferentes espaços públicos como essenciais para o desenvolvimento e integração da cidadania a parcelas da população, especialmente aos mais humildes. “Uma gente, enfim, que passa ao largo da história da cidade e aparece apenas na repetição e reprodução das próprias misérias e carências, já que até mesmo suas tradições e perspectivas de vida não poderiam qualificá-la para ser parceira da tarefa de construir uma cidade moderna e civilizada” (DUARTE E PAOLI, In: PORTA, 2000, p. 53).

aos interventores, idênticos aos atribuídos ao governo provisório, a responsabilidade de seus atos caberia à fiscalização somente perante esse último. Ainda o § 4º do referido artigo permitia ao interventor revogar ou modificar qualquer dos atos ou resoluções e dar instruções aos prefeitos para o bom desempenho dos cargos respectivos e regularização e eficiência dos serviços municipais.

Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=37246>. Acesso em: 15/10/2009.

À frente da prefeitura municipal de Belém, Pe. Leandro Pinheiro tinha que dar cabo às intervenções de Magalhães Barata concernentes às propostas de “remodelação” da cidade, as normas baixadas condiziam com as reformas em prédios públicos, com os tipos de edificações particulares construídas e com o nivelamento das ruas.

As interferências de Magalhães Barata nas questões municipais deram importância ao aspecto visual da cidade. A construção de casas com coberturas de palhas e habitações que comprometiam a estética de Belém estavam proibidas nas principais avenidas, travessas e ruas. Portanto, o padrão de moradia produzido pela missivista ia de encontro às normas de ordenação do espaço urbano de Belém e ao padrão estético de uma cidade inserida no programa de moralização política do interventor Magalhães Barata.

A barraca da Sra. Narcisa Pinto feria o ideal de beleza projetado pela Interventoria para as principais avenidas de Belém, uma vez que estava construída fora do alinhamento urbano, definido para a Avenida Tito Franco, avenida que representava (e ainda representa) a única de via de acesso por estrada para sair da capital⁸². Nela também circulava a Estrada de Ferro de Bragança, ferrovia que permitia a conexão para outras cidades da região nordeste do Pará.

A cidade estava incluída no discurso de “restauração” política da Interventoria, no qual, mostrar uma cidade visivelmente “remodelada”, limpa e higiênica sinalizava que essa administração era de mudança, mostrando que as transformações não eram somente na esfera política institucional. Tais mudanças também poderiam ser visivelmente percebidas através das modificações concretas por que Belém vinha passando, a Interventoria impunha ações rigorosas de vigilância e fiscalização, as quais exigiam da Prefeitura Municipal de Belém um papel incisivo como instituição de vigilância e controle. Havia a ordem do interventor para que a Prefeitura Municipal intimasse proprietários de estabelecimentos comerciais ao longo da Avenida Tito Franco, para que promovessem reformas em seus respectivos prédios, sob pena de fecharem definitivamente caso desobedecessem⁸³.

Dentro da Diretoria de Saúde Pública, existia um departamento responsável por fazer esse controle e fiscalização das instalações de higiene nas

⁸² Atualmente esta avenida denomina-se Almirante Barroso (CRUZ, 1992).

⁸³ Diário Oficial do Estado 08 de Janeiro de 1933.

residências de Belém, o departamento chamava-se “Serviço de Polícia Sanitária e Higiene das Habitações”, em que as funções dos funcionários eram a de averiguar as condições de limpeza e higiene dos logradouros, e a de intimar os moradores das casas, caso deixassem de corresponder com os preceitos de conservação, que lhes eram impostos.

O objetivo do Governo era mostrar uma cidade inspirada aos cuidados de uma administração dinâmica, orientada pelo espírito de “reconstrução estadual”, que visava ao bem coletivo. Nesse sentido, as investidas da Interventoria eram as de mostrar o desleixo de uma administração municipal anterior, “apática”, que levou Belém à “desestruturação urbana e à desordem estética”, transformando-a numa cidade estagnada, renegada ao abandono, comprometendo a sua categoria nacional de uma das mais formosas cidades do país.

O Governo atuou no controle disciplinador do espaço urbano, tanto das áreas centrais, como nas regiões periféricas de Belém. Nos bairros pobres da capital e interior, o Interventor oficializava o diretor interino da Saúde Pública, Hilário Gurjão, para que fiscalizasse os tipos de edificações produzidas pelas pessoas pobres, cuja finalidade era evitar que fossem construídas casas com revestimentos feitos de latas, contudo, era permitido o uso de palhas e ou madeira.

Um ano após a petição da Sra. Narcisa Pinto, o Governo estabeleceu a padronização para a construção de barracas na cidade, pelo decreto Nº 1234, de 10 março de 1934, as novas barracas deveriam seguir os critérios de edificação:

Art. 1º- qualquer barraca a ser construída nesta capital e nos centros do território do Estado, a partir da data de publicação deste decreto, obedecerá aos seguintes dispositivos:

- a) Paredes de enchimento ou pelo menos de madeira, com pé direito mínimo de 2 m, 20;
- b) Soalhos de madeira, com porão na altura mínima de 50 centímetros, quando a barraca não for construída em terreno enxuto, isto a juízo de autoridade sanitária local;
- c) Compartimentos dotados de janelas para estabelecer o arejamento e a insolação.

Art. 2º- Os responsáveis pela construção de tais barracas, ficam obrigados a requerer a devida licença à autoridade Municipal, para esse fim, sendo-lhes dispensados o pagamento de qualquer emolumento, desde que provem o seu estado de pobreza.

Art. 3º- As barracas construídas nestas condições, ficam isentas, pelo prazo de 10 anos, do imposto de décimas.⁸⁴

⁸⁴ Fundo Documento do Governo. Decretos, 1934 Caixa 2415-2416.

A padronização das barracas era considerada pela Interventoria um caso de saúde pública. O discurso de saneamento estadual tinha como finalidade possibilitar que esse tipo de moradia tivesse melhor circulação de ar e entrada dos raios solares. Dessa forma, o Governo entendia que, ao normatizar a moradia de pessoas pobres, evitava a manifestação de doenças endêmicas como a tuberculose, por exemplo. Nesse sentido, nas modificações no aspecto do traçado da moradia, na cidade de Belém, estavam incluídas as preocupações sanitárias, em que as medidas higienistas, adotadas para o espaço urbano, eram justificadas e impostas como medidas eficientes contra os surtos de epidemias e endemias que afetavam a população na capital. A adoção dessas medidas reguladoras visava conferir à cidade um aspecto estético positivo, ao mesmo tempo em que objetivava “a eliminação dos elementos de atraso e a substituição destes por. por seduções do moderno” (AGRA, 2006, p.24- 25)

Incidir no espaço urbano com medidas sanitarias e higienistas é também enveredar na exposição das fraturas resultantes da exclusão social, em que os pobres se encontram em se tratando da organização territorial da cidade, como o exemplo a história da Sra. Narcisa Pinto. Utilizando-se das técnicas de produção sociocultural do grupo ao qual pertencia, a missivista, em busca da moradia que necessitava, construiu uma barraca para se abrigar, rompendo assim com o ideal de espaço bem ordenado e normatizado instituídos pelo Governo.

Entende-se que o significado da carta da missivista vai além de um apelo desesperado vivenciado na cidade pela exclusão social no que tange à moradia, conforme Dea Fenelon (1999, p. 4) “a cidade e suas instituições devem ser vistas como espaços de produção de conflituosas relações que historicamente podem exprimir-se em dominação ou consenso, mas também em insubordinação e resistência”. Nesse sentido, procurando convencer o interventor para que pudesse manter o barraco que construiu, a Sra. Narcisa Pinto, como tantos outros missivistas, teve a percepção da postura do Governo no atendimento às demandas de pessoas que se identificavam como pobres. O que a Sra. Narcisa Pinto fez foi se valer de certa carga emocional como estratégia na elaboração de seus argumentos, para convencer o Governo em prol da concessão de seu pedido, declarando que escreveu porque “*só confiandas no bondoso coração de V. Excia e na boa vontade que tendes de auxiliar a pobreza desta grande terra- que é o Pará*”. A seguir, detalhou a condição humana em que se encontrava, intitulado-se “*inutilizada e*

mutilada”, dependente “*do trabalho de duas filhas*”, as quais, “*com todo sacrifício*”, privando-se “*até do necessário*”, fizeram um esforço para “*levantar uma barraca*” no terreno doado por “*Sinhá Amazonas de Figueiredo*”, daí a Sra. Narcisa Pinto a identificar como “*uma protetora*”.

Outro ponto que se pode destacar na carta de Narcisa Pinto é a lógica de proteção entre os pares. Nota-se que a Sra. Narcisa Pinto tinha uma “*protetora*”, pois foi a “*Sinhá*” Amazonas Figueiredo, que, vendo o quadro de extrema pobreza em que a missivista se encontrava, concedeu-lhe um terreno para edificar sua moradia, direito esse que foi negligenciado pelo Estado. Nesse conjunto de relações, nota-se que em nenhum momento houve a intervenção do Estado, o qual, por lei, é o responsável em prover a dignidade dela, dando-lhe condições de moradia.

Entretanto, a providência do lar para a Sra. Narcisa Pinto só foi possível em meio às formas de sociabilidades cotidianas, compartilhadas com a sua vizinha, a “*Sinhá Amazonas Figueiredo*”, descrita como sendo uma senhora “*que tem sido uma protetora*” para ela. Percebe-se, então, que as relações cotidianas estavam impregnadas pela força das relações pessoais, como a que foi estabelecida entre a “*Sinhá Amazonas de Figueiredo*” e sua protegida, a Sra. Narcisa Graça Pinto.

É possível que a missivista, ao indicar o nome de “*Sinhá Amazonas de Figueiredo*”, estivesse apontando para o Governo relações sociais marcadas por uma cultura política baseada na tradição clientelista, regida pelas práticas privadas de apadrinhamento. O nome “*Amazonas de Figueiredo*”, na época da carta da peticionária, apontava para o sobrenome do diretor da Secretaria de Educação, ou seja, sinalizava para pessoas do mesmo grupo de influência do governo de Magalhães Barata. A missivista, ao escrever, sutilmente, elaborou uma estratégia na qual indicava que, se fez o que fez, foi porque teve a permissão de uma pessoa que estava próxima ao Governo; ainda que fosse indiretamente, como esposa do Secretário de Educação, foi a Sra. Amazonas de Figueiredo a responsável por ceder o terreno onde a missivista construiu a barraca.

Com um relato de experiência diferente, mas com assunto semelhante ao da Sra. Narcisa Pinto, a dona de casa Douzilha Costa⁸⁵ escreveu ao interventor, na certeza de que era “*escudada por esta voz partida da plebe*”, consciente de que “*todo o povo do Pará é beneficiado por vossa excelência*”, e “*sabedora de um governo que primava pela Verdade, Justiça e Bondade*”, e desse “*triângulo de ouro*”

⁸⁵ Fundo Gabinete do Interventor, Série: Cartas, 1933, Caixa 3A.

vinha implorar apenas um ponto ao interventor, “A *bondade*” do Governo para que atendesse ao seu pedido.

Para se livrar do aluguel, a Sra. Douzilha Costa, “*tendo angariado um pequeno capital*”, iniciou a construção de uma “casinha” cuja planta foi aprovada pela Prefeitura. Os custos que ela teve com a construção trouxeram como consequência a falta de regularização no pagamento do aluguel. Em débito para com o proprietário da casa onde morava, a missivista foi “*convidada a desocupá-la, com a ameaça de despejo*”. “*Vendo sem abrigo e estando a casa que eu estou construindo oferecendo abrigo, mudei-me para mesma*”. Entretanto, a Sra. Douzilha foi tomada de surpresa pelo fiscal da Saúde Pública, pedindo para que desocupasse a casa, que foi construída com seu próprio esforço, mas sem o amparo das normas legais da Saúde Pública. A missivista “*não tem (tinha) o habite-se daquela repartição*”, para se instalar na nova casa, por isso, recebeu “*uma intimação da hygiene*”. Ao passar por uma situação delicada, percebendo o risco de ficar sem abrigo, a missivista recorreu ao interventor para que ele a autorizasse a morar “*na casinha*” que ainda estava em construção, para isso dava sua palavra “*prometendo-vos a continuação da obra até o termino da mesma*”.

A casa de Douzilha Costa ainda estava com a construção inacabada. A realidade exposta pela signatária mostrava uma das estratégias da Interventoria em adequar Belém às transformações políticas por que o Estado passava. Uma habitação cuja estrutura estava inacabada comprometeria a harmonia do conjunto arquitetônico da cidade, contrastando com os planos do interventor de uma cidade remodelada, limpa e bela.

Como força argumentativa para convencer o Governo de que seu pedido era justo, a missivista apelou para os valores morais, tais como a manutenção da família; ressaltou a responsabilidade que tinha como mãe zelosa, afirmando que “*sendo só tendo como recurso um filho de 9 anos a quem com sacrifício procuro educar*”. Com isso, solicitou a atenção do Governo para sua pessoa, como ela mesma declarou à “*minha humilde pessoa*”. Ela finalizou a carta nos seguintes termos “*na certeza que o vosso coração magnânimo não ficará surdo a minha suplica*”.

É interessante a postura da missivista, em que ela não exigiu do Governo justiça para ficar na “casinha” construída com seu próprio esforço. Seria até prudente da parte dela, afinal a Sra. Douzilha Costa se esforçou para edificar sua

casa, para assim ver-se livre de aluguel. Antes, a missivista apela para o lado emocional do Governo e pediu para que Magalhães Barata a escutasse, quando declarou “*vosso coração magnânimo não ficará surdo a minha suplica*”. Talvez porque reconhecesse que sua situação estava aquém dos padrões disciplinadores do espaço urbano de Belém, instituídos pelo Estado, visto que sua casa estava inacabada e “*não tem(tinha) habite-se*” da higiene, atribuído pela Saúde Pública estadual, e a única forma de mantê-la na casa era fazer o Governo perceber as dificuldades vivenciadas, segundo ela cita, “*por uma mãe zelosa, que tem somente como recurso um filho de 9 anos a quem com sacrifício*” procurava educar.

A Interventoria, como de praxe, encaminhou as duas correspondências, para que dessem o parecer e uma possível resposta aos pedidos das duas senhoras. A carta da Sra. Narcisa Graça Pinto foi encaminhada à Prefeitura Municipal de Belém; como a Sra. Douzilha Costa foi “*surpreendida com uma intimação da hygiene*”, sua carta foi dirigida à Diretoria de Saúde do Estado.

Ao chegar à Prefeitura, a petição de Nº 1314 da Sra. Narcisa Pinto foi entregue à Inspetoria da Fiscalização Municipal, que requisitou um fiscal para as averiguações necessárias da barraca da peticionaria, dentro de uma semana, o fiscal entregou à Secretaria da Prefeitura as informações e as providências que foram tomadas:

Esta inspetoria tomou as necessárias providências para que sejam demolidas e construídas destanciadas da beira da estrada às 2 barracas a que se refere a presente carta dirigida a V.S.excia. major Interventor Federal por Narcisa Graça Pinto, proprietário de uma dellas.⁸⁶

Percebe-se que as formulações discursivas, elaboradas pela Sra. Narcisa Pinto para o interventor, verificadas quando declarou “*na boa vontade que tendes de auxiliar a pobreza desta grande terra*”, no tocante ao que tanto era esperado por ela, não alcançaram o resultado desejado. O “programa de regeneração” da política estadual retirou dessa senhora uma das garantias essenciais de cidadania, o direito à moradia.

⁸⁶ Fundo Gabinete do Interventor, série cartas, caixa 03 A.

A pobreza pela qual passava a missivista foi insuficiente para sensibilizar a Interventoria de modo que transpusesse as normas de urbanização. Com a fiscalização, a casa dela foi demolida, juntamente com outra que estava nas mesmas condições de “irregularidade”, ou seja, fora do alinhando da principal via de entrada e saída da cidade de Belém, o que obrigou a referida senhora a reconstruir sua barraca em local mais distanciado da beira da estrada.

Com relação ao pedido da Sra. Douzilha Costa, a Diretoria de Saúde subscreveu em sua correspondência “[...] verificando que a signatária poderia ser atendida, sem prejuízo da Saúde Pública, foi permitida a ocupação da referida habitação e dado um prazo para cumprimento das exigências regulamentares vigentes”. Pelo descrito, a missivista conseguiu o desejado, que era permanecer na casa que construiu.

É interessante notar o que houve de comum no conteúdo das histórias das missivistas, uma relacionada à “*construção de uma barraca*” e a outra à “*casinha em construção*”. A atuação significativa de duas mulheres que agregaram, como força de argumentação e convencimento e também de exercício político, a referência de pertencimento às suas identidades culturais, eram mulheres, pobres, viúvas e chefes de famílias. Os relatos deixados por elas permitem apreender a “outra cidade”, que passava ao largo dos modos de vida da elite paraense.

As cartas das duas senhoras revelam identidades culturais que expressam múltiplas experiências de mulheres pobres e viúvas que faziam tudo para enfrentar as dificuldades financeiras cotidianas, para conquistar o direito à moradia e de ficarem, no mínimo, livres de aluguéis. Os relatos das duas senhoras demonstram a dinâmica social, vivenciada por pessoas pobres em suas formas de morar na capital do estado, na primeira metade da década de 30, do século XX.

Segundo Nabil Bonduki (2004), as estratégias de desenvolvimento nacional durante a ditadura Vargas (1930-1945) deram um novo direcionamento para a questão da habitação social, na qual a questão de moradia seria encarada de outra forma. O Estado passou a intervir no setor, procurando desestimular a iniciativa privada no investimento no mercado de locação de imóvel.

Desde o início da República, a iniciativa privada desfrutava de regalias fiscais e da ausência de regulamentação nas relações entre locatário e inquilinos, o que favorecia o investimento de capital privado nas construções de casas e vilas de aluguel.

Para Bonduki (2004, p. 73), no governo Vargas, a habitação foi primeiramente entendida como “fator econômico na estratégia de industrialização do país; e segundo, a habitação como elemento na formação ideológica, política e moral do trabalhador”. A intervenção estatal, a partir de 1930, fez-se presente no mercado de locação de imóveis. Respaldados pelo decreto que permitia a gerência do poder legislativo, os interventores dos estados do Amazonas, de Pernambuco e de São Paulo passaram a imiscuir-se na cobrança de valores dos imóveis alugados, proporcionando desconto de 30% nos imóveis que custavam até \$300 réis. Diferente deles, Magalhães Barata estabeleceu certos critérios para a promoção de descontos nos aluguéis de imóveis no Pará, de acordo com o decreto Nº 34, de 25/11/1930:

Artigo 1º - Ficam reduzidas de 25% a contar de 1º de dezembro próximo vindouro as rendas de todos os prédios urbanos existentes no Estado do Pará, cujos aluguéis mensais forem até 150\$000, inclusive;

Artigo 2º Fica reduzido de 30%, a contar de 1º de dezembro as rendas de todos os prédios urbanos existentes no território do Estado do Pará, cujos aluguéis mensais forem de mais de RS. 150\$000 até RS. 300\$000, inclusive;

§Único – Como base para as supramencionadas reduções serão observados os recibos do mês de setembro do corrente ano ou, na falta destes, o do último mês pago pelo inquilino (ROCQUE, 1999, p. 175).

Enquanto nos estados do Amazonas, de Pernambuco e de São Paulo, o desconto foi generalizado a todos os aluguéis, cujos valores eram até \$ 300 réis, no Pará, a intervenção no setor de locação de imóvel foi limitada. O abatimento foi escalonado, o inquilino tinha direito a apenas 25% de abatimento dos aluguéis, que custassem até de 150 réis, o que representou restrições de descontos, quando comparados à proporção concedida pelos outros estados. Era possível adquirir os 30% de desconto, caso os valores dos aluguéis custassem acima de 150 até 300 réis.

Ao possibilitar o desconto e congelamento dos valores dos aluguéis pelo período de um ano, a medida aparentemente mostrou-se popular. Visava, em parte, alcançar as famílias pobres e modestas, mesmo porque as modalidades de moradia da maioria das pessoas com baixa e média renda era a instalação em casas alugadas. Com uma gestão em fase inicial, o Decreto teve apenas o efeito atenuante, no que diz respeito às formas de habitação popular.

Belém é uma cidade margeada pela imensidão das águas barrentas da Baía do Guajará e composta de inúmeros rios, afluentes e igarapés, que adentram e

cortam a cidade, caracterizando-a originalmente como uma cidade amazônica. Na condição topográfica de uma cidade surgida em meio à floresta amazônica, entremeada pelas águas de igarapés e braços de rios, Belém apresenta-se como uma cidade, cujos terrenos em área de terra firme são bastante valorizados. As propriedades existentes nesses locais urbanizados são quase inacessíveis para uma população pobre, cujas rendas são ínfimas, para aquisição de imóveis em locais prestigiados. Resultando para muitas famílias como a única alternativa acomodarem-se em locais periféricos, buscando moradia em áreas desvalorizadas, às proximidades das baixadas, em terrenos alagados, onde o “matagal toma conta” e as “levas de carapanãs dominam” ou a se acomodarem em casas alugadas.

Ipojucan Campos (2009), em interessante estudo sobre casamento, famílias e relações conjugais, nas décadas iniciais do século XX, em Belém, mostra os conflitos e tensões existentes quando havia a tríade “casa x cônjuges x sogra”⁸⁷ no compartilhar do mesmo teto. O autor afirma que isso se dava devido aos altos preços dos aluguéis praticados em Belém, o que forçava os recém casados a dividir a residência com a sogra.

Como se observa na Tabela 1, os valores cobrados pelos imóveis eram bem elevados, principalmente, aqueles localizados no centro da cidade e na área de fluxo comercial, como, por exemplo, nos bairros do Comércio, da Campina e da Cidade Velha, nessas regiões estavam certas ruas, como Padre Prudêncio, Aristides Lobo, Manoel Barata e Primeiro de Março; áreas próximas ao mercado do Ver o Peso e de edifícios públicos, como o Palácio do Governo e o prédio da Prefeitura Municipal, da Alfândega e Recebedoria de Rendas, áreas, portanto, valorizadas.

Tabela 1 – Endereços e valores das casas populares para alugar⁸⁸

ENDEREÇO DAS CASAS	ALUGUEL MENSAL
Avenida Nazareth, 65	400\$000 mil réis
Avenida S. Jeronymo, 78	350 \$ 000 mil réis
Avenida Serzedello Corrêa,98	160 \$ 000 mil réis
Rua Padre Prudêncio, 170	130 \$ 000 mil réis
Rua Pariquis, 23	130 \$ 000 mil réis
Rua Pariquis, 26	150 \$ 000 mil réis

⁸⁷ CAMPOS, Ipojucan Dias. **Para Além da tradição**: casamento, famílias e relações conjugais em Belém nas décadas iniciais do século XX (1916/1940). Tese de Doutorado. PUC/SP. 2009.

⁸⁸ Os endereços e valores que compuseram a tabela procederam do periódico “Folha do Norte”, da propaganda intitulada “Casas para alugar”, de 14 de junho de 1931, p.10, apud CAMPOS, Ipojucan, 2009, p. 265.

Rua Aristides Lobo, 126	120 \$ 000 mil réis
Rua Aristides Lobo, 142	180 \$ 000 mil réis
Rua Manoel Barata, (altos), 118	200 \$ 000 mil réis
Rua Antonio Barreto, 15	60 \$ 000 mil réis
Rua Antonio Barreto, 15	60 \$ 000 mil réis
Rua Antonio Barreto, 17	60 \$ 000 mil réis
Rua Antonio Barreto, 19	60 \$ 000 mil réis
Rua Antonio Barreto, 23	60 \$ 000 mil réis
Rua Antonio Barreto, 25	60 \$ 000 mil réis
Rua Antonio Barreto, 17	60 \$ 000 mil réis
Rua Oliveira Bello, 17F	140 \$ 000 mil réis
Rua Conceição, 28	60 \$ 000 mil réis
Travessa Quintino Bocayuva, 38	160 \$ 000 mil réis
Travessa Quintino Bocayuva, 123B	120 \$ 000 mil réis
Travessa 14 de Março, s/n	100 \$ 000 mil réis
Travessa Frutuoso Guimarães, 132 ^a	180 \$ 000 mil réis
Travessa 1º de Março, 126	110 \$ 000 mil réis
Pinheiro - Travessa S. Roque, 02	130 \$ 000 mil réis
Mosqueiro – N.S. do O	60 \$ 000 mil réis

É possível ver na Figura 6 a localização de algumas das principais ruas do centro.

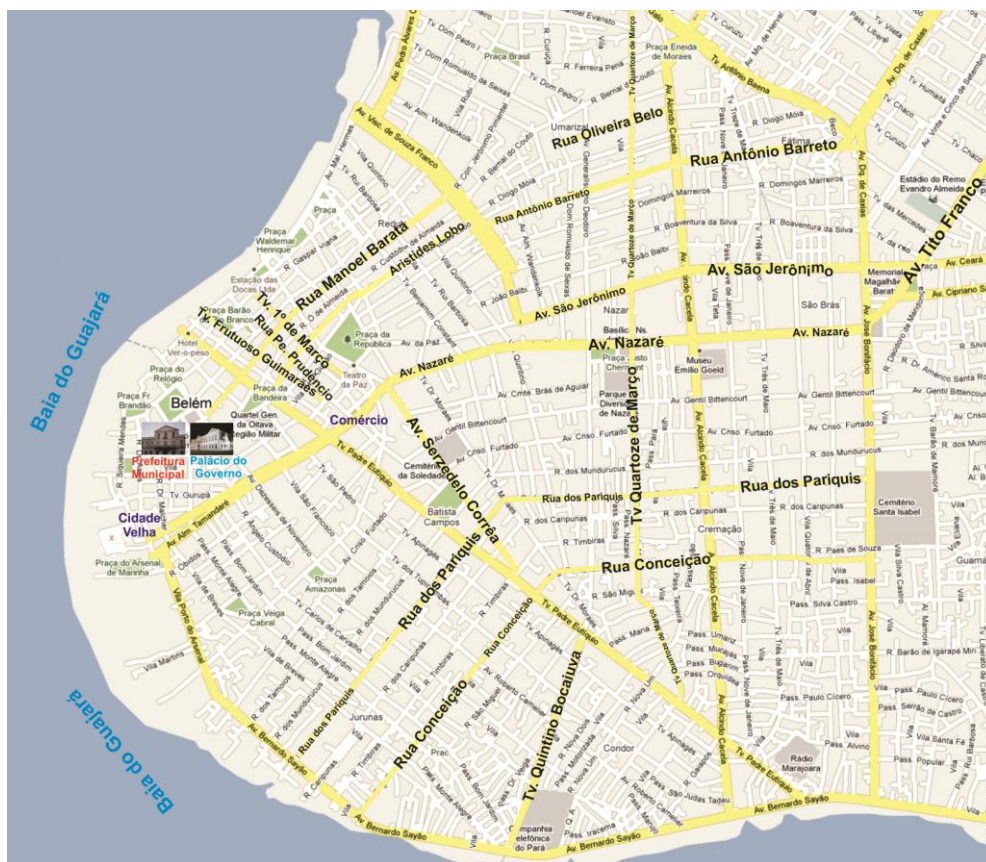


Figura 6: Mapa de Belém referente às principais vias do centro da cidade.
Fonte: Elaboração própria.

Ainda de acordo com a Tabela 1, é possível observar a grande quantidade de imóveis que foi abrangida pelo Decreto, imóveis esses localizados, em sua maioria, em áreas periféricas da cidade, geralmente, áreas sem urbanização ou saneamento, como as ruas dos Pariquis, da Conceição e Antônio Barreto.

A redução dos valores dos aluguéis, apesar de restrita, causou bastante polêmica e alvoroço na cidade, tanto para aqueles que foram agraciados com o abono, quanto para aqueles que foram obrigados a promover o desconto. Os proprietários dos imóveis resistiam à concessão dos descontos.

As tensões e conflitos entre inquilinos e proprietários chegavam ao gabinete do interventor. Respalgadas pela medida, pessoas escreviam ao interventor pedindo providências para que fosse cumprido o que estava previsto pelo Decreto.

Exmo. Snr. Capitão J. de Magalhães Barata.

Affectuoso Saudar.

Venho por meio desta, pedir V.ex. um esclarecimento sobre o que passo a narrar.

Tendo eu a necessidade de alugar uma casa, e como nesse período desocupasse uma de propriedade ou procuradoria do Dr. Carmelino Salgado, falei ao dito snr. e este disse-me que alugaria; mas não pelo decreto n. 34 de 25 de novembro p.p. pois todas as casas de sua propriedade que fossem desocupando, perderiam o direito do citado decreto, e alugaria pelo preço que lhe conviesse, uma vez o novo inquilino sujeitando-se.

Está visto snr. Interventor, que quem não tem outro jeito, sujeitar-se-á; mas uma vez que o art. 3. do decreto n. 34 de 25 de novembro de 1931 diz.

- Os alugueres de todos os prédios existente no território do Estado, reduzidos de accordo com os arnts. 1 e 2. deste decreto, FICARÃO IMUTÁVEIS DURANTE O PRAZO DE DOZE MEZES.

É justo que não está o referido Dr. com direito de saltar os alugueres; pois a casa que me refiro está sujeita ao art. 1. do citado decreto.

Tendo eu me informado com pessoa conhecedora do assumpto, vi, que devia pedir a v. ex. uma providencia, si a razão for minha,

De V. Ex.

Amg. Atto. e Obgdo.

É possível perceber que a pretensão do Sr. Manoel de Melo era alugar um imóvel de acordo com o que estava instituído em lei. Porém, na negociação, o locador aumentou o valor do aluguel, o que levou o missivista a pedir ajuda *“tendo*

eu me informado com pessoa conhecedora do assumpto, vi que devia pedir". Para denunciar o proprietário do imóvel pretendido, o Sr. Carmelino Salgado, o missivista questionou *"É justo que não está o referido Dr. com direito de saltar os alugueres; pois a casa que me refiro está sujeita ao art. 1, do citado decreto"* .

Nota-se que o Sr. Manoel de Melo expressou sua iniciativa de reclamar ao Governo o direito que lhe conferia, quando procurou saber o que a lei indicava para tornar seus argumentos mais convincentes. Primeiro, conseguiu a informação de que precisava junto a quem compreendia das leis.

A partir da informação, o Sr. Manoel Nogueira de Melo teve a iniciativa de denunciar a falta de obediência por parte do locatário, não cumprindo o Decreto Nº34, de 25 de novembro de 1930, que versava sobre a estabilidade dos valores dos aluguéis por um período de um ano, no Pará. Quando é dito que as pessoas se instrumentalizavam para enviar as cartas, é importante perceber que as mesmas queriam fazer valer a lei, e tais argumentos tornavam as reivindicações mais contundentes.

A carta do Sr. Manoel foi transformada em processo e encaminhada do gabinete ao chefe de polícia da capital. Na Delegacia Geral, a carta foi entregue ao 3º delegado auxiliar, Dr. Fernando de Castro, para o procedimento de investigação e averiguação dos fatos. A resposta pela administração pública foi dada em um mês, pelo chefe de polícia. O Sr. Eduardo Chermont comunicou ao interventor:

Informado, tenho a declarar a V. Excia. que esta chefia tomou as necessárias providências no sentido de ser cumprido o despacho de V. Excia. exarado na dita carta, tanto assim que o dr. Carmelino Salgado perante o dr. Fernando de Castro, 3º delegado auxiliar, a quem foi distribuído o caso, se promptificou a alugar a casa ao missivista, de accordo com o decreto ao qual não queria se submeter.

De acordo com a comunicação do policial, observa-se que o missivista conseguiu seu objetivo, de fazer cumprir o direito que lhe assistia, ao expor os artigos com os quais a Lei o beneficiava, o Art. 3 do Decreto Nº. 34, de 25 de novembro de 1931, segundo o qual, *"os alugueres de todos os prédios existentes no território do Estado, reduzidos de accordo com os artts. 1 e 2. deste decreto, FICARÃO IMUTÁVEIS DURANTE O PRAZO DE DOZE MEZES"*. É interessante observar a estratégia do Sr. Manoel de Melo para alcançar seu objetivo, utilizou-se do realce ortográfico, com astuciosa variação de destaques, oscilando entre a

argumentação por meio de frases com letras maiúsculas, em que procurou chamar atenção, salientando, de forma clara, a própria lei que o amparava no seu pleito, por isso, reclamou ao Governo ao arguir *“é justo que não está o referido Dr. com o direito de saltar os alugueres; pois a casa que me refiro está sujeita ao Art. 1 do citado Decreto.”*

Vale observar o grau de conhecimento do Sr. Manoel de Melo acerca do conteúdo do Decreto, apesar de ele ter cometido um lapso em relação ao ano de publicação do Decreto, que era 25 de novembro de 1930 e não como descreve o missivista, 1931. O Sr. Manoel Melo entendeu que o que ele solicitou a Barata não foi um favor e sim a efetivação de um direito inscrito em corpo de “decretos”; instituído pelo próprio Governo, um direito que era seu por força de lei.

Assim, recorreu ao interventor, *“uma vez que vi, que devia pedir a v. ex. uma providencia, si a razão for minha”*. De fato, a razão foi do missivista, visto que foi dado, por parte do Governo, uma solução a sua reivindicação. O que se nota nesse exemplo é uma compreensão clara por parte do missivista de que ele possuía um direito, mas que os proprietários dos imóveis não queriam aceitar. No entanto, persistentemente, o missivista denunciou e exigiu do Governo *“uma providencia”*.

Evidentemente, essa atitude do interventor mostrava claramente que ele se propunha à criação de uma política que vinha conquistar o apoio popular, aos que foram contemplados pela lei teriam muito por que agradecer. Porém, havia muito a se fazer, pois era necessário exigir do Governo que a lei fosse cumprida. Ao perceberem que o Decreto atingia a residência alugada, o inquilino exigia também da Interventoria eficiência na fiscalização e na garantia do cumprimento da lei, a fim de que fosse concretizado o que o Governo preconizava, ainda que restrito, o abatimento do aluguel.

Muitos proprietários de terrenos se recusavam a dar o desconto ou mesmo não reajustavam o aluguel com a redução a que tinha direito. A carta do Sr. Manoel de Melo é um exemplo das tensões existentes entre inquilinos e proprietários. Para o signatário, a ação do Estado deveria estar tão somente na criação da lei, mas, primordialmente, ela precisava ser obedecida, em face disso, se dava o fato de cobrar do Estado a função reguladora e fiscalizadora do Decreto.

Enfim, as estratégias engendradas pelas duas senhoras acima citadas, Sra. Narcisa Pinto e Douzilha Costa, para escaparem dos elevados valores dos aluguéis cobrados em Belém se equiparam, em intenção, às do Sr. Manoel de Melo,

para quem foi importante exigir do Governo o que estava previsto em Lei, a saber, a estabilidade no valor do imóvel, já que os preços se apresentavam nada convencionais para o padrão financeiro das famílias humildes da capital. Essas histórias são alguns exemplos, dentre outras tantas experiências vividas na capital paraense, que demonstram os conflitos sociais enfrentados na busca por moradia.

Tal qual ocorria em Belém, moradores das cidades interioranas, vilas, distritos e colônias rurais também se correspondiam com o interventor Magalhães Barata. Trabalhadores rurais demonstraram ser conhecedores de certos aspectos do discurso ideológico do Governo de Intervenção, exprimindo suas experiências sociais concretas, marcadas pela exploração, desmando e desrespeito em relação às vivências enfrentadas cotidianamente no morar e cultivar das suas terras. Esses sujeitos se apoiaram em certas virtudes sentimentais de Magalhães Barata, sobretudo, em seu sentimento de bondade, generosidade e no seu espírito de justiça como expectativa de atendimento de uma reivindicação para a concretização, na lógica dos requerentes, de um ato de justiça do Interventor. Assim, o capítulo seguinte aborda como, por meio das cartas, comerciantes, agricultores e ribeirinhos, que, formulando noções próprias de justiça, souberam manusear certas diretrizes ideológicas do regime de intervenção com o objetivo de denunciar e reivindicar o direito de usufruírem suas terras.

4. CARTAS DO INTERIOR: “JUSTIÇA SEJA FEITA”

Seguindo a proposta de âmbito nacional de centralização política, Magalhães Barata procurou atuar de forma abrangente no território paraense, implementando uma política de integração regional, com a institucionalização do governo itinerante, pelo qual o interventor se fazia presente nos distantes municípios do Estado. Além disso, destacou suas ações para as áreas de fronteiras. As medidas administrativas abrangiam o controle das esferas municipais em todo território. O decreto nº 72 de 27 de dezembro de 1930, previa alterações referentes à autonomia municipal das cidades localizadas nas regiões fronteiriças que demarcavam o espaço territorial do Pará.

Os municípios de Vizeu, Faro, Itaituba, Juruti, Conceição do Araguaia e Amapá localizados nas áreas limítrofes com outros estados, por exemplo, a partir do decreto, passaram a constituir-se territórios sob a administração direta do Estado, que nomeava delegados para administrá-los. A implicação disso era que as diretrizes definidas para essas localidades seriam gestadas segundo as decisões vindas diretamente do poder instituído na capital.

Com a justificativa de facilitar a implementação de uma administração eficiente e presente nas localidades distantes da capital, o Governo de Intervenção reconfigurou política e geograficamente o espaço territorial paraense. A argumentação para as modificações impostas foi a de que os municípios com receita inferior a R\$ 50\$000 (cinquenta mil réis) seriam incapazes de suprir o pagamento dos serviços básicos exigidos pela autonomia administrativa, apenas davam conta tão somente do pagamento de seu funcionalismo público. O decreto previa, ainda, a anexação dessas cidades a outros municípios que possuíam rendas superiores⁸⁹.

Essas medidas certamente obedeciam a planos maiores, ora, num Governo Intervencionista recém instalado havia a necessidade de se fazer novos arranjos, além de realinhamentos políticos, que se adequassem ao regime vigente, certamente, o resultado disso seria o de neutralizar oligarquias tradicionais locais que viessem prejudicar o andamento das propostas dos grupos políticos que

⁸⁹ De acordo com o decreto nº 72 de 27/12/1930 editado no Diário Oficial do Estado do Pará no dia 01 de janeiro de 1931 os municípios como o de Ponta de Pedras, a época da Intervenção foi denominado de Itaguari, foi anexado ao município de Cachoeira do Arari; Porto de Moz ao de Gurupá; de Salinas ao de Maracanã; o de Prainha ao de Monte Alegre, o de Melgaço ao de Portel. Além desse outros também sofreram essa sanção. Ver Diário Oficial do Estado do Pará, 01 de Janeiro de 1931.

estavam no poder e que faziam parte do processo da implementação dessas modificações.

Se para a Interventoria a reestruturação territorial era o melhor caminho para a condução administrativa estadual rumo ao “progresso” e “desenvolvimento” dos municípios paraenses, para os moradores dessas regiões que perderam a autonomia política e parte de seu território, essas ações representaram desconforto, insegurança, retrocesso e perdas consideráveis.

Apesar de trazer um enredo meio truncado, isto é, com a construção dos parágrafos desorganizada, e que esses, às vezes, se apresentam incompletos na construção das ideias, dificultando o entendimento de seu pedido, a reclamação do Sr. Pedro Carlos de Oliveira⁹⁰ conseguiu mostrar uma linguagem rica e precisa ao definir os lugares específicos da região onde morava, o município de Faro, chamando atenção para os conflitos existentes, ocasionados a partir das modificações nos limites fronteiriços de sua cidade. Nessa carta, o Sr. Pedro de Oliveira mostrou com indignação como o município de Faro “a muitos anos já vem em decadência”, em relação ao município vizinho, Óbidos, “que a muitos anos está percebendo reditos dessas zonas vai em progresso”.

O requerente reclamava que, pelo limite antigo, ainda que houvesse perdas territoriais, a cidade de Faro tinha ao seu dispor um rio, que durante o ano inteiro era navegável, servindo, conseqüentemente, como via de acesso aos ribeirinhos e como garantia de rentabilidade para a região. No entanto, a cidade de Óbidos, que definia fronteira com o município de Faro, impunha outra área como limite, “o lago do Piraruacá, que fica acima do foro da paciência, onde Óbidos quer que seja o limite com Faro”. De acordo com o relato do missivista, essa nova divisão territorial trazia benefício apenas ao município de Óbidos, causando prejuízos financeiros para a cidade vizinha. Em determinado período do ano, a navegabilidade era inviável, o furo que estava próximo ao lago Piraruacá, conforme determinava o município de Óbidos, secava, prejudicando os moradores da cidade de Faro, que dependiam dele para escoar sua produção.

A atitude extravasada de um sentimento ufanista, nutrido em favor de sua terra natal revela as formas como se engendram as disputas e tensões que ocorrem entre aqueles que compartilham experiências sociais diferenciadas, em regiões de

⁹⁰ Fundo Gabinete do Interventor, séries; cartas, 1933, caixa 03 C.

fronteiras, que têm nos recursos naturais as formas definidoras de sustentabilidade. É possível que a preocupação trazida em carta pelo Sr. Pedro de Oliveira tivesse uma conotação que perpassasse pela disputa entre comerciantes moradores dessa região limítrofe, e que a atitude dos burocratas, via gabinete, possibilitando a anexação de um município ao outro, foi incapaz de perceber as diversidades diferenciadas de interesses estabelecidos na localidade.

O Sr. Pedro de Oliveira requisitava justamente a presença de um representante do Governo para averiguar *in loco* a situação, a fim de comprovar a veracidade de seus escritos. Porém, ele destacava que a pessoa escalada deveria ser “idônea”, da inteira confiança do interventor, e devidamente “acompanhada do direito”. O que se pode notar é que o peticionário percebia as condutas duvidosas das ações governamentais de determinados servidores atuantes na região. Confiante no comportamento contrário ao que era propagandeado pelo Governo, baseado nos princípios da justiça, daqueles que eram diretamente ligados ao interventor, o missivista demonstrava, a sua maneira, como ele interpretava a imagem que o Governo vinha construindo e, com base nisso, o Sr. Pedro de Oliveira buscava o Governo, cobrando uma solução.

A interessante pesquisa do historiador Agenor Sarraf (2006) sobre o cotidiano dos habitantes da cidade marajoara de Melgaço, compreendendo o período final do século XIX, e abrangendo inclusive o período de 1930, possibilita perceber a dimensão dos conflitos e inquietações experimentadas pelos moradores das cidades interioranas, que vivenciaram a queda da municipalidade em suas localidades no período que o Pará viveu sob o Governo de Intervenção. Não obstante, os moradores de Melgaço⁹¹ não deixaram em carta, à época da Interventoria, nenhum registro de descontentamento causado pela anexação ao município vizinho de Portel, tal qual fizera o Sr. Pedro de Oliveira, da cidade Faro. Ao menos, infelizmente, não foi possível vislumbrar nenhuma correspondência no Arquivo Público do Estado do Pará proveniente desse município. O trabalho de Agenor Sarraf, sobre a análise dos olhares e das memórias dos antigos habitantes da cidade de Melgaço, amplia a discussão sobre as consequências vivenciadas pelos moradores de cidades menores atingidas pelo decreto. O autor mostrou que as reminiscências de quem viveu pós 1930 acompanham experiências que se

⁹¹ A cidade de Melgaço é um município que compreende ao arquipélago da ilha do Marajó, especificamente na meso-região do Marajó, distante a 290 KM de Belém. **Inventário Cultural do Município de Melgaço**, 1994, p. 7.

traduzem em “decadência, destruição e abandono” (SARRAF, 2006, p. 52). Transformar o município, colocando-o na condição de subprefeitura, na compreensão dos moradores, impediu o soerguimento do desenvolvimento da região.

Segundo Agenor Sarraf, o ano de 1930 emerge na memória social na cidade de Melgaço como marco divisório de tempo, Melgaço anteriormente era uma cidade que vivia o “tilintar do progresso e desenvolvimento”, após esse marco, as memórias convergem para lembranças de decadência, retrocesso e isolamento político.

É possível que as vivências experimentadas com a decadência da região já vinham sendo sentidas com o exercício de três mandatos consecutivos do intendente e coronel Francisco Severiano de Moura e, conseqüentemente, esse sentimento se agravou e se alastrou a medida que o decreto impôs que a região vivesse sob a condição de dependência em relação a outro município, o de Portel.

A forma direta como o Sr. Pedro de Oliveira apresentou sua questão em carta, ou ainda, como demonstraram os moradores de Melgaço, memórias que ficaram marcadas pelas lembranças de um período vivido de atraso e abandono das autoridades públicas, essas atitudes revelaram os desdobramentos e as diversas reações experimentadas pelos moradores das cidades interioranas frente às políticas impostas pelo Governo de Intervenção.

As cartas do interior mostraram, em sua maioria, os diversos lugares de onde vinham⁹², as pessoas escreviam do mais longínquo rincão paraense; de vilas, lugarejos, povoados, colônias e distritos, regiões que ficavam a distância de quilômetros dos municípios aos quais pertenciam, mas que, nem por isso, deixaram de mostrar e apontar ao Governo os problemas cotidianos vividos na localidade, conforme se pode visualizar no mapa da Figura 7.

⁹² As cartas correspondiam aos municípios de Abaetetuba, Acará, Afuá, Alenquer (Tauari), Altamira, Aveiro, Baião, Bagre, Belterra, Barcarena, Bragança, Breves, Bujaru, Cachoeira do Arari, Cametá, Castanhal, Chaves *, Colares, Conceição do Araguaia, Curuçá, Capanema **, Faro, Gurupá, Igarapé-Assu**, Igarapé-mirim, Itaituba, Marabá, Maracanã, Marapanim, Marituba, Mocajuba, Monte Alegre, Muaná, Óbidos, Oriximiná, Ourém, Porto de Moz, Quatipuru, São Sebastião da Boa Vista, São Miguel do Guama, Salinas, Santarem, Soure, São Domingos do Capim, Tomé Assu, Timboteua, Vigia, Vizeu, Alto Moju***. Além desses municípios temos cartas de vilas, de colônias agrícolas e de distritos; Vila de Santa Izabel***, Vila Antônio Lemos, Vila de Pinheiro, Vila de Mosqueiro, Ilha dos Camaleões (Chaves), Itaquará (distrito de Baião), Peixe Boi***, Tauassui (Colônia), Major Barata (colônia), Ilha das Onças, Ponta de Pedras***, Itajurá (Distrito de Colares), Vila Veiga Cabral (Macapá).

*Neste período o município se chamava Santo Antonio de Aruans.

**Esses municípios, à época da Intervenção, tiveram a denominação substituída para Siqueira Campos e João Pessoa e Itaguari respectivamente.

***Atualmente, essas vilas alcançaram a condição de município.

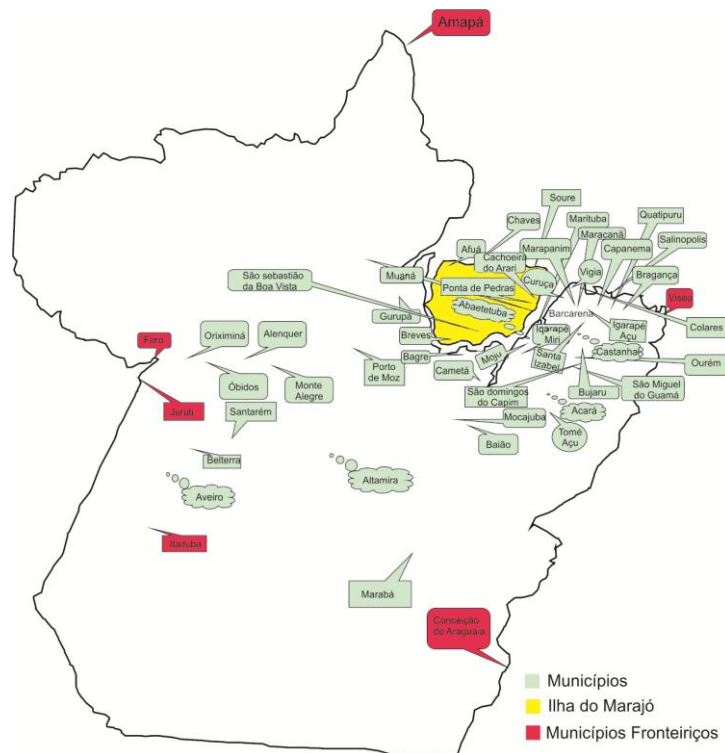


Figura 7: Mapa do Estado do Pará que apresenta os municípios de onde se originavam as cartas do interior
Fonte: Elaboração própria

Essas cartas apresentam uma variedade de pedidos, algumas sinalizam para a total ausência do poder público no lugar, o que se reflete na carência de direitos essenciais dos habitantes da região, como, por exemplo, reivindicação de reformas e suprimentos para os estabelecimentos de ensino na localidade, pedidos de construção de novas escolas, pedidos de remédios, de pensão, dispensa no pagamento de impostos, dentre outros.

Alguns pedidos se assemelham àqueles feitos em Belém, como os pedidos de empregos; em outras cartas, aparece o agravante tão característico nas cidades interioranas brasileiras, queixas e denúncias referentes ao abuso de poder por parte da autoridade pública local.

A maioria das queixas foi, sobretudo, referente aos agentes públicos, as autoridades responsáveis no cumprimento da justiça e segurança na região, ao abuso de poder proferido contra o morador da localidade, especialmente ao agricultor. Há também registro considerável de denúncias e queixas contra as ações de prefeitos ou de pessoas diretamente ligadas a esses.

Procedeu-se também a análise das vivências experimentadas dos sujeitos sociais que recorreram ao interventor em busca de soluções para os

problemas que enfrentavam na concretização da regularização do terreno onde moravam.

As cartas escritas por moradores das cidades interioranas remetem ainda a experiências sociais concretas que sinalizam tensões e conflitos oriundos da disputa pela posse da terra, os atritos geralmente acontecem entre os sujeitos sociais que compartilham experiências cotidianas. Além disso, elas demonstram o movimento e as imbricações existentes entre campo e cidade, sinalizando para dimensões de uma mesma realidade, interligada uma à outra, são homens e mulheres que escrevem do campo, buscando na cidade resoluções para os conflitos que se engendravam no meio rural. Raymond Williams (1989) atenta para a mobilidade existente entre a vida do campo e da cidade, segundo Williams campo e cidade movem-se “ao longo do tempo, através da história de uma família e de um povo, move-se em sentimentos e idéias através de uma rede de relacionamentos e decisões”. (WILLIAMS 1989. p. 19)

As missivas revelam informações e estratégias importantes com o intuito de sensibilizar o interventor. Da localidade denominada Timboteua, região que à época pertencia ao município de Igarapé-açu, em 16 de junho de 1932, Carlos dos Passos Sodré, com a idade de 68 anos, se dizia um “pobre velho, pai de numerosa prole”⁹³, e escreveu pedindo a concessão do título efetivo da terra onde morava. O motivo que levou o missivista a “ocupar alguns momentos da preciosa atenção de V. Excia” foi a ação preeminente do vizinho recém instalado na redondeza, o cearense Manoel Caboclo da Silva, que, juntamente com o irmão e a mãe, questionou o pedido de concessão de licença para recuperação legal do terreno, feito pelo o missivista em setembro de 1929 junto à justiça, em “conformidade com a lei 1584, de 20 de setembro de 1917”.

Carlos dos Passos Sodré declarou que chegou ao terreno “mansa e pacificamente” em 1908, usufruindo dele com a produção de “cultura efetiva e morada habitual”, seu esforço e as benfeitorias que vinha fazendo nas terras de onde tirava seu sustento o encorajaram a requerer a legalização do mesmo no ano de 1929. Contudo, a morosidade da justiça local, somada à improbidade de certos servidores da repartição, permitiu que seu vizinho, Manoel Caboclo da Silva, criasse obstáculos ao direito do Sr. Carlos Sodré ao título de posse das terras onde morava.

⁹³ Fundo Gabinete do Interventor, séries; cartas, 1932, caixa 03.

Nota-se que a história apresentada corresponde a uma situação ocorrida anterior ao Governo da Intervenção, que vinha se estendendo há quase três anos. O agricultor demonstrou ter conhecimento da legislação referente a terras, e do direito que poderia ser auferido a partir dela, e, foi amparado nela, que buscou fazer valer o seu direito de requerer a legalização do terreno.

É possível observar, ainda, que o missivista percebeu a movimentação política do Governo na construção de sua memória, embasada no discurso do desenvolvimento e do progresso do Pará e, ainda, do cumprimento da justiça. Apoiado nisso, o missivista escreveu, relatando que confiava no cumprimento “da justiça rara” em que Magalhães Barata “se acha estribado”.

O Sr. Carlos Sodré denunciava as atitudes de origem duvidosa no “*protesto de Manuel Cabôclo, pelo que elle blasona, foi elaborado dentro da mesma repartição onde elle diz contar com um grande amigo, pelo que ponho de sobre aviso a V.Excia. para melhor poder vigilar*”.

Ao escrever para Magalhães Barata, o missivista trouxe à tona questões outras sobre a conduta administrativa municipal frente às situações tais como a vivenciada por ele. Ao pedido de providência estava vinculada uma denúncia. Carlos Sodré, juntamente com a sua reivindicação, revelava as mazelas de um Estado omissivo e constituinte de uma prática em que a vida pública representava a extensão da vida particular, em que laços de amizade entre servidores, amigos e parentes regiam as decisões nas repartições administrativas, facilitando a execução de fraudes e benefícios que privilegiavam poucos.

A aflição do missivista sinalizava para as consequências que essas práticas traziam, Carlos Sodré reclamava a forma como “o protesto” de Manoel Caboclo da Silva foi emitido pelo poder público, elaborado “clandestinamente”, na mesma repartição em que havia requerido a legalização em 1929, e isso com a ajuda do funcionário público de quem Manoel da Silva era “*grande amigo*”.

O peticionário dava sinais de como ele interpretava o discurso do regime, se valeu da proposta divulgada pelo Governo na implementação de um Estado justo, e em busca disso cobrava coerência, convidando Magalhães Barata a estar atento, “*a vigilar*” o município onde o missivista morava, e a ficar de “sobre aviso” para as posturas dos funcionários públicos, homens do mesmo Governo da Intervenção, mas praticantes de atitudes que iam de encontro ao que era propagandeado pelo discurso de Magalhães Barata.

Além disso, o missivista cobrava agilidade para a solução do seu caso “*creio que ordenareis aos vossos empregados a rápida marcha desde negocio e que eu saiba a seu tempo, que attitude devo conservar. A minha idade reclama sucego, pois conto 68 annos de luta pela vida*”.

Carlos Sodré construiu uma retórica argumentativa que envolve muito mais que uma lógica racional para o seu pedido de justiça, mas que se acrescenta e mistura-se à esfera da sensibilidade e do sentimento, para que o Governo cumpra o que na concepção dele é o correto. O missivista procurou sensibilizar o governo fazendo-o atentar para sua avançada idade. À altura de seus quase setenta anos, mostrava ao Estado que como cidadão deveria estar apenas descansando tranquilamente nas terras que já foram cultivadas com o esforço de seu trabalho.

Outro caso típico que mistura denúncia e pedido de regularização definitiva da terra foi o relato trazido pelo casal de agricultores, Brasileiro Teófilo de Miranda e Cândida Ferreira de Miranda, em carta endereçada a Magalhães Barata, e aproveitavam também a oportunidade para estender o pedido aos vizinhos que passavam pela mesma situação.

De acordo com o relato do casal, eles e outros “*subriviventes dos antigos libertados escravos*” receberam “*pacificamente*” a doação do general Hilario Maximiano Antunes Gurjão, antes de ele partir para a guerra do Paraguai, das terras denominadas “Carajó”, localizadas no município de Vigia de Nazaré.

Apesar de não haver nenhuma menção na carta sobre as identidades étnico-culturais dos habitantes do terreno em litígio, é possível entrever na carta alguns sinais que reportam às identidades afro-brasileiras ou mesmo de uma região habitada por quilombolas, uma vez que os moradores são “*subriviventes dos antigos libertados escravos*”, argumento, inclusive, destacado pelos missivistas por fazerem do seu pedido uma reivindicação coletiva, talvez uma forma estratégica de cobrar do Governo mais agilidade para a solução do caso.

Nota-se que as formas de ocupação dessas terras foram engendradas a partir de relações sociais definidas e construídas no próprio cotidiano dessas pessoas. São perceptíveis, tanto no relato do senhor Carlos Sodré quanto no relato do casal Teófilo e Cândida de Miranda, as formas como esses ocuparam as terras. Tal ocupação se deu de forma natural, a partir da labuta pela sobrevivência diária no cultivo de suas plantações e do estabelecimento de suas moradias.

Entretanto, o casal de agricultores, no usufruto e gozo do cultivo da propriedade, entrou em estado de tensão quando se deparou com a ordem dos:

Erdeiros do Inlutre Portugues, Antonio Ramos de Oliveira, recorrido ou requerido esse Dor. Amaral Brazil, commo advogado e com elle accompanhados chamavam-nos na cidade da Vigia, em audiência particular sem que nos fusse ouvidos das autoridades competentes, o qual mostrando-nos o título de posse, que já fui nullo de preçeito pellos próprios punhos de V^a Sr^a visto ser estes dado clandestinamente por esse Francisco de Moura Talla, outrora intendente na cidade da Vigia, e bem assim uma escriptura de compras das mesmas terras e que justificando-se a verdade também é clandestina [...]⁹⁴

Alegando a ausência de legalidade nos documentos, os missivistas, da mesma maneira como o Sr. Carlos Sodré fez em Timboteua, sinalizaram para a prática de improbidade administrativa por parte dos servidores, justamente aqueles que tinham o dever de zelar pela idoneidade do serviço público, no entanto, eram eles mesmos que agiam de forma contrária. Assim sendo, os agentes públicos foram os responsáveis pela expansão de processos litigiosos que tinham na sua origem a disputa pela posse de terras entre aqueles que já moravam na terra e aqueles que de posse de documentos de origem duvidosa alegavam o direito de tê-la.

Observou-se que na situação apresentada pelo casal de agricultores, os documentos do terreno em questão, o título de posse e a escritura de compra foram facilitados pelo ex-intendente, Francisco de Moura Talla, que, em virtude do cargo, facilitou a existência do título de posse e escrituras de compras para a família de Antônio Ramos de Oliveira. O ex-intendente, representante público, que tinha por obrigação zelar pela imparcialidade na condução de seus atos administrativos em seu município e pelo bem da coletividade, fez exatamente o contrário, agilizou o encaminhamento dos documentos, o que gerou a tensão entre as famílias de agricultores que moravam na área e os herdeiros de Antônio Ramos de Oliveira.

No município de Timboteua, os agricultores apontavam ainda para a desobediência do advogado da família Ramos de Oliveira à autoridade do Governo Intervencionista, uma vez que o governo de Magalhães Barata já havia facultado em

⁹⁴ Fundo Gabinete do Interventor, séries; cartas, 1933, caixa 03 A.

audiência aos agricultores a concessão para usufruto da terra. Amaral Brasil, advogado da família Ramos de Oliveira, recusou-se em aceitar essa decisão e tentava, segundo os relatos dos missivistas, *“leazar e fracaçar as ordens de V^a Sr^a”*, oferecendo-lhes outra proposta, que os agricultores fossem agregados, ou seja, pelo contrato, receberiam um pequeno lote de terra para o cultivo de roça, em troca, pagariam, anualmente, o uso da terra, o que, de acordo com os agricultores, levaria ao prejuízo visto que eram impedidos de *“trabalhar e viver livre em guzo de nossa propriedade”*.

Ressaltavam, ainda, que viviam sobressaltados e sob ameaças há quase quarenta anos. Diante dessa pressão, os agricultores aproveitavam o momento para recorrer ao interventor, *“pedindo-vos esclarecimentos a favor dos nossos direitos se podemos conseguir ficando de posse das terras, commo legítimos proprietários”*.

Dois detalhes importantes são perceptíveis a partir da argumentação dos missivistas, o primeiro é a convicção deles sobre o direito que tinham às terras, segundo, a garantia da liberdade financeira que podiam porventura adquirir como legítimos proprietários, pois não se deixaram seduzir pela proposta do advogado. Os agricultores reconheciam os limites e as consequências que enfrentariam se submetessem a condição de agregados.

Nessa situação, aproveitaram a oportunidade para se comunicar com o representante máximo estadual e exigir dele o cumprimento do direito de ter a posse legal da terra onde trabalhavam e de onde tiravam o seu sustento.

A relação que o homem do campo mantinha com a terra, por meio de todo o trabalho de benfeitorias, traduzido no suor de seu esforço para o cultivo de suas plantações, fortalecia a noção ao direito de reivindicarem para si a propriedade do terreno, e assim exigiam do Governo de Magalhães Barata o cumprimento dessa justiça.

A partir do cultivo de produtos agrícolas, a terra, para esses missivistas, significava o único meio para adquirirem o sustento da família, além de ser o lugar de abrigo, de moradia, portanto, o lugar que representava a sobrevivência e a manutenção da família. A forma como as possuíam, como se apropriavam do terreno, nas palavras dos missivistas *“mansa”* e *“pacificamente”*, se dava, pelo menos, nos seguintes termos: obtendo o pedaço de terra por meio da ocupação espontânea, onde plantavam, colhiam e cuidavam de uma extensão de terra, que, aparentemente, era um terreno abandonado, sem proprietário; ou adquirindo-o por

meio daqueles com que compartilhavam experiências cotidianas, tendo a palavra como único instrumento probatório de doação do terreno. Tanto uma quanto a outra deixavam vulneráveis os agricultores a qualquer indivíduo que posteriormente dela se dissesse proprietário.

As missivas vindas das vilas, colônias e povoados evidenciam modo como os moradores do meio rural reinterpretavam os discursos e propagandas administrativas do Governo de Intervenção nos lugares longínquos do Estado do Pará. Como exemplo, as duas correspondências e seus pontos em comum, seus enredos apresentam situações de corrupção pública ocorridas em gestões anteriores ao governo de Magalhães Barata. Essas cartas apontam as formas como as pessoas responderam ao discurso do Governo. Se a Intervenção estadual alardeava uma gestão justa e correta, que prometia reparar os esbulhos causados pelos governantes passados, os missivistas aproveitavam a oportunidade desse momento para ir em busca das soluções para seus problemas cotidianos. A partir de suas experiências concretas, vividas pela expropriação de suas terras, recorriam ao Governo e exigiam dele a reparação do que justamente ele se posicionava contra. Se o Governo prometia restauração dos erros cometidos no passado, os requerentes nada mais forneciam, através da própria experiência vivenciada por meio de tensões e conflitos oriundos da terra, os elementos para que este viesse a cumprir o que afirmava, isto é, os requerentes ofereciam à Interventoria a oportunidade de realizar o que prometia nos discursos, neste sentido, a partir da leitura que faziam do discurso oficial os requerentes procuravam barganhar benefícios.

O despacho de Magalhães Barata ao pedido de Joaquim Tavares de Sousa, publicado no Diário Oficial, demonstra o desenrolar da política Intervencionista no que tange ao aspecto relacionado à suposta expropriação de terras oriundas da ação direta de acordos políticos, que favoreciam pessoas próximas aos gestores municipais de administrações anteriores. A informação trazida na imprensa oficial era de que Joaquim Tavares de Sousa pedia o retorno ao direito em arrendar um lote de terras de castanhais, que nos “governos passados” havia sido “arbitrariamente”, sob a conivência da prefeitura, arrendado ao major Costa Homem. A resposta do Governo ao peticionário foi:

[...] deferido, é uma reparação justíssima. Declara-se insubsistente o contracto anterior e dê-se ao peticionário. A revolução veio justamente para reparar esses esbulhos que só as prepotências dos governos passados diespostos permitiram⁹⁵.

As páginas deste jornal expressavam oficialmente o modelo de governo que se estava construindo. Priorizava a imagem de uma Intervenção pautada na justiça, sobretudo, na reparação das injustiças que seguiam as práticas viciadas dos conchavos políticos de gestões anteriores. O que contribuía para a construção e consolidação de uma nova memória, estavam sendo tecidos os fios para a elaboração da teia que convergia ao império do fato⁹⁶, isto é, à memória “revolucionária” daqueles que estavam no poder, os vencedores, tendo como base a divulgação das ações do Governo como proposta persuasiva no campo cultural e político.

Pode-se entrever a dimensão das formas propagandeadas da política do Governo Intervencionista. Em lugarejos, vilas, povoados e colônias agrícolas, localizados em regiões onde a comunicação era quase impossível, num período em que também a leitura e a escrita eram privilégios de poucos, fica a questão de como agricultores dessas áreas tão remotas, sujeitos concretos agiram nas circunstâncias sociais que a eles se impunham, buscando no limite das possibilidades a realização de seus interesses.

É provável que a divulgação nos jornais e as ações do Governo itinerante possibilitaram a movimentação de carta da gente do interior, que, assim como na capital, apresentava também suas necessidades. Além disso, é possível também que as sociabilidades construídas cotidianamente no compartilhar, nas trocas de experiências entre os agricultores tenham favorecido o estímulo da produção de cartas, pois, de certo modo, o volume das cartas advindo das cidades menores aponta que os missivistas estavam acompanhando a política que vinha sendo implementada.

As interpretações dos trabalhadores do campo ao vivenciarem as tensões oriundas do risco de perder suas terras demonstraram também o antagonismo existente na gestão de Magalhães Barata, entre as práticas instituídas de poder na

⁹⁵ Diário Oficial, 07 de janeiro de 1931, Secretária de Obras Públicas Terras e Viação. p. 03.

⁹⁶Cf. VESENTINI, Carlos Alberto, 1997.

esfera municipal e as práticas de poder propagandeadas na capital pela Interventoria.

Para os missivistas, o poder local estava ligado ao favorecimento e aos conchavos entre as autoridades, latifundiários e poderosos na região, enquanto que a autoridade do Interventor representava o contrário, trazia a ideia de justiça, de um Estado que vinha se constituindo acima de qualquer interesse ou privilégio.

No movimento de reinterpretar o discurso do Governo, entende-se que com base na concepção de justiça divulgada de que dispunha, Antônia Cavalcante Albuquerque⁹⁷, mulher pobre e “*sem recurso nenhum*”, escrevia dizendo estar “*bem informada do espírito de justiça*” do interventor, por isso recorria a essa “justiça” para pedir a posse legal do lote de terra que já vinha ocupando.

O terreno almejado pela missivista estava localizado no quilômetro 174, às margens da estrada de ferro de Bragança, entre as mediações da parada do trem, denominadas de Bezerra e Vitória, território que estava sob a administração do município de João Pessoa. Sendo assim, a carta foi encaminhada ao prefeito do lugar, que, por sua vez, a devolvia ao gabinete do Governo, informando que daria o título de posse mediante a constatação de que o lote hora pretendido fosse devoluto.

Interessante perceber o significado de justiça para a senhora Antonia Albuquerque, enquanto mulher de origem humilde, necessitando da terra para o sustento. Ela entendia que o Governo seria justo quando lhe entregasse o título de posse da terra que já vinha ocupando, isto é, o reconhecimento de cumprir sua função social enquanto Estado. O lote pretendido tinha um significado de sobrevivência, servia de roça e moradia. Entretanto, analisando a resposta do Governo, os critérios foram outros, o direito somente lhe seria garantido caso a terra estivesse desocupada.

Esperançoso também na justiça do interventor, o Sr. Tiburcio Barbosa da Silva, habitante da mesma região da Sra. Antonia Albuquerque, município de João Pessoa, denunciava o vizinho, o espanhol conhecido como Antonio Gonçalves que havia invadido seu terreno, espalhando fogo no seu roçado. Ele, que antes havia reclamado junto às autoridades locais para solucionar o caso e punir o culpado responsável por destruir suas plantações, se decepcionava com o procedimento dado pelos agentes policiais, “*sube que o grande criminoso foi ao chadrez só para*

⁹⁷ Fundo Gabinete do Interventor, séries; cartas, 1932, caixa 03.

inglez ver, por horas achou graça". Indignado com a impunidade reinante em seu caso, recorreu ao juiz, mas ele não resolveu, apelou, então, para o delegado, e esse nem quis ouvir.

A compreensão do significado de justiça para Tiburcio da Silva, como pequeno agricultor, era de *"que justiça é para fazer justiça, não injustiça"* a quem tem o direito de tê-la. O que se nota nesse excerto é a compreensão clara do missivista de que possui um direito, nesse caso, a reparação da injustiça que vinha sofrendo. Como foram esgotadas as possibilidades de se fazer valer a justiça na cidade onde morava, restou a ele recorrer à instância maior, escrever ao interventor, acerca do qual ele compreendia:

como chefe supremo Exmo. e reto juiz e governador do nosso grande Estado para que tendo meditancia e julgamento fazer-a verdadeira justiça e punição a quem de direito visto a justiça no interior so valer aos que tem capitaes e compadres e afilhados poderozos⁹⁸.

Interessante perceber no relato do requerente, novamente, informações sobre quais critérios regiam as instâncias da justiça local, sinalizando para o caráter limitado de como essa funcionava, impregnada pela lógica das relações pessoais de amizade, poder e interesse entre os indivíduos detentores do poder econômico. Desfaz-se assim a noção de que existe um Estado soberano que governa sem compromissos com poderes instituídos e, segundo os missivistas, de funcionários públicos que agem de forma inapropriada, sem vínculos com uma cultura política que Magalhães Barata iria romper.

A denúncia mais grave foi em relação ao poder judiciário da localidade, que apenas foi presente, zeloso e favorável para quem com ele compartilhava laços, relações pessoais de amizade e interesses. Para Tiburcio da Silva, a justiça em sua região se movimentava conforme o poder aquisitivo, o grau de amizade e a influência relativa aos funcionários da justiça.

É provável que o requerente tenha se decepcionado com o destino que o Governo deu para sua denúncia. Como de rotina, a carta virou processo, foi encaminhada ao município de origem, remetida aos mesmos funcionários da delegacia que anteriormente já haviam tomado conhecimento do fato, o agente de

⁹⁸ Fundo: Gabinete do interventor. Arquivo Público do Pará. Ofícios. Caixa 09.1930 a 1933.

polícia confirmava a invasão do terreno. No entanto, declarava ser impossível apontar o responsável, *“havemos é certo, um culpado, mas este está acobertado pelas sombras da incerteza”*. Se foi descuido ou se proposital, o delegado alegava a ausência de provas, deixava a critério do próprio interventor a decisão. O desfecho resumiu-se em uma subscrição na parte superior da carta, archive-se.

Da vila de Mosqueiro, Vicente Monteiro de Souza⁹⁹, escrevia contando suas aflições. Declarava que fora surpreendido com a intimação do agente de polícia que o impedia *“dos gozos de seus diretos de trabalhar”* no terreno denominado “Pau Grande”, onde morava havia 25 anos.

Na iminência de perder os meios pelos quais adquiria o sustento, o Sr. Vicente de Souza, com *“a prezencia de mão própria”*, elaborou uma carta ao interventor, em que dizia aguardar *“a amável chamada”* para explicar melhor o ocorrido.

Enquanto se aguardava a averiguação das informações prestadas pelo missivista, a carta de Vicente de Souza movimentou quatro órgãos administrativos do Governo, a Prefeitura de Belém, a Subprefeitura de Mosqueiro, a polícia da localidade e o Ministério Público. Do gabinete do interventor, a carta foi enviada ao prefeito de Belém, esse, por sua vez, a endereçou ao subprefeito de Mosqueiro. De posse da carta, Carlos Bentes, subprefeito de Mosqueiro, coletou informações dos sujeitos diretamente envolvidos: o missivista, o agente de polícia e o depositário público.

O servidor encaminhava seu parecer, confirmando que, no terreno em litígio, havia *“uma pequena casa edificada de madeira de lei e coberta com telhas de barro” onde morava o requerente com a família, constatava ainda “a existencia de plantação de arvores frutíferas e roças”*. Informava também que o peticionário estava há tempos no terreno e o adquirira por meio da concessão verbal de José Carneiro da Gama Malcher, Manoel do Carmo Dias (já falecido) e do próprio proprietário do terreno, Fortunato Souza Júnior, que àquela altura, se encontrava no Rio de Janeiro.

Percebe-se no argumento do missivista a referência a um figurante do governo, igualmente como o fez a Sra. Douzilha Costa, a missivista apresentada no capítulo anterior deste trabalho. José da Gama Malcher era presidente do Conselho Consultivo Estadual no Governo da Intervenção nesse período. Seria uma forma

⁹⁹ Fundo Gabinete do Interventor, séries; cartas, 1931, caixa 03.

estratégica de o missivista mostrar que estava ali no terreno porque tinha o aval do governo vigente? É possível revelar também como os colaboradores do Governo de Intervenção procederam na condução da máquina administrativa estadual, ao que parece, a ordem meramente verbal de um figurante no poder tem força de lei na ocupação de uma terra.

De acordo com as informações prestadas pelo agente de polícia, que impedira o agricultor de cultivar no terreno onde morava, ele agira assim em obediência às ordens expressas do depositário público, Adolfo Franco “de *não consentir a devastação das matas*”, exigindo do missivista que suspendesse “*tão somente o trabalho da extração de madeiras*”.

O depositário público se justificava afirmando que o terreno estava sob sua responsabilidade desde fevereiro de 1929, em virtude de o juiz do Rio de Janeiro ter movido ação contra o proprietário do terreno, Fortunato Alves de Sousa Júnior, objetivando cumprir o “*bom desempenho*” que o cargo assim exigia, sendo o terreno de grande extensão e onde havia várias famílias instaladas, solicitou ao delegado de polícia que evitasse que os moradores da área extraíssem madeiras para comercializá-las.

Adolfo Franco, o depositário público, alegava infundada a reclamação do Sr. Vicente Monteiro de Sousa, referindo-se ao fato de que nunca impediu qualquer morador de cultivar suas plantações, apenas proibia a extração de madeiras. O depositário estava apenas “*preocupado*” com a conservação e preservação do terreno que estava sob sua jurisdição.

Ora, o terreno tinha uma vasta extensão, coberto de floresta nativa, o que implicava, nas condições de uma região como a Amazônia, ser sinônimo de uma imensa quantidade e variedade de árvores de alto valor comercial no mercado de exportação de madeira.

Para o Sr. Vicente Sousa, a intimação era interpretada como uma ameaça de despejo porque dela não tinha o título de posse. Da perspectiva do servidor público, esse estava apenas no exercício da sua função, o depositário público cumpria a responsabilidade de preservar o que estava sob seu jugo. Observa-se que conservar a mata nativa podia ser a garantia de um futuro promissor, *a posteriori*, dela poderia ser extraído um valioso dividendo, representado nas raras espécies de madeiras que a floresta em seu estado preservado poderia oferecer, especialmente

para quem tinha nas mãos, num cargo estratégico e articulado com as leis, o “cuidado” de resguardar as matas.

De modo semelhante, utilizando-se do apelo para a preservação e manutenção do patrimônio natural, outra carta, da vila de Caraparú, às margens da estrada de ferro de Bragança, região pertencente à época ao município de Belém, porém sob a administração da subprefeitura de Castanhal, Belmiro Francisco Batista escrevia para o interventor num misto de denúncia e solicitando providência. Denunciava a obstrução da nascente do rio Caraparú, causada pelo chefe da estação ferroviária da vila de Americano, Felipe de Paula, “*que também era comerciante*”¹⁰⁰.

O peticionário reclamava ter encaminhado anteriormente um abaixo assinado dessa queixa à subprefeitura de Castanhal, “*mas infelizmente desde que não tomaram conhecimento é por que não tomaram o curso legal*”. Percebendo a ausência de resposta, após cinco dias, enviou outra carta para a dita repartição, porém “*sem dúvida terá tido o mesmo fim*”. Diante da falta de resposta e, portanto, resolução para sua queixa e convicto de que Magalhães Barata era “*um grande defensor das classes trabalhadoras e que ampara aqueles que são expoliados de seus interesses*”, o missivista, em nome de todos os reclamantes, tinha a esperança de “*que V.Excia. não deixará este meu justo apelo em vão*”.

Por meio de ricos detalhes, o missivista mostrava a importância que tinha o rio para a comunidade local. Belmiro Batista destacava a magnitude que o rio representava aos moradores da região, homem e natureza, uma relação imbricada em torno da preservação, dependência e sustentabilidade. Enquanto recurso natural, o missivista afirmava que o rio Caraparú tinha inúmeras nascentes que percorriam quilômetros e quilômetros de distâncias até desaguar no rio Guamá, um dos importantes rios que contornam a capital. Ressaltava ainda que o rio era uma importante via de acesso e comunicação entre os moradores e entre esses e os municípios vizinhos. O rio Caraparú servia para tráfego de lanchas, barcos e canoas, por fim, representava a fonte de renda para os habitantes e ribeirinhos da redondeza.

Descrevia também seu apelo para o peso histórico do rio, “*é de utilidade fluvial há mais de cento e tantos anos*”. Ressaltava que a comunidade reconhecia o

¹⁰⁰ Fundo Gabinete do Interventor, séries; cartas, 1933, caixa 03 C.

seu valor, tanto que zelava por ele, pois, anualmente, os ribeirinhos faziam a limpeza do rio. Valendo-se dessas características qualificadoras, Belmiro Batista mostrava qual o significado que os habitantes davam ao curso das águas, uma relação que se baseava na reciprocidade, respeito e sobrevivência, ou seja, cuidavam do patrimônio que lhes rendia o pão de cada dia.

Belmiro trazia outro detalhe, que supõe-se ser a melhor estratégia de convencimento, o missivista demonstrava a arrecadação da vila, no valor de “80.000\$000” (oitenta mil réis), com a finalidade de sinalizar para os membros do Governo que era um homem instruído acerca das finanças, certamente, mostrava para as autoridades o quanto reconhecia o que representava a quantia arrecadada pela vila ao município a qual pertencia.

Para se ter uma ideia, o Governo de Intervenção, alegando a incapacidade de autonomia financeira de determinados municípios, com arrecadação inferior a R\$ 50.000\$000 (cinquenta mil réis), em gerenciar os serviços locais, alterou a configuração territorial do estado. O decreto nº 72, de 27/12/1930, anexava os municípios que se enquadravam ao valor estipulado aos municípios que tinham rendas maiores¹⁰¹.

O missivista sinalizava ao Governo que, em termos financeiros, somente a arrecadação da vila quase alcançava 80% para que a região pudesse elevar-se à categoria de município, isto é, de forma clara, o requerente apresentava ao Governo a dimensão da importância da navegabilidade do rio para a região, dessa forma, os moradores garantiam a segurança de tocar os rumos de suas vidas, com tranquilidade, ao mesmo tempo em que mostravam a importância do município para o desenvolvimento da região metropolitana de Belém.

Belmiro, argutamente, demonstrava que os moradores daquela região estavam em consonância com o Governo. Com a quantia arrecadada, eles sinalizavam que a localidade caminhava com o discurso do progresso anunciado pela administração da Intervenção, portanto, era necessário que Magalhães Barata atendesse sua queixa. A carta dava sinais do porquê de ter sido escrita por três vezes, sendo que a última recorria ao representante máximo do Governo. Belmiro Batista apelava para o seu sentimento de justiça, seu relato apontava para tensões e disputas entre comerciantes, e, preocupado com um “certo” futuro previsível de o rio

¹⁰¹ De acordo com o decreto, à época, o Estado do Pará estava constituído em 52 municípios, porém, somente 22 apresentavam arrecadação superior a R\$ 50.000\$000. Diário Oficial, 04 de janeiro de 1931.

“ficar completamente secco”, o que implicaria “o transporte dos gêneros paralisados”, pedia a ação do Governo para evitar que seu comércio também ficasse esvaziado.

A carta de Belmiro revela pontos importantes, o requerente não fala por si somente, em sua reclamação menciona outros moradores, claramente sinalizando para a ideia de que sua reivindicação é coletiva, portanto, o caso requer melhor atenção governamental, talvez uma forma de convencimento de que a ação institucional deveria ser rápida.

Outro ponto importante. Ela revela novamente a ideia de que as autoridades locais são ligadas a vícios administrativos que levam ao favoritismo, impedindo que suas queixas caminhem “o curso legal”. Entretanto, a concepção que os missivistas têm sobre a autoridade do interventor é compreendida de outro modo, é remetida à ideia de justiça e agilidade.

Supõe-se que a admiração que o missivista nutria pela “*grande causa*” do interventor, que “elevou e elevará” seu querido Pará, tenha se esvaído ao receber o resultado de sua carta. Após a conclusão da Diretoria de Agricultura para o fato, o desfecho que o Governo deu para o caso foi: “*Nada há que deferir*”.

A carta foi transformada em processo. Do gabinete, a correspondência foi encaminhada à Diretoria de Agricultura, nesse momento, outro personagem entrou em cena, João Evangelista Filho, inspetor agrícola, que foi escalado para verificar *in loco* a veracidade da denúncia. Demonstrando empenho no cargo que ocupava, o servidor público reuniu informações variadas para “provar” a improcedência da denúncia: elaborou croquis, apontou no desenho a localização do denunciado e ouviu os habitantes das margens acima e abaixo do rio, contudo, no relatório dele, percebeu-se a ausência do depoimento daqueles cuja barragem prejudicava.

João Evangelista apontava para o domínio de conhecimentos técnicos, coletando informação sobre o caso, confirmava a existência de uma roda hidráulica que pertencia ao denunciado, porém, dizia que as dimensões dela passavam ao largo do prejuízo no curso e no nível do rio. Para reforçar seus argumentos, o servidor público trazia também o relato do morador mais antigo do lugar, “o cidadão *Manoel Ferreira da Luz, de 60 anos*”, residente a 300 metros da descida do rio, e dos comerciantes, o inglês Eduardo Paul e o sírio Jorge Homci, situados à margem de cima das mesmas águas, possuidores dos mesmos instrumentos do denunciado.

Resultado: não havia alteração no transcurso médio ou inferior do referido rio. De volta ao gabinete, a conclusão foi dada como encerrada e a carta arquivada.

Se, por um lado, para esses missivistas, os vínculos de amizade dos homens que invadem seus terrenos com os servidores públicos, que colaboram para o conflito em suas terras, são motivos que os levam a recorrer ao interventor para pedir e denunciar, por outro, em outras missivas, são os próprios servidores públicos que, de forma “inescrupulosa”, agem tomando as terras ou impedindo que os agricultores delas tirem seu sustento.

A carta da Sra. Cecília Souza¹⁰² é um exemplo de denúncia contra o servidor público que ameaçava tomar suas terras. Da ilha do Marajó, no município de Muaná, Cecília Souza, denunciava a atuação do recém nomeado agente de polícia na localidade, Francisco Fernandes Filho. A agricultora reclamava que o servidor público, desde que havia assumido o cargo para a região do rio Atatá, se declarava proprietário das terras às margens do referido rio, região denominada de “conceição”, não permitindo que Cecília pudesse se “dedicar a lavoura” de onde tirava seu sustento. Cecília Souza afirmava que as terras pertenciam a ela por direito, eram terras que havia herdado dos avós, tinha como comprovar, dizia que o Governo poderia constatar ao averiguar junto à diretoria de obras públicas. Reclamando a violação desse direito de herança, apelava para a “justiça” de que via o interventor como “legítimo representante”, a fim de que pudesse reaver seu terreno.

Em tom também de denúncia contra agente público, retoma-se a história de Bruno Antônio dos Santos, personagem das páginas finais do primeiro capítulo deste trabalho, escrevendo da cidade do interior, por compreender-se ser este o momento para detalhar suas aflições e experiências em face do risco que corria de ficar sem o lote de suas terras. O missivista escrevia do município de Maracanã pela segunda vez, após ter lido a notícia “*nos jornaes de Belém*” sobre o procedimento do Governo a sua correspondência. A leitura do jornal despertou incertezas quanto à possibilidade de solução para o seu caso ao saber que sua carta tinha sido encaminhada para o juiz de sua cidade, o missivista se antecipou e escreveu novamente para o interventor.

¹⁰² Fundo Gabinete do Interventor, séries; cartas, 1933, caixa 03 A.

O Sr. Bruno dos Santos tinha dúvidas se haveria a aplicabilidade da lei de maneira imparcial na decisão da autoridade pública. Alertava o Governo para o *“grão de intimidade que existe entre essa autoridade e os prefeitos da localidade, adiantava também que não lhe causaria surpresa se o mérito julgado pelo referido juiz fosse contrarias ao direito que reclamo”*¹⁰³.

O que o Sr. Bruno dos Santos pleiteava era o direito de propriedade do seu terreno, situado na área urbana da cidade de Maracanã. O missivista se queixava do secretário da prefeitura, David Martins da Silva, que havia tomado sua terra para “presentear-la” ao seu vizinho. As preocupações do missivista sinalizam claramente para as formas de cultura política constituídas na localidade. É perceptível o descrédito nas autoridades locais, sobretudo nas formas como essas conduzem a justiça na região. As vivências cotidianas dos moradores das cidades interioranas traduziam muito bem a expressão de como percebiam o funcionamento da justiça e os critérios utilizados na condução de sua “imparcialidade”.

Para os missivistas, esses mesmos critérios eram compreendidos de maneira oposta, em se tratando da pessoa do interventor e na forma como esse conduzia o Estado. As pessoas tinham a noção de que havia um governante que faria o que estivesse ao seu alcance para garantir a justiça que pleiteavam.

Se por um lado, o discurso representado pelo grupo político no poder parecia uma construção relativamente de sucesso, por outro lado, para as pessoas que estabeleceram comunicação por meio de cartas, isso representava a possibilidade de uma resposta imediata para a solução de seus anseios. Era o que levava o Sr. Bruno dos Santos, por exemplo, após revelar as incongruências do andamento da justiça na sua região, a finalizar sua carta dizendo que se *“conformaria com o respeitável veredictum que o espírito justiceiro e criterioso”* com que Magalhães Barata trataria o caso em questão.

Nota-se que os missivistas compreendiam que as esferas político-administrativas do Estado, enquanto poder instituído, eram fragmentadas e independentes. A extensão do poder judiciário localizada nas cidades interioranas seguia à parte da lógica da justiça centralizada na capital, é como se houvesse duas instituições administrativas distintas, a do interior seguia uma lógica clientelista, em que os critérios de justiça funcionavam a partir dos laços de amizade, enquanto que

¹⁰³ Fundo Gabinete do Interventor, séries; cartas, 1931, caixa 03.

a centrada na capital era diferente, sobretudo quando se referia à figura do interventor, que denotava critérios de respeito à justiça. Talvez aí, a confiança que, independentemente do parecer do juiz de sua cidade, Bruno Antonio dos Santos depositasse unicamente no interventor, conformando-se com o “*verdictum*” final desse.

Dando prosseguimento à carta do Sr. Bruno do Santos, o funcionário da Secretaria do Interior e Justiça, Fausto Batalha, a retornou ao município de Maracanã, designando, para a tristeza do missivista, exatamente, o dito juiz que o missivista havia denunciado na segunda correspondência. De posse dos documentos, o magistrado encaminhou ao mesmo prefeito a quem o Sr. Bruno dos Santos também havia mencionado. Justamente, os dois sujeitos que tinham laços de amizade.

O prefeito confirmava a existência da propriedade do Sr. Bruno dos Santos, relatava ainda que, no mesmo quarteirão, a vizinhança organizava a arrumação de lotes de terras aforados, adiantava que “*em hypothese alguma*” poderia ser o missivista prejudicado, desde que estivesse “*em pleno vigor o seu direito de emphyteuta*”.

Vasculhando os arquivos da Administração Municipal, sobretudo o Livro de Título de Aforamento de Terras, a Prefeitura dava sua contrarresposta à argumentação do missivista. Apoiado nas regras de aforamento, o prefeito minorou o direito adquirido do Sr. Bruno dos Santos sobre o lote de sua propriedade. O terreno, medindo 33 metros de frente por 75 metros de fundos, adquirido no ano de 1907 pelo senhor Bruno do Santos, estava há 12 anos irregular nos pagamentos dos foros.

Diante de tais evidências, o prefeito reagia “*o facto positivo e concreto que precisa repellir e a insinuação aleivosa e falsa do reclamante*”, visto que “*actos dessa natureza não se pode conceber ate, nos tempos que vao ocorrendo*”. Observa-se que a defesa da prefeitura de Maracanã para essa acusação é sinalizar que as ações de injunções de seus funcionários são baseadas em normas legais para a aquisição da posse da propriedade, como o missivista devia ao Governo, não estava amparado por lei no direito ao terreno. Nessa situação, a justiça preconizada pela Interventoria, no amparo à pobreza, se fez ausente na reivindicação e denúncia do Sr. Bruno dos Santos junto ao órgão público sobre as condições reais de sobrevivência desse pai de família, que se identificava como “*um pobre viúvo e com*

muitos filhos, que também precisam de viver”, as quais foram desconsideradas e sua carta arquivada.

A denúncia trazida em carta pelo Sr. João Soares do Carmo evidencia a movimentação de um lavrador, que, mesmo sendo analfabeto, recorreu ao interventor, pedindo providência na solução de seu problema. Um caso típico que supõe-se exprimir um misto de inocência e ignorância por parte do requerente ao vivenciar a comercialização de três lotes de terras. Sem sinalizar para o responsável que o ajudou a escrever a carta, João do Carmo contou sua triste experiência, denunciando “*a malvadeza*” do tabelião e do indivíduo que comprou seu terreno.

O missivista declarava que possuía cinco lotes de terras, desse total, escolheu três lotes para vender, os de número 03, 22 e 24, para o Sr. Francisco das Chagas. Como morava longe do centro urbano do município de Castanhal, o missivista confiou nas mãos do funcionário do cartório e de Francisco das Chagas o processo de regularização da venda do terreno, posteriormente, com a documentação preparada, retornaria ao cartório para assinar a documentação e concluir a venda dos lotes.

Dessa forma, o Sr. Francisco das Chagas tornou-se proprietário dos lotes do Sr. João do Carmo, todavia, passados seis meses, o missivista vivenciou as preocupações resultantes da forma como foi efetivada a venda desse terreno. Sob a ameaça de despejo vinda do agente de polícia e do “*próprio comprador*”, o Sr. João do Carmo ficou sabendo que os documentos que havia assinado no cartório também garantiam ao novo proprietário o lote de número 20, “*donde estava situada a sua Barraca*” e sua extensa produção agrícola.

O Sr. João do Carmo pedia “*um grande ecílio e ão mesmo tempo pedir pruvidencia*” ao interventor para sua situação. Denunciava que fora enganado quando do processo de transferência da venda da propriedade e providência da documentação, reclamava que o tabelião e o “*comprador*” “*não leram para eu ovir o papeis e como eu não sem ler oralmente, sei asinar o meu Nome, só fiz asinar, mas eu pençando que estava tudo direito*”¹⁰⁴.

O exemplo trazido pela história do Sr. João do Carmo revela as formas de como são construídas as relações sociais entre as pessoas desprovidas do conhecimento básico da leitura e da escrita e as que possuem esse domínio.

¹⁰⁴ Fundo Gabinete do Interventor, séries; cartas, 1934, caixa 04.

Aquelas ficam à mercê da honestidade dessas nas quais depositam total confiança para a conclusão de situações que envolvem valores, imóveis ou comercialização de bens pessoais. A carta sugere ainda uma injustiça praticada contra aqueles que somente sabem escrever o nome e que não são alfabetizados de fato.

João Soares do Carmo mostrava ao Governo a importância que tinha o lote de número 20 para sua família. Além de sua moradia, há 14 anos, vinha cultivando uma variedade de espécies, *“só de laranjeiras tenho plantado entre grandes e pequenas 100 pés, coqueiro 2 pés, cafezão 80 pés, um citio de bananeira, um dito de assai e uma casa de farinha com todos os aviamentos”*.

A correspondência foi encaminhada ao delegado de Castanhal a fim de averiguar a procedência das informações. A autoridade policial, por meio da investigação junto à Coletoria Estadual, confirmava a existência da documentação de transmissão de propriedade, na qual constava a venda dos três lotes, dentre os quais estava o lote de nº 20. Dando prosseguimento na investigação, coletou informações também com o tabelião, esse, por sua vez, confirmou que o referido terreno havia sido vendido por “engano” pelo Sr. João do Carmo, que prometia retornar para retificar o erro, mas não apareceu.

O que resultou dessa investigação foi que o auxílio tão esperado pelo missivista não ocorreu, a justiça propagada pela Interventoria se fez ausente à triste experiência vivida pelo agricultor na mal sucedida comercialização de seu terreno.

O delegado de polícia apenas se limitou a remeter as informações do tabelião e o que estava escrito no documento de venda da propriedade, de posse desse relatório, do gabinete, o peticionário recebeu a conclusão do Governo, *“nada há que deferir procedeu acertadamente o delegado de Castanhal”*, encerrando-se o caso.

Com a reprodução integral desta carta escrita em novembro de 1934 pela Sra. Sebastiana de Moraes Neto, moradora das regiões ribeirinhas do município de Breves, na então Amazônia paraense, têm início algumas observações:

Exmo Snr. Major Interventor Federal

A V.Excia. o mais digno dos homens porque sabe comparar os pobres e os desprotegidos da fortuna assegurando os seus direitos contra a ganância dos mais fortes que venho expor a minha desdita, crente e confiante na verdadeira justiça.

Eu Sebastiana de Moraes Netto, viúva com 53 annos de idade tendo o meu cargo 4 filhos menores, vivia a mais de 32 anos no logar denominado Vista Alegre do Netto, no rio Aranahy no município de Breves de meus esforços na lavoura outros misteres.

Acontece que o Snr. Feliciano de Souza Gouvêia que foi meu concunhado sabendo da situação miserável em que encontrara como presentemente ainda me encontro requereu ao Dr. Juiz de Direito de Breves, por usocapião a pequena sorte de terra em que vivi nesse espaço. E major Magalhães Barata, o Dr. Juiz concedeu-lhe o que lhe foi requerido e passou mandado, fui eu dia, digo nos últimos dias do mez de outubro do corrente anno despojada de minha hulmilde posse e minha pequena choupana. Fui despejada, e se não fosse o amparo acolhedor de uma irmã não saberia onde poderia viver para o ser sustento para as minhas 4 filhas

Major Magalhães Barata V. Excia. como conhecedor das leis e melhor conhecedor das necessidades dos pobres sabe que com 32 annos uma posse mansa e pacifica que a nossa lei garante. E a vós que recorro, é a vos o juiz das causas verdadeiras poderá V. Excia para melhor credito em minhas palavras mandar abrir um inquérito afim de que a justiça se possa fazer. Mais uma vez agradeço a benevolência de V. Excia.

Sebastiana de Moraes Netto

Residente no rio Camarão de Breves¹⁰⁵.

Pelo exposto, o que se percebe é uma insatisfação evidente, que se supõe vir também acompanhada de certa crítica e denúncia às formas de avaliação adotadas pela justiça paraense. O destaque dado pela missivista a sua condição de mulher, viúva, trabalhadora na lavoura e com filhos ainda menores, não que ela estivesse apenas fazendo um uso calculado dessa sua condição com fins puramente utilitários, a fim de alcançar e sensibilizar o coração de um militar no cargo de interventor, antes aponta para as reais dificuldades cotidianas vivenciada por ela, em que a justiça foi incapaz de enxergar a sua condição de chefe de família, preferindo entregar o único meio do sustento dela para seu concunhado. É importante salientar que a história vivida pela missivista é a disputa de terras entre famílias, o que ela reivindicava era o direito à herança do marido, o que fora impedido pelo concunhado.

A missivista evidencia que a sua realidade pedia a averiguação e a ponderação do poder público judiciário, antes da tomada de decisão para despejá-la.

¹⁰⁵ Fundo do Gabinete do Interventor, séries; cartas, 1934, caixa 04.

Atenta aos horizontes ideológicos do Governo e numa condição de expropriação de seu terreno, a missivista pôs em realce o interventor como alguém diferenciado das práticas judiciárias pouco confiáveis, que para ela seria o único capaz de considerar as necessidades dos “pobres” e “desprotegidos”, assegurando seus direitos. Da mesma forma que os outros missivistas, a ribeirinha deu sinais de como ocupou a região, de maneira “mansa e pacífica”, morava no terreno que aparentemente há 32 anos não tinha nenhum proprietário. A peticionária demonstrava também ser conhecedora dos direitos que lhe assistiam, a partir dos anos vividos na terra, para a obtenção do título de posse do terreno. Inclusive, indicando, de certo modo, uma postura de cobrança de que fosse, de fato, cumprido o que a lei garantia para alguém que habitava as terras há tanto tempo.

Quando a correspondência de Sebastiana de Moraes Neto chegou à promotoria da comarca de Breves, as afirmações da missivista foram postas em dúvida. Ao que parece, a carta incomodou a autoridade judiciária local, que, no mínimo, demonstrou as incongruências entre as esferas da justiça na capital e no interior.

Numa extensa exposição de motivos, o promotor de Breves esquivou-se de qualquer responsabilidade direta com a situação vivida pela peticionária. Em resposta ao Desembargador Geral do Estado, relatou que fora seu antecessor que não havia cumprido a ação rescisória já dada pelo Procurador Geral do Estado em favor da Sra. Sebastiana Neto. Acusou-a, ainda, de não ter procurado a Assistência Judiciária para o devido encaminhamento de seus direitos.

Além disso, questionou algumas informações dadas pela missivista, disse ter constatado que a Sra. Sebastiana tinha 20 anos de casada e que, quando se casou, se retirou do terreno para ir morar nas proximidades do Rio Mojú, só retornando já viúva há uns cinco anos. Em vista disso, o promotor indagava “*Como afirmar ella, occupar mansa e pacificamente, o lugar ‘Vista Alegre’, há 32 anos?!’*”. Elencando suas dúvidas, esse continuou a inquirir “*a referida queixosa não sabe ler nem escrever, como assigna legivelmente, a queixa que formulou ao Exmº Sr. Major Interventor Federal deste Estado?’*”

Diferentemente do que argumenta Vanderlei Ribeiro (In: MOTTA; ZARTH, 2008, p. 54) sobre a análise das cartas dos trabalhadores do campo no período do Estado Novo, indicando que os burocratas do regime não questionavam a legitimidade da autoria das cartas da gente do campo, mesmo sendo um tempo de

analfabetismo reinante no meio agrário, vê-se que, no estado do Pará, apesar de ser um caso isolado, a atitude tomada pelo magistrado, inicialmente, desqualificando a pessoa da Sra. Sebastiana Neto, apontando para uma história mentirosa e, em seguida, duvidando da autenticidade da carta da peticionária, porque era analfabeta, numa reação clara da instituição judiciária, agindo pelo lema de que a “melhor defesa é o ataque”, mostra claramente que os brios da instituição foram atingidos e que essa se defendeu de maneira desleal.

O cerne da questão na carta da Sra. Sebastiana Neto é o modo manifesto de uma justiça lenta e injusta atuando em pleno período de Intervenção e que levou à reação de inquietação do promotor da comarca de Breves, contradizendo o próprio discurso do Governo.

A imagem de interventor presente e próximo à população não se restringiu apenas a capital, mas se estendeu por todo o território do Pará. As visitas constantes nos diversos municípios demonstram a tentativa desse Governo em se mostrar presente e atuante para os moradores do meio rural paraense, nos mesmos moldes como era feito em Belém.

Ribeiro (2008) e Dezemone (2008), à luz de uma produção acadêmica recente, criticam a forma como a historiografia abordou o projeto implementado pela política varguista no espaço rural. Segundo os autores, os manuais de História, de forma quase consensual, sustentaram a tese do afastamento dos trabalhadores rurais dos ganhos materiais e simbólicos produzidos no bojo da legislação social de Vargas. Vanderlei Ribeiro aponta, por exemplo, que um dos fatores que permitiram tal interpretação foi construindo pelas produções acadêmicas que justificavam que os camponeses não se mobilizaram durante o Governo de Vargas devido aos acentuados laços de dependência vivenciados historicamente entre esses e os proprietários rurais.

No entanto, compreendendo de outra forma, os dois autores comprovam que o regime varguista também se fez presente no campo. Vanderlei Ribeiro e Marcos Dezemone demonstram que desde a fase inicial do governo de Getúlio Vargas existiram propostas para as transformações agrárias no espaço rural brasileiro, que se acentuaram nos últimos anos do Estado Novo.

Avançando ainda em suas reflexões, analisando o mundo cultural, político, econômico e social dos camponeses, os dois autores mostraram como os trabalhadores do campo responderam, a seu modo, às políticas adotadas no

intervalo histórico da chamada era Vargas. Segundo esses autores, os camponeses recorreram à legislação trabalhista para exigir o cumprimento de direitos.

Vanderlei Ribeiro, por exemplo, no estudo comparado entre a questão agrária no Vargasismo e no Peronismo, analisou as cartas dos trabalhadores do campo endereçadas a Getúlio Vargas no período da ditadura convencionada de Estado Novo. Seguindo uma perspectiva de análise semelhante a Jorge Ferreira, contudo, analisando cartas de trabalhadores do campo enviadas ao presidente, Vanderlei Ribeiro (In: MOTA; ZARTH, 2008, p. 54) demonstra que os homens do campo tanto participaram de maneira intensa do regime, quanto procuraram no discurso do Governo brechas e estratégias para conseguirem atingir seus objetivos, como: acesso à terra, meios para trabalhar (utensílios agrícolas; enxada, por exemplo), soluções para problemas agrários ou mesmo ajuda financeira. Esse autor demonstrou que os trabalhadores rurais aproveitaram a carona da legislação trabalhista, apesar de essa não ter sido estendida formalmente ao campo, para buscar de uma forma ou de outra aquilo que consideravam ser justo.

De modo semelhante, Dezemone (In: MOTA; ZARTH, 2008) contesta a historiografia que esboçava a ideia de ausência, nos regimes ditos “populistas” como o de Getúlio Vargas, de projetos que incorporassem os trabalhadores rurais ao modelo de desenvolvimento capitalista. Tendo como objetos de pesquisas, depoimentos orais de camponeses, a legislação trabalhista sindical e cartas de camponeses, o autor defende que os trabalhadores rurais se apropriaram do discurso oficial de Vargas, propagado na imagem da “proteção” dos pobres e dos humildes. Diante desse discurso paternalista e da construção da memória de um presidente poderoso e corajoso, os camponeses reivindicaram o que consideravam como justo.

A discussão trazida por esses autores dimensionou a perspectiva sobre a produção das cartas advindas do interior paraense. Percebeu-se que homens e mulheres, moradores de cidades-florestas¹⁰⁶, lugares em que coexistiam o rural e o urbano, marcados pelo emaranhado das matas e pelo desenho serpenteado dos rios, responderam, a seu modo, o discurso político do interventor, buscaram se apoiar nas enunciações prometidas pelo novo Governo para reivindicarem o

¹⁰⁶ O historiador Agenor Pacheco (2006, p. 24) utilizou a expressão cidade-floresta para caracterizar a forma singular de ocupação urbana do espaço territorial amazônico em que a lógica da floresta e as experiências sociais concretas de índios, ribeirinhos, afro-indígenas, caboclos e migrantes se fundem, se moldam e misturam-se dentro da dinâmica construída de cidade.

cumprimento e o reparo da justiça para os problemas que vivenciavam no desalojar de suas terras.

Enquanto a historiografia da região sudeste comumente construiu a visão de ausência na ação governamental de Vargas para o campo, que é relativizada pelos historiadores Vanderlei Ribeiro e Dezemone, a historiografia regional categoricamente mencionou a atuação do interventor federal no que tange a sua política de interiorização.

É recorrente nos trabalhos que versam sobre o período da Intervenção no Estado associar a política popular de Magalhães Barata às suas ações no meio rural, com a presença e as visitas constantes que esse fazia aos habitantes das regiões mais longínquas da Amazônia paraense. Horas e horas de viagem de navio, de barco e de canoa, em regiões de difícil acesso, quilômetros de distâncias percorridos com a prática do governo itinerante, em que levavam médicos, remédios e alimentos aos moradores de vilarejos e povoações embrenhadas nas matas ou nas margens de rios e estradas.

Essas abordagens inserem o homem do interior, sobretudo o pobre, em padrões abstratos de análises, generalizando-o e reduzindo-o literalmente à concepção gramsciana de hegemonia¹⁰⁷. Relacionam aos aspectos de liderança política de Magalhães Barata e à consolidação de sua popularidade as suas ações manipuladoras das camadas populares, sobretudo a população pobre da periferia de Belém e os moradores das cidades interioranas.

Sob uma visão reducionista de causa e efeito, José Carneiro (1991), por exemplo, afirmou que as razões que levaram Magalhães Barata à construção de sua imagem popular, o que, por conseguinte, favoreceu a liderança política por quase três décadas, angariando grande prestígio, inclusive até a sua morte, estiveram relacionadas às condições históricas pela qual o estado brasileiro passava. Segundo o autor, devido serem delegados aos interventores poderes políticos discricionários como força de lei, somadas as suas ações que o ressaltavam enquanto chefe político numa realidade estadual de economia caótica, esse fatores corroboraram para a projeção de sua personalidade política.

¹⁰⁷ O conceito de hegemonia no pensamento gramsciano é concebido enquanto direção e domínio, como conquista, através da persuasão, do consenso, forma de oposição e luta contra as classes oponentes. A hegemonia atua não apenas no âmbito do econômico e político da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer que a partir do Estado se engendra um conjunto de relações, experiências e atividades para promover, junto às classes subalternas, seu sistema de crenças. (Cf. BUCI-GLUCKSMANN, Christine, 1990).

Apoiando-se nos argumentos teóricos da tradicional análise sociológica de populismo brasileiro, produzida no século passado, tendo como referência à produção de Francisco Weffort, José Carneiro (1991, p. 163) propôs ir mais além, para a realidade política paraense. De acordo com esse autor, se o projeto ideológico varguista de cooptação das massas foi canalizado para os trabalhadores urbanos, Magalhães Barata seguiu o mesmo modelo, porém canalizou para outro aspecto social, a periferia da urbe belenense e, principalmente, para o meio rural amazônico, assim, defende-se o desdobramento da teoria nos moldes da acepção sociológica do termo, de que no Pará se realizaria uma espécie de “populismo caboclo” adequado às características amazônicas.

Diante dessa argumentação, José Carneiro associou a condição de pobreza vivenciada pelo sujeito de origem humilde à certa propensão de ser facilmente ludibriado pelas artimanhas de políticos astutos, isto é, as necessidades enfrentadas no dia a dia, somadas à ausência total do exercício de seus direitos, as pessoas pobres facilmente se entregariam ao sedutor discurso do interventor, da velha prática do toma lá dá cá, ou seja, entrega-se o pão de que necessitam e em retribuição tem-se aclamação.

As abordagens são unânimes na afirmação de que a presença física do interventor e a prática de uma obra assistencialista no interior contribuíram para o grande prestígio de Magalhães Barata¹⁰⁸, diante o homem pobre, sobretudo o do campo, que retribuía como podia, seja garantindo a eleição de candidatos da coligação partidária de Magalhães Barata, seja consolidando a figura de Magalhães Barata como a de um líder carismático. Nessa perspectiva, a condição de pobreza conduz à caracterização do homem interiorano.

Sem pretender negar completamente as contribuições historiográficas tradicionais, esta pesquisa, por meio das experiências historicamente construídas, registradas no mais antigo meio de comunicação, as cartas, com as quais se esteve em diálogo, questiona o total esvaziamento da atuação dos habitantes do meio rural e das cidades interioranas localizadas e espalhadas nos mais distantes cantos do Pará.

¹⁰⁸ Luzia Alvares reafirma a idéia que a prática de interiorização do governo, com destaque para pessoa de Magalhães Barata corroborava para a formação de sua liderança populista. Cf. ALVARES, 1990, p. 631. Denise Rodrigues também mencionou esse aspecto, apontado como algo inusitado de gestão, que garantiu ao interventor apoio incondicional do interiorano, transformando-o em grande líder. Cf. RODRIGUES, 1979, p. 53.

Os relatos deixados nas cartas das áreas rurais e ribeirinhas foram elucidativos ao evidenciarem as maneiras pelas quais lavradores e ribeirinhos recepcionaram as investidas da política de interiorização proposta pelo Governo. As missivas demonstraram os desdobramentos que homens e mulheres faziam, mesmo sem domínio da escrita, procurando outras pessoas para escrever, à semelhança talvez do que foi apresentado pelo filme *Central do Brasil*¹⁰⁹, a fim de conseguir a solução para suas reais demandas.

É necessário compreender que o espaço amazônico é multifacetado em experiências e culturas plurais próprias da floresta. As variadas histórias trazidas pelos missivistas a partir de suas vivências experimentadas e traduzidas, por exemplo, nas disputas de terras entre famílias, no desleixo por parte do Governo na distribuição de terras para o homem do campo, nas mazelas da administração pública no interior, nas disputas entre comerciantes de cidades vizinhas, demonstram a dinâmica social vivida e de certa forma escondida na imensidão das especificidades ambientais da floresta amazônica.

As cartas sinalizaram para a diversidade de sujeitos sociais, além disso, elas demonstraram que homens e mulheres, remediados e pobres, souberam, a partir das diretrizes gerais da política intervencionista, de modo ativo, aproveitar a possibilidade para negociar com o governo, objetivando alcançar a realização de suas necessidades imediatas.

¹⁰⁹ *Central do Brasil*, filme dirigido por Walter Salles em 1998. A história conta que a personagem Dora escreve cartas para analfabetos na Central do Brasil. Nos relatos que ela ouve e transcreve, surge um Brasil desconhecido. http://www.centraldobrasil.com.br/fr_sin_p.htm.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de pesquisa, às vezes, é passível de surpresa ao historiador. A priori, nesse caminhar, as cartas eram as fontes principais que levariam ao desenvolvimento dos objetivos propostos neste trabalho. Contudo, com o aprofundamento da análise desse material e a ligação deste aos periódicos, percebi que existiam outros dois meios de mediação alinhando-se com a mesma proposta das cartas, eram a institucionalização das audiências públicas e o papel da imprensa que em conjunto colaboraram na construção da memória histórica da Interventoria.

Em minhas reflexões sobre as audiências públicas, destaco três pontos importantes. Primeiramente, uma estratégia utilizada pelo governo de Intervenção no Pará que o diferenciava da política implementada a nível nacional. Acredito que por mais que houvesse orientação do governo central aos interventores de estimularem o envio de cartas a fim de criar mecanismo de aproximação com os diversos segmentos sociais, tal qual fez Getúlio Vargas e o próprio Interventor Magalhães Barata, penso que no Estado do Pará essa prática teve nuances diferenciadas, acrescentou-se também a realização de Audiências Públicas.

Segundo, a institucionalização de um Interventor próximo e aparentemente propenso às preocupações e necessidades imediatas daqueles sujeitos que o procuravam em audiências, através do atendimento face a face com o indivíduo, contribuiu para revestir Magalhães Barata certo status de intimidade com a população. Além de que, dadas as características específicas deste meio de comunicação, exigindo apenas a expressão verbal, essas audiências ampliavam a possibilidade de acesso aos analfabetos.

Terceiro, são os limites e os desdobramentos do uso político desse canal de diálogo, pensados e reinterpretados por diferentes segmentos sociais, isto é, se para o poder instituído foi uma forma de potencializar a imagem popular de Magalhães Barata, no outro, se configurou um caminho aberto aos moradores da cidade e do meio rural, nos limites de suas possibilidades, às possíveis conquistas de direitos.

Incorporadas aos significados políticos das audiências e cartas, as experiências culturais concretas e diversificadas dos missivistas, mediadas pela imprensa, representaram as formas de participação desses agentes históricos no processo de construção da memória do governo de Magalhães Barata. A

publicidade nos jornais das histórias de vidas descritas nas cartas fortalecia a proposta dos dirigentes políticos da Intervenção na implementação de um governo empenhado na suposta moralização das instituições públicas.

Algumas questões não foram devidamente problematizadas ou enfatizadas, por exemplo, há a necessidade de fazer um estudo minucioso e comparativo das cartas publicadas nos periódicos, associando-as as informações dos despachos do governo no diário oficial, certamente um olhar mais atento a esta relação podem redimensionar a proposta desta pesquisa.

A pesquisa no jornal também me levou a atentar reformas existente sistema penal e prisional brasileiro, a ponto de familiares de presidiários ou os próprio presos, amparados nessas reformas, escreverem para o Interventor solicitando liberdade. Acredito que uma investigação mais aprofundada se fará necessário sobre esse aspecto.

Sabemos que muitas correspondências foram extraviadas, porém, as cartas ainda existentes evidenciaram identidades culturais de diferenciados sujeitos anônimos que no diálogo com o governo escancaram suas vidas particulares e demonstraram as especificidades de seus modos de vidas experimentados cotidianamente no espaço urbano paraense, vivenciado pela falta do emprego, de educação, de moradia e de saúde.

O comportamento dos inúmeros personagens desempregados, retratados neste trabalho, demonstrou que estes acompanhavam as mudanças que eram propagandeadas pelo regime de Intervenção, dialogando com suas regras procuravam estrategicamente ressaltar seus valores no sentido de fazer convencer o governo que estes tinham qualidades suficientes para serem absorvidas pelas supostas vagas de empregos que eram divulgadas no programa de reformas do governo, dessa forma, negociavam para terem seus objetivos particulares alcançados.

O que se nota com grande frequência nas cartas, é que muitos peticionários faziam questão de ressaltar suas qualidades morais e identidades específicas, não que isso fosse completamente distante da condição de vida que o missivista enfrentavam, mas o que se percebe que eles supervalorizavam a total condição de desamparo e de pobreza que se encontravam, comumente, encontrei registro de mulheres que se diziam viúvas e pobres, carregadas filhos, completamente desamparadas, sem nenhum membro da família para auxiliar, ao

não ser o “justo amparo do Interventor”, assim como de homens pobres de famílias numerosas, também desamparados, com filhos menores para sustentar, sinalizando ao governo para imediata resposta de seus pedidos, no velho estilo do quem conta um conto aumenta um ponto.

A historicidade das pessoas apresentadas nas cartas mostrou outra dinâmica vivida na cidade, de um cotidiano marcado de necessidades e também de resistências e reações às transformações propostas pelo governo de Intervenção para espaço urbano, sobretudo, para o centro da cidade.

As reformulações para melhorar a estética da urbe não previram nenhuma medida de auxílio para as pessoas que moravam em casas consideradas inestéticas para os padrões da Interventoria ou nos barracos no centro da cidade, contudo, o mesmo meio de mediação que servia para fortalecer a imagem popular de Magalhães Barata foi também utilizado pelos missivistas para demonstrar protestos e resistências, ao mesmo cobrar o auxílio necessário a fim de reparar uma medida implementada pelo poder público que fechou os olhos para as condições precárias de moradia que os requerentes se encontravam. Há a necessidade de um estudo mais apurado a respeito da política de urbanização da cidade de Belém dentro das propostas de reformas da Interventoria, as cartas apenas sinalizam para estas nuances.

As cartas oriundas do interior sinalizaram em sua maioria para os conflitos rurais oriundos da disputa pela posse da terra, elas demonstraram as formas de luta e resistências dos agricultores e ribeirinhos para a manutenção sob seus domínios os terrenos de onde tiravam seu sustento, noções de justiça e das possíveis leis que pudessem ampará-los, reapareceram com tonalidades próprias na interpretação desses sujeitos que deixam entrever as experiências experimentadas cotidianamente do seu arcabouço cultural. Contudo, um olhar atento para um estudo minucioso nas formas de como o Estado nesse período implementou a distribuição de terras na Amazônia paraense é capaz de revelar outras problemáticas vivenciadas no espaço rural sinalizadas pelas cartas.

Enfim, Por meio das cartas pode-se enxergar um Pará a partir do movimento e experiências vividas de seus moradores, tanto do espaço urbano e quanto rural, em meio aos encontros cotidianos pela busca da sobrevivência, pela manutenção das famílias e valores morais. Uma dinâmica social e política que

transpassam tão somente relações de poder articuladas em gabinetes palacianos, mas que também foram sentidas e vividas no ir e vir das vivências sociais cotidianas.

Além disso, a temporalidade que se abriu em 1930 pouco foi comentada pela historiografia brasileira, sobretudo, a atuação dos interventores nos estados, salvo raras exceções, a conjectura política, as relações de poder, interesses e projetos que estão em disputas durante o período de 1930 até 1934 no governo provisório de Getúlio Vargas, seguindo uma política centralizadora com a nomeando Interventores para os estados como objeto de análise há muito a que explorar.

Os livros de história apresentam este período como uma grande lacuna, quando mencionam, de maneira bastante vaga, comenta apenas sobre os aspectos das mudanças oriundas da elaboração da constituinte de 1934. O destaque sempre maior e muito bem historicizado, a meu ver, foi o período do Estado Novo. A impressão que tenho, sem exageros de minha parte, é um imenso vazio, nada acontece, durante o intervalo em que Getúlio Vargas assumiu o poder através de um golpe e até a constituinte, sem disputas, sem conflitos, a história parece caminhar em consonância com o único projeto de Vargas. Contudo é igualmente importante debruçar-se sobre esse período, esta pesquisa demonstrou que existem alguns caminhos, porém se faz necessário revelar pontos que estão cobertos, por exemplo, é necessário fazer um estudo sobre as relações dos interventores brasileiros com o poder central, os desdobramentos e os limites instituídos durante a implementação do governo provisório. Sobre esse aspecto carece de pesquisas.

Enfim, as interpretações expostas a partir das análises das cartas são mais uma de tantas outras possibilidades existentes de se compreender as experiências sociais concretas de sujeitos históricos de origem social diversa e suas formas de participação vivida durante a experiência política da primeira Intervenção governamental no Pará.

6. REFERÊNCIAS

A FOLHA DO NORTE, novembro a dezembro de 1930; janeiro, fevereiro e agosto de 1931. Janeiro e abril de 1932. Julho, agosto, setembro e outubro de 1934.

AGRA, G. F. **A urbs doente medicada: a higiene na construção de Campina Grande (1877-1935)**. Campina Grande, Editora Marccone, 2006

ALMEIDA, Conceição; RITZMANN, Iracy Gallo. O Pilão fardado: história do baratismo (Pará – 1930 a 1935), p.30-42. Apud: FONTES, Edilza (Org.). **Contando a história do Pará**, vol II: Conflitos e os Grandes Projetos na Amazônia Contemporânea (Século XX). Belém: E. Motion, 2002.

ALVARES, Maria Luzia. **Saias, Laços e ligas: construindo imagens e lutas (um estudo sobre as formas de participação política e partidárias das mulheres paraenses (1910-1937))**. Ed. Belém: NAEA, UFPA, 1990.

ARAÚJO, Argemira dos Santos. **O Pará e o governo inovador de Magalhães Barata, no período de 1930/35**. 1990.30f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 1990.

ARAÚJO FILHO, Silvestre Cardoso. **Cenário Político Paraense no 1º Governo do Interventor Federal Magalhães Barata (1930-1935)**. 1997. 49f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ.

BALCÃO, Lier Ferreira. **A Cidade das Reclamações: moradores e experiência urbana na imprensa paulista – 1900/1913**. São Paulo. 172 f. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade do São Paulo, SP, 1998.

BARBOSA, Ilka do Socorro Castro. **Cartas do Povo: Magalhães Barata; correspondência popular em sua primeira interventoria**. Monografia de graduação em História: Laboratório de História. Belém: UFPA, 2005.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ-CENTUR

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Edição anotada por Étienne Bloch. Tradução André Telles. Zahar Editora. Rio de Janeiro, 2001

BOLLÈME, Geneviève. **O povo por escrito**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci e o Estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes: UNESP. São Paulo, 1992.

CAMPOS, Ipojucan Dias. **Para além da tradição: casamentos, famílias e relações conjugais em Belém nas décadas iniciais do século XX (1916/1940)**. Tese de doutorado, São Paulo: PUC-SP, 2009.

CARNEIRO, José Queiroz. **O pessedismo e o baratismo no Pará**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, São Paulo, 1991.

COIMBRA, Creso. **A revolução de 30 no Pará: análise crítica e interpretação da história**. Conselho Estadual de Cultura. Belém-Pará, 1981.

COSTA, Mauro José da; SILVA, Michele Rocha da. **Negociação e populismo em o poder da escrita: Cartas a Magalhães Barata. Uma perspectiva de ensino regional (1930-1935)**. Monografia de Especialização em História da Amazônia pela UNAMA, Belém, 2004.

Cruz, Ernesto. **Ruas de Belém**. 1. ed. Belém: Cejup, 1992.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915**. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2000.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. In: **Projeto História**. História e Imprensa. São Paulo, 35. PUC/SP, 2007. p. 255-272.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. **Estado-nação e construções identitárias. Uma leitura do período Vargas**. In: SEIXAS, Jacy A.; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion (Orgs.) **Razão e paixão na política**. 1. ed. Brasília: Editora UNB, 2002, v.01.p 165.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. Estado-nação e construções identitárias. Uma leitura do período Vargas. In: SEIXAS, Jacy A.; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion (Orgs.) **Razão e paixão na política**. 1. ed. Brasília: Editora UNB, 2002, vol. 1, p 159-180.

DECCA, Edgar Salvadori de. **O silêncio dos vencidos**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs). **O Brasil Republicano, o tempo do nacional-estismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**, vol. 02, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DEZEMONE, Marcus. A era Vargas e o mundo rural brasileiro: memória, direitos e cultura política camponesa. In: MOTTA, Marcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história;**

concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960), vol. 2. São Paulo: UNESP, 2008.

_____. **Do Cativo à Reforma**: colonato, direitos e conflitos, tese de doutorado, ICHF/Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2008.

DIÁRIO OFICIAL: outubro/1929 à janeiro de 1931. Janeiro de 1933. Junho 1984.

DUARTE, Adriano; PAOLI, Maria Célia. São Paulo no plural: espaço público e redes de sociabilidades. In: PORTA, Paulo (org). **História da Cidade de São Paulo – a cidade na primeira metade do século XX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 53-99.

FENELON, Déa Ribeiro (Org.). **Cidades**: pesquisa em história. São Paulo: Olho d'água, 2000.

FENELON, Déa Ribeiro et al.(Orgs.) **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

FERREIRA, Albert de Oliveira. **A 1ª Interventoria de Magalhães Barata (1930-1935)**: discursos, práticas e conflitos políticos no Estado do Pará. 1997. 43f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

FERREIRA, Eduardo Quaresma. **O imaginário político no Pará entre os anos 1930/1935**. Monografia de conclusão de curso, Universidade Federal do Pará Belém – 2002.

FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua história: debate e crítica**: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001.

FERREIRA, Jorge Luiz. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo de Vargas. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990, p. 180-195.

_____. **Trabalhadores do Brasil**: o imaginário popular 1930-1945. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. **O imaginário político no Pará entre os anos 1930/1935**. Monografia de conclusão de curso, UFPA, 2002.

_____. **O Brasil Republicano 2**. O tempo do Nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **O imaginário trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FONTES, Edilza (Org.) Contando a história do Pará, vol. II: **Conflitos E Os Grandes Projetos na Amazônia Contemporânea (Século XX)**. Belém: E. Motion, 2002.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e forças armadas na revolução de 30**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

FUNDO DOCUMENTO DO GOVERNO. Decretos. Caixa 2415-2416.

FUNDO GABINETE DO INTERVENTOR. Série: Cartas. Caixas 03, 03 A, 03 B, 03 C, 04. Anos 1930, 1931, 1932, 1933 e 1934.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádía Battella (Orgs.). **Prezado senhor, prezada senhora**. Estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GOMES, Ângela Maria de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lília Moritz (Orgs.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**, vol. IV, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: **Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, p. 257-58.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOBBSBAWM, Eric. A história vista de baixo para cima. In: **Sobre História: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

KRANTZ, Frederick (Org.). **A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1990.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. Tese de Doutorado. USP. São Paulo, 2006.

LEMOS, Renato. **Bem traçadas linhas: a história do Brasil em cartas pessoais**, Bom texto, Rio de Janeiro, 2004.

LIMA, Maria Inêz Oliveira de. Magalhães Barata: um líder populista no Pará (1930-1935). 1999, 148f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

LOPES, Marcos Roberto Guimarães. **Revolução, imagem e propaganda: Magalhães Barata na sua primeira interventoria: 1930-1935**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado e Licenciatura em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

LOUREIRO, Rita Ester Bezerra. **Memória da Perfeição**: Lembrança, história e herança de Magalhães Barata. 1998, 78f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado e Licenciatura em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém. 1998.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo Notícias e Histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa- 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro et AL. (Orgs.). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Editora Olho D'água, 2000.

MEIRA, Octavio Augusto de Bastos. **Memória do quase ontem**. Rio de Janeiro: Lidor, 1975.

MENDES, Mayara Silva. **Conflitos religiosos e relações política no Pará (1930-1941)**. Dissertação de Mestrado em Social Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 2, **Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MOURÃO, Leila. **Memória da indústria paraense**. Belém: FIEPA, 1989.

MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

O ESTADO DO PARÁ: novembro/ 1930 a maio /1935.

O IMPARCIAL: Novembro a Dezembro de 1930; Janeiro/ 1931 à Dezembro/ 1934; janeiro a outubro de 1935.

PACHECO, Agenor Sarraf. **À margem dos “marajós”**: cotidiano, memórias e imagens da “Cidade-Floresta” – Melgaço-PA. Belém: Paka-Tatu, 2006.

PAES, J. P. (Org.). **Grandes cartas da história**. São Paulo: Cutrix, 1999.

PINHEIRO, Belmira de Jesus Carvalho. Magalhães Barata e suas políticas públicas: manipulação e poder (1930-1934). Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

PORTAL DO FILME CENTRAL DO BRASIL. Disponível em <<http://www.centraldobrasil.com.br/>>.

PORTAL DO SENADOR - Disponível em <[http:// www.senado.gov.br/Legislação/](http://www.senado.gov.br/Legislação/)>. Acesso em:15/10/2009.

PRIORE, Mary Del. **Condessa de Barral**: a paixão do imperador. Rio de Janeiro: Editora objetiva, 2008.

REIS, José Roberto Franco. **Não existe mais intermediários entre o governo e o povo: correspondências a Getúlio Vargas- o mito e a versão (1937-1945).** Campinas.SP, 2002. Tese Doutorado.

RIBEIRO, José Silva. **A revolução de 30 e a educação no Pará: carisma e práticas políticas.** Belém: Sintepp, 1998.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Cartas ao presidente Vargas: outra forma de luta pela terra. In: MOTTA, Marcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história; concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960),** vol. 2. São Paulo: UNESP, 2008.

ROCQUE, Carlos. **Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político.** Vol. I, Belém: Secult, 1999.

_____. **Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político.** Vol. II, Belém: Secult, 2006.

RODRIGUES, Denise Simões de Souza. **Pará/1935: um estudo sobre liderança e conflito.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1979.

SALGADO FILHO, Rosemiro. O Populismo no Pará (1954-1959).1982. 29f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 1982.

SAMUEL, Raphael. Teatros da Memória. In: **Projeto História 14 Cultura e Representação.** São Paulo: PUC-SP/EDUC, fev/1997.

SANTANA JÚNIOR, Leopoldo Nogueira S. Educação e Imaginário Baratista. 1994. 86f. (Especialização em História da Amazônia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

SANTOS, Roque José Rodrigues dos. A Construção do Imaginário no Entorno do Homem Público Magalhães Barata. Monografia de conclusão de curso. UFPA, 2007.

SANTOS, Roque José Rodrigues dos. **A Construção do Imaginário em torno do Homem Público Magalhães Barata.** Monografia de Conclusão de Curso. UFPA, 2007.

SILVA, Eduardo. **As queixas do povo.**Rio de Janeiro: Paz e Terra,1988.

SILVA, Michele da Rocha. **Por um debate historiográfico: o governo de Magalhães Barata (1930-1935).** Monografia de conclusão de curso em História. UFPA, 2001.

SOARES, Karol Gillet. **As formas de morar na Belém da Bellé-époque (1870-1910).** Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em História Social da Amazônia. UFPA, 2008.

SOTO, Ucy. **Cartas através do tempo**: o lugar do outro na correspondência brasileira. Niterói: Ed. UFF, 2007.

SOUSA, Rosana de Fátima Padilha de. **Reduto de São José**: história e memória de um bairro operário (1920-1940). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. UFPA, 2009.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. A revolução de 30 no Pará: A interventoria de Magalhães Barata (1930-1935) In: ALVES FILHO, Armando et al. **Pontos de história da Amazônia**. 2. ed. Belém: Produção Independente, 1999., v.2, p. 09-20.

TEZZA, C. **Bakhtin e os formalistas**. [S. l.:s.n], 1999, Mimeo.

THOMPSON, Edward P. O termo ausente: experiência. In: **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Senhores & Caçadores**: a origem da lei negra. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Revisão técnica: Antonio Luigi Negro, Cristina Meneguello. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VESENTINI, Carlos Alberto. **Teia do fato**: uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: Hucitec Editora, 1997

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WERNECK, M.H. **O homem encadernado**: Machado de Assis na escrita das biografias. Rio de Janeiro: UERJ, 1996

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1979.

_____. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

_____. Você é marxista, não é? Tradução de Maria Eliza Cevasco. In: **Revista Praga**. São Paulo, Boitempo editorial, nº 02, jun/1997.

WOLFE, Joel. “Pai dos pobres” ou “Mães dos ricos”? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. In: **Revista Brasileira de História**. ANPUH/ Marco Zero, v. 14, nº 27, 1994.

Cartas escritas em 1930						
Nome	Temática	Gênero	Endereço	Ano	Localização	Mês/Ano
Antonio Magalhães Rabello	Emprego	Masculino	22 (7) de junho nº 186.Belém	1930	Capital	dez/30
Felix Pereira da Silva	Dinheiro	Masculino	Travessa Barão do Triunfo nº 146	1930	Capital	dez/30
Oficina silva	recontratar serviços oficina	Empresa	Conego siqueira mendes nº 14	1930	Capital	dez/30
João Nepomucemo da Conceição	Denuncia contra portugueses	Masculino	Ru Curuça nº 199	1930	Capital	dez/30
Marcolino Vieira	Regularização salarial	Masculino	Antônio Barreto nº 46	1930	Capital	dez/30
Cirilo Pires Alves	Emprego	Masculino	Rua Bernaldo Couto nº 32	1930	Capital	dez/30
Manoel Gonçalves Castro	Cargo Político(Prefeito)	Masculino	Rua Cameté nº 40	1930	Capital	dez/30
Manoel Gonçalves Castro	Escreve segunda vez	Masculino	Rua Cameté nº 40	1930	Capital	dez/30
maximiano Silvino Cardoso	liberação Venda Cachaça	Masculino	Abaetetuba	1930	interior	dez/30
Ricardo Ramos dos Santos	Emprego	Masculino	Baião	1930	interior	dez/30
Lauro Vianna de Souza	Vaga escolar	Masculino	Vila Santa Isabel	1930	interior	dez/30
Antonio Barroso Filho	prestação contas administração anterior	Masculino	Afuá	1930	interior	dez/30
Bispo Armando bahlmann	Pagamento de predio comprado pelo governo	Masculino	Satarém	1930	interior	dez/30
c. Rodrigues da costa	Reclamação ausencia serviços	Masculino	Alto Moju	1930	interior	dez/30
Vicente Antonio Cardoso	Denuncia	Masculino	Vigia	1930	interior	dez/30
Cartas escritas em 1931						
Antonio cantão de Amorim	Agradecimento Emprego	Masculino	Boaventura nº. 62	1931	capital	set/31
Augusto Uchoa Cavalcante	homenagem ao interventor	Masculino	XXXX	1931	capital	out/31
Antonio fernandes leon	pagameto salarios atrasados	Masculino	São Matheus nº 107 A	1931	capital	abr/31
Genoveva Déa Silva	pagameto salarios atrasados	Feminino	Rua Padre Prudencia 218	1931	capital	dez/31
Hiltom Gurgel de castro	Pedido de emprego	Masculino	Nordeste	1931	capital	set/31
Juvenal L de Souza	Pedido de emprego	Masculino	XXXX	1931	capital	jan/31
Martiniano Moreira da silva	pagameto salarios atrasados	Masculino	(Barco) flotilha do amazonas	1931	capital	out/31
Antonio de A Bastos filho	criação do bicho da seda	Masculino	XXXX	1931	capital	set/31

Charles Jon	pedido de entrevista	Masculino	XXXX	1931	capital	ago/31
Manoel Nogueira de Melo	Pedido de esclarecimento aluguel	Masculino	travessa Gurupá nº 30	1931	capital	ago/31
Francisco de oliveira Conde.	Estudo Assistencia juridica	Masculino	XXXX	1931	capital	set/31
Gilberto Rodrigues	denuncia perseguição emprego	Masculino	XXXX	1931	capital	dez/31
Joaquim Raimundo Notato Lima	Pedido de emprego	Masculino	XXXX	1931	capital	set/31
Waldemar Porosa	Pedido de emprego(escrituario)	Masculino	Manaus	1931	capital	set/31
Octavio Meira	Pedido de emprego	Masculino	XXXX	1931	Capital	XXXX
Augusto B Araujo	Denuncia(preço carne)	Masculino	XXXX	1931	Capital	set/31
Carlos Lopes Vilas Boas	Pedido de audiencia	Masculino	09 de Janeiro 696	1931	Capital	mar/31
Eustachio de Azevedo Miranda	Denuncia(defloramento)	Masculino	Travessa dom Pedro nº 33	1931	Capital	set/31
Frederico Manzano	Ajuda financeira familia	Masculino	AV cipriano Santos	1931	Capital	set/31
Hermenegilda de Araújo Oliveira	pagamento salarios atrasados	Feminino	XXXX	1931	Capital	set/31
Joaquim Raimundo Nonato Junior	pedido de emprego	Masculino	XXXX	1931	Capital	set/31
Manoel Gonçalves Castro	Pedido de informação	Masculino	Rua Cameté nº 40	1931	Capital	ago/31
Pedro Álvares de Azevedo cantão.	Pedido p aceitação de pagamento	Masculino	XXXX	1931	Capital	set/31
cartorio de afuá.	Pedido de emprego	Masculino	XXXX	1931	capital	set/31
cartorio de afuá.	Pedido de emprego	Masculino	afua			set/31
Sebastião R. de Oliveira e Lucio Amorim do Amara	pedidos outros		macapa			set/31
Aurélio dos santos	pedidos outros		breves			set/31
Henrique Jorge Hurley	pedidos outros		breves			set/31
José Paiva	pedidos outros		cachoeiras			set/31
Martinho lutem	pedidos outros		cachoeiras			set/31
Waldemar Passos	pedido de emprego		manaus			set/31
Vicente Monteiro de Souza	pedidos outros		chapeu virado			set/31
Severino Bispo	pedidos outros		igarapé açu			set/31
Manoel Penna	pedidos outros		igarapé miri			jan/31

Raimundo Joaquim vergolino	pedidos outros		itaituba			dez/31
Carlos Mourão	pedido de emprego		joão pessoa			set/31
Bruno Antonio dos santos	pedidos outros		maracanã			set/31
Carlos Faria da Rocha	resposta		pinheiro			set/31
Guilherme Stegmayer	Agradecimento Emprego		ponta grossa			set/31
Joaquim Paulino da Silva	pedido de vaga					set/31
Guiomar Redig David	pedido de material					ago/31
		Cartas escritas em 1932				
Alexandrina Soares Freire	Pedido de Vaga em Escola p filho	Feminino	Guerra Passos nº 76	1932	Capital	jul/32
Americo Dutra	Pedido de audiencia	Masculino	Estrada de São Braz nº 30	1932	Capital	fev/32
Angeolino de Moraes Pereira	Pedido de auxilio	Masculino	XXXX	1932	Capital	jun/32
Anna Carreira Rabello Mendes	Pedido de audiencia	Feminino	Travessa 09 de janeiro nº 65	1932	Capital	jul/32
Antonia silva da costa	Pedido de emprego p o marido	Feminino	Bandeira Branca	1932	Capital	out/32
Antonio Trindade de Britto	Pedido para alistamento	Masculino	XXXX	1932	Capital	jul/32
Armando Penha	Pedido de emprego	Masculino	Travessa Humaitá nº 13A	1932	Capital	dez/32
Brígido da Conceição Coimbra	Pedido de auxilio	Masculino	XXXX	1932	Capital	dez/32
empresa claudino romariz	Pedido de revisão clausula emprestimo	Juridico	XXXX	1932	Capital	nov/32
Domingas de Miranda maia	Pedido para reitegração de posse casa	Feminino	XXXX	1932	Capital	out/32
Elvira Gomes de Souza	Pedido de liberdade p/ o marido	Feminino	rua bandeira branca	1932	Capital	nov/32
Etelvina Antônia Ferreira	Pedido de pagamento de aluguel	Feminino	XXXX	1932	Capital	nov/32
Ricardo de Souza Ribeiro	Pedidod de passagens	Masculino	Fortaleza(ceará)	1932	Capital	dez/32
Francisco Campos	Pedido de audiencia	Masculino	travessa de Breves	1932	Capital	dez/32
Francisco Assis Reinaldo da Silva	Pedido de emprego	Masculino	XXXX	1932	Capital	out/32
Francisco Ferreira de Brito	Esclarecimento de paternidade	Masculino	XXXX	1932	Capital	nov/32
Francisco Lemos	Regularização de uma conta corrente	Masculino	XXXX	1932	Capital	fev/32
Honorina Rodrigues	Denuncia de roubo	Feminino	XXXX	1932	Capital	dez/32

Ignacio Fernandes de Lima	Pedido de auxilio na justiça	Masculino	Entrocamento Estrada de Ferro	1932	Capital	jul/32
João Carlos	Pedido de audiencia	Masculino	rua pariquiz nº63	1932	Capital	jun/32
João de Deus da Costa	Pedido de emprego	Masculino	Av. 22 de junho 186	1932	Capital	set/32
João Horacio e silva	Regularização da pensão	Masculino	XXXX	1932	Capital	mar/32
Joaquina de Mello Medeiros	Pagamento de valor devido pela prefeitura	Feminino	José Bonifácio nº 60 em frente ao cemitério	1932	Capital	jul/32
Jonas Damazio	pedido de ajuda para a mãe	Masculino	Travessa Monte Alegre	1932	Capital	jun/32
José diretor Geral	Informação sobre orminda Fererira	Masculino	XXXX	1932	Capital	jan/32
José Ignácio Vianna	Pedido de audiencia	Masculino	XXXX	1932	Capital	jun/32
Jurval Alves de Alencar	Pedido de emprego	Masculino	Rua Boaventura da Silva nº 98.	1932	Capital	jul/32
Laura Sodrê Cavalheiro de Macedo	Pedido de emprego	Masculino	XXXX	1932	Capital	dez/32
Manoel Dias de Oliveira	Pedido de audiencia	Masculino	XXXX	1932	Capital	set/32
Manoel Coelho da Costa	Pedido de mudança de função	Masculino	XXXX	1932	Capital	mar/32
Manoel dias de Silveira	Regularização de suas terras	Masculino	XXXX	1932	Capital	out/32
Manoel Barboza	Denuncia de perseguição no trabalho	Masculino	XXXX	1932	Capital	jun/32
Maria da Conceição Bastos	Pedido de mesada (pensão) para a filha	Feminino	XXXX	1932	Capital	nov/32
Maria do Carmo Maia	Denucia de perseguição epedido de proteção	Feminino	XXXX	1932	Capital	XXXX
Maria Miquilina de Mello	Pedido de auxilio	Feminino	XXXX	1932	Capital	jun/32
Maria brasileiro rosa	Pedido de Vaga em Escola p filho	Feminino	XXXX	1932	Capital	fev/32
Maria Suzana da Silva	Pedido de passagens para os netos	Feminino	Rua dos Pariquis nº 20	1932	Capital	nov/32
Maria Guilhermina Oliveira	Pedido de auxilio	Feminino	XXXX	1932	Capital	out/32
Moacir de Castro Farias	Pedido de emprego	Masculino	XXXX	1932	Capital	nov/32
Antonia de Oliveira	Transferencia de escola	Feminino	rua D. Romualdo de Seixas	1932	Capital	dez/32
Orminda Ferreira	Pedido de pagamento do tesouro	Feminino	XXXX	1932	Capital	dez/32
Padre Florêncio dubais	Pedido de reforma na igreja	Masculino	Igreja do Prata	1932	Capital	out/32
Raimundo Moura	Pedido de readmissão em emprego	Masculino	Rua 28 de setembro nº 238	1932	Capital	jun/32

Theophila Nascimento	Pedido de audiencia	Feminino	av. ferreira Penna nº111	1932	Capital	jun/32
Vicente Amorim	Pedido para reaver carro	Masculino	XXXX	1932	Capital	out/32
Vinícios C. Nunes	Pedido de passagens	Masculino	XXXX	1932	Capital	fev/32
Vitoria Gallo de Moraes	Pedido de pagamento do tesouso	Feminino	XXXX	1932	Capital	set/32
Virginio Cordeiro	apresenta seus serviços	Masculino	Rua Domingos Marreiros 88	1932	Capital	jul/32
Antônio Brito da Silva	Denuncia de perseguição no trabalho	Masculino	Alenquer	1932	Interior	jun/32
João Barboza da silva	Buscar a filha	Masculino	Altamira	1932	Interior	nov/32
Henrique Lopes Parintins	Denuncia contra promotor	Masculino	aveiro	1932	Interior	jun/32
Antonia Cavalcanti de Albuquerque	Regularização de suas terras	Feminino	Belterra	1932	Interior	out/32
Manoel Martins	Pedido de auxilio pagamento registros filhos	Masculino	Bragança	1932	Interior	dez/32
Manoel Elias de Paula Rosa	Denuncia contra tabelião	Masculino	Bujaru	1932	Interior	jun/32
Maria da Conceição Maia	Pedido de compra de casa	Feminino	Cachoeiras	1932	Interior	dez/32
Francisco Thiago de Leão	Congratulação pela interventoria	Masculino	Cameta	1932	Interior	jun/32
Sebastião Alexandre de Freitas	Cobrança de Divida	Masculino	Capanema	1932	Interior	out/32
Henrique Lopes	Cobrança por trabalho pago	Masculino	Aveiro	1932	Interior	jun/32
João Rafael Rodrigues	Mudança de funcionarios	Masculino	Faro	1932	Interior	set/32
Ricardo de Sousa Ribeiro	Pedidod de passagens	Masculino	Fortaleza(ceará)	1932	Interior	dez/32
Francisco Paes Barreto	Pedido de exoneração	Masculino	Gurupá	1932	Interior	mai/32
Waldemar de oliveira (prefeito)	Denuncia de perseguição	Masculino	Gurupá	1932	Interior	jan/32
Raimundo Lopes Sampaio	Isenção de tributos, impostos	Masculino	Igarape-miri	1932	Interior	out/32
Francisca Sergio de Macedo	Denuncia de ameaças e insultos	Feminino	Ilha dos Camleões	1932	Interior	out/32
Manoel Gonçalves da Cruz	Idenização por trabalho em idade avançada	Masculino	Ituquára Baião	1932	Interior	dez/32
Catharina Martins Pedrosa	Pedido de informação sobre genro	Feminino	Jaboatão	1932	Interior	nov/32
Carlos Passos Sodré	Denuncia de tomada de terreno	Masculino	Tracuateua	1932	Interior	jun/32
Alvaro de Magalhães costa.(Juiz Aposentado)	Pedido de aposentadoria cortado	Masculino	Macapá	1932	Interior	jun/32

Antonio de oliveira	Pedido de pagamento de salario atrasado	Masculino	Maracanã	1932	Interior	mar/32
Higinno Moraes.	Pedido de pagamento de salario atrasado	Masculino	Maracanã	1932	Interior	out/32
Pedro de oliveira Mendes	Pedido de emprego	Masculino	Peixe-boi	1932	Interior	fev/32
Joaquim Noronha	Denuncia de maus tratos de administrador	Masculino	Piheiro	1932	Interior	mai/32
Lucilio de Mattos barbalho	pedido de passagens para a capital	Masculino	Porto-de-Moz	1932	Interior	fev/32
José Antonio da Silva	Pedido de auxilio	Masculino	Siqueira campos	1932	Interior	dez/32
Cartas escritas em 1933						
Aldofino faria	Pedido de audiencia	Masculino	Travessa dr. Moraes nº21	1933	Capital	nov/33
Alexandre Rodrigues da Costa	Pedido de audiencia	Masculino	Travessa Gurupá nº 60	1933	Capital	jul/33
Alfredo Alencar	Pedido de audiencia	Masculino	XXXX	1933	Capital	jan/33
Alfredo Américo Filho	Pedido de audiencia	Masculino	XXXX	1933	Capital	jan/33
Ambrozina Martins Oliveira	Pedido de audiencia Particular	Feminino	Boulevard Dr. Freitas nº 49	1933	Capital	ago/33
Ana Barros de Castro	Pedido de audiencia Particular	Feminino	Praça Brasil nº 37	1933	Capital	ago/33
Antanô de Novaes Farias	Pedido de audiencia	Masculino	Castelo Branco 164 A	1933	Capital	nov/33
Antonia Silva	Pedido de audiencia Particular	Feminino	Avenida Independencia 608	1933	Capital	ago/33
Narcizo G.Brasil Bahia	Pedido de audiencia	Masculino	Vila Carão nº 68	1933	Capital	
Laura Cruz	Pedido de audiencia	Feminino	Trav. Castelo Branco nº 120	1933	Capital	ago/33
Francisco Edgar de Macedo	Pedido de audiencia	Masculino	Rua Dr. Malcher 121.	1933	Capital	ago/33
Rosinda Lima	Pedido de audiencia	Feminino	Av. Serzedelo Correa nº 429	1933	Capital	XXXX
Claudomiro Nazareth (engenheiro agrônomo)	Pedido de audiencia	Masculino	Generalissimo Deodoro nº 108	1933	Capital	ago/33
Antonieta Teixeira Mendes da Paz	Pedido de audiencia	Feminino	XXXX	1933	Capital	nov/33
Antonio	Pedido de proteção	Masculino	XXXX	1933	Capital	
Antônio Silva	Pedido de audiencia Particular	Masculino	XXXX	1933	Capital	jan/33
Armando Corrêa	Pedido de conferencia	Masculino	Travessa São Mateus nº 59	1933	Capital	XXXX
Aurora Saraiva de Lima	Pedido de audiencia Particular	Feminino	Caldeira Castelo Branco 144	1933	Capital	jun/33

Maria Lhosa da Silva	Pedido de conferencia	Feminino	Manoel Teodoro nº 199	1933	Capital	jun/33
Odaléa Sebastiana do Nascimento (aluna da escola normal)	Pedido de audiencia	Feminino	travessa Manoel Evaristo nº 45	1933	Capital	jun/33
Raimundo Faustino	Pedido de audiencia Particular	Masculino	Antônio Barreto 333	1933	Capital	jul/33
Augusto Raul de Borborema	Pedido de conferencia	Masculino	Av. São Bras 125	1933	Capital	XXXX
Elvira Ferreira de Mesquita	Pedido de audiencia	Feminino	T. Magno de Araújo nº 24	1933	Capital	jun/33
Syaio (?) de Carvalho Santos	Pedido de audiencia	Masculino	Pariquis nº 423. V. Maria	1933	Capital	jun/33
dr. Avertano Rocha	Pedido de audiencia	Masculino	Rua dos Mundurucus (vila Maria nº 03)	1933	Capital	jan/33
Camila Bezerra de Souza	Pedido de audiencia	Feminino	Dr. Freitas nº 49	1933	Capital	ago/33
Carlos de sousa Vasconcelos	Pedido de audiencia	Masculino	Rui Barbosa 847	1933	Capital	fev/33
Carmela Guichard Amayo	Pedido de audiencia Particular	Feminino	XXXX	1933	Capital	abr/33
Carmem de Souza Moura	Pedido de audiencia	Feminino	Estrada de São Braz 481	1933	Capital	jan/33
Carolina Cunha	Pedido de audiencia	Feminino	Veiga Cabral 304 (antiga Santo Amaro)	1933	Capital	nov/33
Benedito José Carneiro de Amorim	Pedido de audiencia	Masculino	Residente na rua dos 48 nº39	1933	Capital	fev/33
Cipriano Pereira Tavares.(professor do Instituto Dom Macedo Costa)	Pedido de audiencia	Masculino	Rua Oliveira Belo 130	1933	Capital	nov/33
Clara Campos Guerreiro Filha	Pedido de audiencia	Feminino	Av Ceará nº 125	1933	Capital	jan/33
CLOVIS BARRETO	Pedido de audiencia particular	Masculino	Vila Amazônia, passagem Mac_Dowel nº 11	1933	Capital	fev/33
Cortume maguary	Pedido de audiencia	Juridico	Vila Magary caixa, 176	1933	Capital	nov/33
Dalila das Neves Falcão	Pedido de audiencia	Feminino	Rua dos mundurucus 595	1933	Capital	jul/33
Dalila das Neves Falcão	Pedido de audiencia	Feminino	Rua dos mundurucus 595	1933	Capital	jan/33
Dolores Bezerra de Freitas	Pedido de audiencia	Feminino	28 de setembro 145	1933	Capital	fev/33
Domingos José Dias (conferente do Loyd Brasileiro)	Pedido de audiencia	Masculino	XXXX	1933	Capital	nov/33
José da Silveira Reis	Pedido de audiencia	Masculino	03 de maio 139	1933	Capital	XXXX
Drysanthino Sousa	Pedido de audiencia	Masculino	São Braz 418	1933	Capital	ago/33
Vicente Rolim de Moraes	Pedido de audiencia	Masculino	Trav. 09 de janeiro nº 63	1933	Capital	ago/33
Manoel Pereira da Costa	Pedido de audiencia	Masculino	Trav. Angustura 44, Pedreira.	1933	Capital	ago/33
José da Silveira Reis	Pedido de audiencia	Masculino	Trav. Djalma Dutra nº 07	1933	Capital	ago/33

Nelson Farias Fernandes Bellaz	interior	Masculino	vila do mosqueiro	1933	interior	jan/33
Professora deixou de assinar a carta	interior	Feminino	vila territorio juruti	1933	interior	jul/33
Belmiro Francisco Baptista e outros moradores	interior	Masculino	vila do caraparu	1933	interior	nov/33
Antonio Gonçalves de Lima	interior	Masculino	vila de benfica	1933	interior	jul/33
Sebastião Varela de Oliveira	interior	Feminino	vila do mosqueiro	1933	interior	nov/33
Maria Apolinaria da Costa	interior	Feminino	vigia	1933	interior	fev/33
Jonas José Ferreira	interior	Masculino	Vigia	1933	interior	ago/33
Maria Pinto	interior	Feminino	vigia	1933	interior	jul/33
Brasilliana e esposa(Candida)	interior	Masculino	vigia	1933	interior	jan/33
Undine Chaves	interior	Feminino	tauhiy	1933	interior	ago/33
Sergentino Ferreira Xavier	interior	Masculino	colonia jose de alencar	1933	interior	nov/33
Aquelina Mendes	interior	Feminino	são joaquim	1933	interior	dez/33
Archimino Cardoso de Athayde	interior	Masculino	são miguel do guama	1933	interior	mai/33
Antonio Alexandrino Gomes	interior	Masculino	são miguel do guama	1933	interior	nov/33
Laudemira Palacio	interior	Feminino	santarem	1933	interior	nov/33
Gentil Eloy de Figueiredo	interior	Masculino	santarem	1933	interior	abr/33
Raymundo Colombo dos Santos	interior	Masculino	santa izabel	1933	interior	nov/33
abaixo assinado rio anajás	interior	Juridico	afua	1933	interior	fev/33
Odalia Mendes de Castro	interior	Feminino	rio acará	1933	interior	ago/33
Ricardo Leal Pimenta	interior	Masculino	Colonia Ingles de Sousa (Linha Pedra Grande)	1933	interior	nov/33
Raymundo Machado de Siqueira, Estavam Lucas, Joana Machado, Angela Machado	interior	Masculino	"fazenda "augusto montenegro"	1933	interior	jan/33
Clarindo martinho de sousa	interior	Masculino	Pinheiros	1933	interior	mar/33
Pedro Delgado de Mattos	interior	Masculino	vila de benfica	1933	interior	jul/33
Paulo Moacir dos Santos Carvalho	interior	Masculino	obidos	1933	interior	nov/33
Maria Meirelles Muniz	interior	Feminino	obidos	1933	interior	mar/33
Adolpho Gonçalves	interior	Masculino	obidos	1933	interior	jul/33

cartas escritas em 1934						
Astreá Sanal da Silva	Pedido de audiencia	Feminino	XXXX	1934	Capital	mar/34
Adeladia de Sousa	Pedido de audiencia	Feminino	Dr. Freitas nº 1187	1934	Capital	out/34
Estevão Alves Barbosa	Pedido de audiencia	Masculino	Travessa do Chaco 1188	1934	Capital	XXX
Laura Lorette da Silva	Pedido de audiencia	Feminino	Barão do triumpho 1109	1934	Capital	mar/34
Lucinda A de oliveira Tavares	Pedido de audiencia	Feminino	Curuça 537	1934	Capital	fev/34
Neide Lima	Pedido de audiencia	Feminino	rua coronel Juvêncio nº37	1934	Capital	mar/34
Osmarina Correa	Pedido de audiencia	Feminino	XXXX	1934	Capital	mar/34
Palmira Amorim	Pedido de audiencia	Feminino	Dom Romualdo de Seixas 840	1934	Capital	mar/34
Francisca Santos	Pedido de audiencia	Feminino	Padre Prudêncio.nº 94	1934	Capital	jan/33
Estevao alves barbosa	Pedido de audiencia	Masculino	T.DO CHARCO,1188	1934	Capital	XXX
Alberico Leal Ferreira	Denuncia	Masculino	Travessa Nina Ribeiro nº 87, bairro Canudos	1934	Capital	set/34
Alex Rodrigues Seabra	Denuncia	Masculino	XXXX	1934	Capital	out/34
Ambrosina Xavier Affonso	Denuncia	Feminino	XXXX	1934	Capital	out/34
Anna Ignacia de Moraes	Denuncia	Feminino	XXXX	1934	Capital	
Antonio Barros	Denuncia	Feminino	XXXX	1934	Capital	mai/34
Antonio Luiz da Silva	Denuncia	Masculino	XXXX	1934	Capital	
Antonio Souza	Denuncia	Masculino	Av: 25 de setembro 697	1934	Capital	ago/34
Roza Maria da Conceição e Silva	Denuncia	Masculino	XXXX	1934	Capital	XXX
XXXX(contra) Antonio Ferreira	Denuncia	Masculino	XXXX	1934	Capital	set/34
Gonsalo Mathias Guedes	Denuncia	Masculino	XXXX	1934	Capital	jun/34
judillhe Azevedo da rosa	Denuncia	Masculino	XXXX	1934	Capital	mai/34
Operarias da usina de Castanhas e tecidos	Denuncia	Juridico	XXXX	1934	Capital	mai/34
Raymundo Assunção Queiroz	Denuncia	Masculino	Rua theodomiro Martins Nº 217.	1934	Capital	set/34
Sr. Pedro	Denuncia	Masculino	XXXX	1934	Capital	set/34
Simeão de Castro Assumpção	Denuncia	Masculino	XXXX	1934	Capital	jun/34

Tiburcio Ribeiro de Andrade	Denuncia	Masculino	XXXX	1934	Capital	jul/34
Adalberto de oliveira Magalhães	Pedido de emprego	Masculino	XXXX	1934	Capital	nov/34
ADOLFO BENTEL	Pedido de vencimento atraso	Masculino	XXXX	1934	Capital	set/34
Agastinha Neves Campos	Pedido de emprego	Masculino	XXXX	1934	Capital	mar/34
JOSE DA SILVA PRIMO	Esclarecimento	Masculino	XXXX	1934	Capital	nov/34
Américo Carneiro Brasil	Pedido de emprego	Masculino	XXXX	1934	Capital	jun/34
Ana carvalho(pobre viúva)	Pedido de emprego	Feminino	Gentil Bitencourt nº 1218.	1934	Capital	fev/34
Antonio de Sousa santos.	Pedido de emprego	Masculino	XXXX	1934	Capital	XXX
Antonio Pinto Lobato	Pedido de emprego	Masculino	rua 13 de maio nº14	1934	Capital	XXX
Antonio Soares Mendes	Pedido de emprego	Masculino	XXXX	1934	Capital	XXX
Astria Barral da Silva	Pedido de emprego	Feminino	Vila União nº163	1934	Capital	mar/34
Augusto da Silva Brito	Pedido de emprego	Masculino	XXXX	1934	Capital	XXX
Avelina Soares de Melo	Pedido de emprego	Feminino	Trav. Gurupá 169	1934	Capital	nov/34
Américo Paranhos chaves	Pedido de emprego	Masculino	XXXX	1934	Capital	mai/34
LAURINDO DE CASTRO	Pedido de emprego	Masculino	XXXX	1934	Capital	nov/34
Benedito oliveira dos santos	Pedido de emprego	Masculino	XXXX	1934	Capital	nov/34
CAMILA SILVA	Pedido de emprego	Feminino	XXXX	1934	Capital	nov/34
Carlos Ajuino	Pedido de emprego	Masculino	rua Ângelo Custodio nº33	1934	Capital	mar/34
CARLOTA VIEIRA FERREIRA	Pedido de emprego	Feminino	XXXX	1934	Capital	nov/34
Cathariano Rissis Tavares	Pedido de emprego	Masculino	XXXX	1934	Capital	XXX
Celina de Paiva Proença	Pedido de matricula no pão de sto antonio	Feminino	Paroqui são josé de queluz	1934	Capital	mar/34
ADOLFO BENTEL	Pedido de vencimentos atrasados	Masculino	RUA JOAO BALBI, 617	1934	Capital	set/34
Danilo Ramos Cunha	Pedido de emprego	Masculino	D. Romualdo de Seixas nº 760	1934	Capital	mar/34
Raimundo dos Santos Sousa	Pedido de emprego	Masculino	Rua Acipreste Manoel Teodoro nº 50	1934	Capital	out/34
Ernesto Reis Braga	Pedido de emprego	Masculino	XXXX	1934	Capital	mar/34
ESTEVAO ALVES BARBOSA	Pedido de vencimentos atrasados	Masculino	T.DO CHARCO,1188	1934	Capital	XXX
CARMINO CORENJA	Pedido de emprego	Masculino	MANOEL EVARISTO. 528	1934	Capital	XXX

Raymunda Nonata Pinheiro	Interior	Feminino	ilha do marajo	1934	Interior	out/34
João Felipe de Almeida	Interior	Masculino	XXXX	1934	Interior	set/34
Sartunino Laurindo Benjamim	Interior	Masculino	caldeirão-macapa	1934	Interior	fev/34
Gentil Tavares	Interior	Masculino	itaguary	1934	Interior	out/34
Augusto Uchoa Cavalcante	Interior	Masculino	joão pessoa	1934	Interior	mai/34
Antonio Lopes da Cunha	Interior	Masculino	joão pessoa	1934	Interior	nov/34
João Rodrigues Guimarães	Interior	Masculino	juruty	1934	Interior	out/34
Empresa de Extração de Pau Rosa	Interior	Juridico	manaus	1934	Interior	jun/34
Francisco Napoleão de Avelar	Interior	Masculino	maracanã	1934	Interior	jul/34
Armando do Vale Rodrigues	Interior	Masculino	marapanim	1934	Interior	mar/34
Augusto Cesar Juiz substituo de Marapanim	Interior	Masculino	marapanim	1934	Interior	mai/34
fausto duarte	Interior	Masculino	marapanim	1934	Interior	nov/34
Maria Pereira da Silva	Interior	Feminino	XXXX	1934	Interior	out/34
Manoel Domingos Ferreira	Interior	Masculino	marituba	1934	Interior	mar/34
Antonio de Sousa Marreiro	Interior	Masculino	monte alegre	1934	Interior	XXX
Avelino Pedro da Silva./Horácio da Silva Lopes/ Placido de Assis Vieira.	Interior	Masculino	obidos	1934	Interior	nov/34
Elizio Chuva Andrade.Abaixo Assinado.	Interior	Masculino	obidos	1934	Interior	nov/34
Raymundo Melquiades Cavalcante	Interior	Masculino	obidos	1934	Interior	mar/34
Maralim Costa	Interior	Feminino	ourém	1934	Interior	mar/34
Magalhaes barata	Interior	Masculino	oriximina	1934	Interior	ago/34
Maria José B. Santos.	Interior	Feminino	santa izabel	1934	Interior	out/34
Manoel Hilário da Silva.(pobre)	Interior	Masculino	quatipuru	1934	Interior	mai/34
Raymundo Maciel do Valle	Interior	Masculino	XXXX	1934	Interior	out/34
Resposta ao caso de dona Nazareth Rego	Interior	Feminino	alto xingu	1934	Interior	nov/34
Bernadilha Trindade Moraes e Silva	Interior	Feminino	santa izabel	1934	Interior	set/34
Apolonia da Silva Jordão	Interior	Feminino	são miguel do guamá	1934	Interior	mar/34

Idalina pontes	Interior	Feminino	são domingo do capim	1934	Interior	mai/34
Edgar de Macedo	Interior	Masculino	são domingo do capim	1934	Interior	jan/34
Nair Alves da Silva (professora Auxiliar)	Interior	Feminino	sã miguel do guama	1934	Interior	mar/34
Quintino Araujo do Carmo	Interior	Masculino	siqueira campos	1934	Interior	fev/34
M Aria Cardoso Lameira Ramos	Interior	Feminino	soure	1934	Interior	mai/34
Raymundo M.C. Araújo	Interior	Masculino	tauary	1934	Interior	out/34
Alzira Godinho da Silva	Interior	Feminino	timboteua	1934	Interior	jul/34
JULIO CESAR DE SOUSA	Interior	Masculino	timboteua	1934	Interior	nov/34
Manoel Cordeiro da Silva	Interior	Masculino	tomé assu	1934	Interior	nov/34
Jorge Corrêa	Interior	Masculino	vigia	1934	Interior	mar/34
Raymunda Monteiro de Barros	Interior	Feminino	vigia	1934	Interior	jun/34
Raymunda dos Santos (Alejada)	Interior	Feminino	vigia	1934	Interior	jun/34
José Francisco	Interior	Masculino	vila pinheiro	1934	Interior	set/34
dr.Luis Raimundo Barbosa(juiz substituto)	Interior	Masculino	viseu	1934	Interior	fev/34
Cartas escritas em 1935						
Raimundo Costa	Reclamação ausencia serviços	Masculino	XXXX	1935		jan/35
Ministerio publico	esclarecimento de reclamação	Juridico	XXXX	1935		jan/33
José Carvalho de Araujo.	pedido de permissão	Masculino	XXXX	1935		mar/33
Antonio magalhaes	esclarecimento	Masculino	XXXX	1935		jan/33
Raymunda Aurelia Nascimento	pedido de emprego	Feminino	XXXX	1935		mar/33
Joana maia.	pedidos outros	Feminino	XXXX	1935		jan/35